

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

**“NÃO TROCO O MEU CARIRI POR NADA NO MUNDO”: DIREITO HUMANO DE
ACESSO À TERRA E IDENTIDADE TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO SERRA
DO MONTE, CABACEIRAS/PB**

Renata Felinto de Farias Aires

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Christinne Nascimento Marques

Co-orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

Linha de Pesquisa: Territórios, Direitos Humanos e Diversidade Sociocultural

João Pessoa - PB
Julho/ 2019

**“NÃO TROCO O MEU CARIRI POR NADA NO MUNDO”: DIREITO HUMANO DE
ACESSO À TERRA E IDENTIDADE TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO SERRA
DO MONTE, CABACEIRAS/PB**

Renata Felinto de Farias Aires

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas de Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Área de Concentração em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Christinne Nascimento Marques

Co-orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

Linha de Pesquisa: Territórios, Direitos Humanos e Diversidade Sociocultural

João Pessoa - PB
Julho/ 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A298n Aires, Renata Felinto de Farias.

"Não troco o meu Cariri por nada no mundo": direito humano de acesso à terra e identidade territorial no Assentamento Serra do Monte, Cabaceiras/PB / Renata Felinto de Farias Aires. - João Pessoa, 2019.
153 f.

Orientação: Amanda Christinne Nascimento Marques.
Coorientação: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

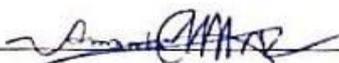
1. Direitos Humanos. 2. Identidade Territorial. 3. Reforma Agrária. 4. Função social da terra. 5. Cariri Paraibano. I. Marques, Amanda Christinne Nascimento. II. Rodrigues, Maria de Fátima Ferreira. III. Título.

UFPB/CCJ

RENATA FELINTO DE FARIAS AIRES

**"NÃO TROCO O MEU CARIRI POR NADA NO MUNDO": IDENTIDADE
TERRITORIAL E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA NO ASSENTAMENTO SERRA
DO MONTE, CABACEIRAS/PB**

Dissertação aprovada em 25/07/19 como requisito para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos Políticas Públicas e Cidadania, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba pela seguinte banca examinadora:



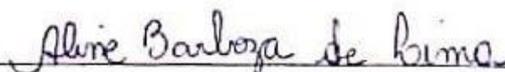
Profa. Dra. Amanda Christinne Nascimento Marques
Orientadora – UFPB



Profa. Dra. Maria de Fátima Perreira Rodrigues
Co-orientadora – UFPB



Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay
Examinadora - UFPB



Profa. Dra. Aline Barboza de Lima
Examinadora externa - UFCG

Aos Trabalhadores Rurais e aos Camponeses; aos Movimentos Sociais de Luta pelo Acesso à Terra; aos Defensores dos Direitos Humanos; ao meu avô, José Felinto Primo, agricultor e artesão; **DEDICO.**

*“Nessa terra me criei ouvindo abôio no grito e o
chocalho do meu bode nas caatingas do infinito”*

Gabriel Torres Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Primeiramente: Gratidão Universo! Quem passa por um processo de pesquisa e de escrita, como o dessa dissertação, sabe que sem uma conspiração de energia do universo, sua conclusão seria impossível. O período de realização do mestrado também foi um momento de realizações pessoais e de transformações profundas: eu pari uma dissertação e, em breve, irei parir um filho. Não há como esquecer tudo o que vivi nesses dois anos e todo o apoio que recebi dos familiares, das minhas orientadoras e dos amigos, principalmente naqueles momentos em que você acha que suas forças já se esgotaram. Sempre encontramos, dentro de nós, aquela voz que diz “vamos, falta pouco, você consegue” e eu consegui!

Por tudo que esse processo representa para mim enquanto pessoa, enquanto defensora dos Direitos Humanos, dos trabalhadores rurais e, enquanto educadora que pretendo ser, eu agradeço aos meus guias espirituais por iluminarem meu caminho, me protegerem e sempre colocarem pessoas maravilhosas à minha frente.

Agradeço à minha família por todo apoio e compreensão durante a realização desse trabalho, especialmente ao meu irmão Renan Felinto, professor tão competente que me orientou, não só na construção dessa dissertação, como sempre me orienta na vida; a minha avó Inêz Pombo e a minha mãe Jussara Felinto, por me acolherem em suas casas, com todo o cuidado e amor, durante o trabalho de campo e aulas do mestrado; e ao meu companheiro, Gabriel Torres, por toda compreensão, paciência, carinho e amor demonstrados, mesmos nos momentos de maior tensão e estresse, além da parceria em vários dias de trabalho de campo.

À comunidade do Assentamento Serra do Monte/PB, especialmente, as pessoas de Seu Anchietá, Seu Neco Juvelino e Jerônimo, minha imensa gratidão por abrirem as portas de suas casas, por me apresentarem o assentamento e permitirem que eu participasse de momentos tão especiais das suas vidas e, que hoje fazem parte também da minha história, sem eles, esse trabalho não seria possível.

Agradeço as minhas orientadoras maravilhosas: Profa. Dra. Amanda Christinne Nascimento Marques e a Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, por todo conhecimento compartilhado, por todo apoio, tanto antes da seleção como durante a realização da pesquisa. Por me compreenderem, me incentivarem a sempre buscar mais informação e por serem pessoas e profissionais dedicadas, éticas, empáticas e cuidadosas.

Gratidão aos meus amigos Euriko, Kel e Josildo por, desde o início, apoiarem a minha ideia, incentivarem a pesquisa e colaborarem em sua construção, trazendo reflexões imprescindíveis para a construção desse trabalho.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Direito Humanos, Políticas Públicas e Cidadania – UFPB por todo apoio, conhecimento e aprendizado compartilhados.

Por fim, gostaria de agradecer ao Grupo de Pesquisa em Território, Trabalho e Cidadania - GESTAR por me acolher e me permitir participar de encontros, com discussões acadêmicas e políticas, que tanto me ajudaram a enfrentar essa conjuntura política e continuar a ter esperança.

RESUMO

Buscamos analisar o processo de construção da identidade territorial dos trabalhadores rurais do Assentamento Serra do Monte, como fator de fortalecimento ao Direito Humano à terra e ao cumprimento de sua função social. A escolha desse assentamento se deu em virtude da sua formação haver ocorrido sem a participação de movimentos sociais, fato que trouxe questionamentos sobre as relações identitárias no território. Utilizamos como referencial os conceitos de território, territorialidade e identidade territorial por intermédio dos autores Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Almeida (2012) e Bonnemaïson (2002). Pautamo-nos em uma abordagem cultural humanística e numa perspectiva interdisciplinar, como propõe Santos (2009), Claval (2001) e Cosgrove (2003). Realizamos pesquisa bibliográfica e documental e realizamos trabalhos de campo, imprescindíveis para a investigação, dialogando com Rodrigues (2007), Oliveira (2006), Marcos (2006), Kaiser (2006) e Serpa (2006). Utilizamos registros de áudio, documentação fotográfica, caderno de campo e instrumentos de coleta semiestruturados e, para reforçar a compreensão sobre a ocupação do território, utilizamos a cartografia social como ferramenta, baseada nas leituras de Gorayeb e Meireles (2014) e Acselrad (2013). Analisamos a formação, a dinâmica do assentamento e as relações dos diversos grupos existentes, entre si, e com o território. Percebemos que o acesso à terra continua não sendo reconhecido como um direito humano autônomo e que o Judiciário brasileiro fundamenta suas decisões na defesa absoluta da propriedade. Concluimos que a identidade territorial é fator determinante para promover e fortalecer o direito humano à terra e proporcionar o cumprimento de sua função social, porém, dos cinco grupos existentes, apenas dois demonstram identidade com o assentamento. A identidade territorial se apresentou através dos vínculos criados por meio da manutenção de suas tradições, sua cultura, das relações com os espaços geosimbólicos, compreendendo suas memórias mais significativas, dos laços familiares e pelo que a terra lhes proporciona, apesar das dificuldades enfrentadas.

Palavras-chaves: Direitos Humanos. Identidade Territorial. Reforma Agrária. Função social da terra. Cariri Paraibano.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the process of construction of the territorial identity of rural workers in the Serra do Monte Settlement, as a factor to strengthen the Human Right to land and to fulfill its social function. The choice of this settlement was due to its formation having occurred without the participation of social movements, a fact that brought questions about the identity relations in the territory. We use as reference the concepts of territory, territoriality and territorial identity through the authors Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Almeida (2012) and Bonnemaïson (2002). We focus on a humanistic cultural approach and an interdisciplinary perspective, as proposed by Santos (2009), Claval (2001) and Cosgrove (2003). We conducted bibliographic and documentary research and carried out fieldwork, essential for the investigation, dialoguing with Rodrigues (2007), Oliveira (2006), Marcos (2006), Kaiser (2006) and Serpa (2006). In order to reinforce the understanding of the occupation of the territory, we used social cartography as a tool, based on the readings of Gorayeb and Meireles (2014) and Acselrad (2013), using audio records, photographic documentation, field workbooks and semi-structured collection instruments. We analyze the formation, the dynamics of the settlement and the relations of the diverse groups, between each other, and with the territory. We realize that access to land is still not recognized as an autonomous human right and that the Brazilian Judiciary bases its decisions on the absolute defense of property. We conclude that territorial identity is a determining factor to promote and strengthen the human right to land and to provide the fulfillment of its social function, but of the five existing groups, only two demonstrate identity with the settlement. Territorial identity presented itself through the bonds created through the maintenance of its traditions, its culture, its relations with geosymbolic spaces, including its most significant memories, family bonds and for what the land provides for them, despite the difficulties faced.

Keywords: Human Rights. Territorial Identity. Land reform. Social function of the earth. Cariri Paraibano.

LISTA DE SIGLAS

PB	Paraíba
MST	Movimento dos Sem Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PAER	Programa de Apoio a Educação Rural
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
GESTAR	Laboratório de Estudos do Território da Cultura e Etnicidade
ONG	Organização não governamental
CF	Constituição Federal
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
CC	Código Civil
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
GUT	Grau de utilização da terra
GEE	Grau de eficiência da exploração da terra
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TDA	Título da Dívida Agrária
RN	Rio Grande do Norte
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
E.M.E.F	Escola Municipal de Ensino Fundamental
SOMA	Pacto pela aprendizagem na Paraíba
UBS	Unidade Básica de Saúde
ACS	Agente comunitário de saúde
DST	Doença sexualmente transmissível
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

COONAP	Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção
COOPAGEL	Cooperativa de Profissionais em Atividades Gerais
ASAFASM	Associação dos agricultores e familiares do Assentamento Serra do Monte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
PA	Projeto de Assentamento
RS	Rio Grande do Sul
PROCASE	Projeto de desenvolvimento sustentável do cariri, Seridó e curimataú

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tabela de avaliação realizada pelo perito, contratado pelos proprietários do imóvel, constante nos autos do processo judicial
Figura 2	Trecho retirado da impugnação apresentada pelo INCRA nos autos do processo judicial
Figura 3	Avaliação realizada pelo perito judicial constante nos autos do processo
Figura 4	Trecho da sentença do processo judicial de desapropriação
Figuras 5 e 6	Trechos da sentença do processo judicial de desapropriação
Figura 7	João Motta e sua esposa Dulce
Figura 8	Filhos dos trabalhadores festejando a chegada de João Motta e família
Figura 9	Casa de assentado, antiga casa de um vaqueiro, morador da Fazenda
Figura 10	Casa construída no Assentamento
Figura 11	E.M.E.F. João Francisco da Motta. Fonte: acervo da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Município de Cabaceiras/PB
Figura 12	Projeto Alimentação e Saúde. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras
Figura 13	Projeto Composteira escolar. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras
Figuras 14 e 15	Projeto 30 minutos pela leitura. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras
Figuras 16 e 17	Projeto leitura na caatinga. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras
Figura 18	Unidade Básica de Saúde do Assentamento Serra do Monte
Figuras 19 e 20	Projeto horta na escola e horta comunitária com plantas medicinais
Figura 21	Pista de vaquejada dentro do assentamento, para treino
Figura 22	Troféus de vaquejada
Figura 23	Preparação do caminhão com os cavalos para ir correr vaquejada
Figura 24	Madeira extraída da Serra do Monte
Figuras 25 e 26	Duas gerações de vaqueiros: Avô e neto

Figura 27	Assentado, filho de vaqueiro e também vaqueiro, exibindo os prêmios recebidos nas festas de vaqueiro do Assentamento
Figura 28	Vaqueiros chegando para a Pega de Boi
Figura 29	Autora em cima da árvore de baraúna
Figura 30	Curral com o gado para a Pega de Boi
Figura 31	Vaqueiros se preparando para a Pega de Boi
Figuras 32 e 33	Vaqueiros correndo no encalço dos bois
Figuras 34 e 35	Cavalo encourado e vaqueiro com rosto machucado após a Pega de Boi
Figuras 36 e 37	Vaqueiros com máscara e chapéu adaptados
Figuras 37 e 38	Netos de Seu Neco Juvelino
Figura 39	Família Juvelino realizando a cartografia social
Figura 40	Olho D'água salgado, atualmente
Figuras 41 e 42	Cacimba da Velha Rita
Figura 43	Maria Preta
Figura 44	Barreiro de Maria Preta
Figura 45	Árvore de Boname, local onde Maria Preta montava sua barraca no Barreiro
Figura 46	Maria Rita, de camisa azul, e sua família
Figura 47	Fogão de Maria Preta, com mais de 100 anos
Figuras 48 e 49	Açude da Onça
Figura 50	Serra do Monte atualmente
Figura 51	Antiga casa do morador da Fazenda, no pé da serra, onde se localizava a igrejinha do Monte
Figura 52	Igreja do Assentamento
Figura 53	Açude Pocinhos na década de 1990
Figura 54	Açude Pocinhos
Figura 55	Açude de Chico Bezerra
Figuras 56 e 57	Lagoa do Monte
Figura 58	Casa construída pelo morador entrevistado
Figura 59	Galinheiro construído pelo morador entrevistado
Figura 60	Casa de bonecas construída pelo morador entrevistado para sua neta
Figura 61	Casa de um “turista”

Figuras 62 e 63

Casas de “turistas”

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados sobre os conflitos por terra no brasil
Tabela 2	Valores atribuídos à Fazenda no processo judicial

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de acampamentos e assassinatos nos conflitos por terra no
Brasil

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do Assentamento Serra do Monte
Mapa 2	Cartografia social realizada por Seu Anchieta
Mapa 3	Cartografia social realizada pela família de Seu Neco Juvelino
Mapa 4	Cartografia social realizada pela família de Seu Diógenes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 – Direitos Humanos e Justiça: o processo de desapropriação do Assentamento Serra do Monte/PB	31
1.1 Direito humano de acesso à terra	31
1.2 A questão agrária no Brasil	33
1.3 “O direito não é só a lei”: a função social da terra, uma questão de interpretação?	40
1.4 O processo de desapropriação para construção do Assentamento Serra do Monte/PB	45
1.4.1 O processo administrativo no INCRA	45
1.4.2 O processo judicial	48
Capítulo 2 – Dinâmica territorial do Assentamento Serra do Monte/PB	55
2.1 Território e territorialidades	55
2.2 Fazenda Pocinhos e João Motta: o coronel “barriga cheia”	57
2.3 O início do Assentamento e o plano de desenvolvimento do INCRA: expectativa X realidade	63
2.4 Da concretização para a atualidade: a dinâmica no território do assentamento	66
2.4.1 O repasse ilegal de lotes e o desmatamento	76
Capítulo 3 – Identidade territorial no Assentamento Serra do Monte/PB	79
3.1 “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” - Os Vaqueiros.....	81
3.1.1 Cartografando os geosímbolos - espaços identitários.....	91
3.1.2 “Só deixo o meu cariri no último pau de arara”: o pertencimento	110
3.2 Os Antigos	111
3.2.1 Cartografando o assentamento	115
3.2.2 Gratidão: a identidade dos “antigos”	122
3.3 “Os Recentes”: moradores do assentamento não legalizados	123
3.4 “Os Turistas”	128

3.5 “Os Destruidores”	131
Considerações Finais	133
Referências	139
Apêndice	143
Anexo	147

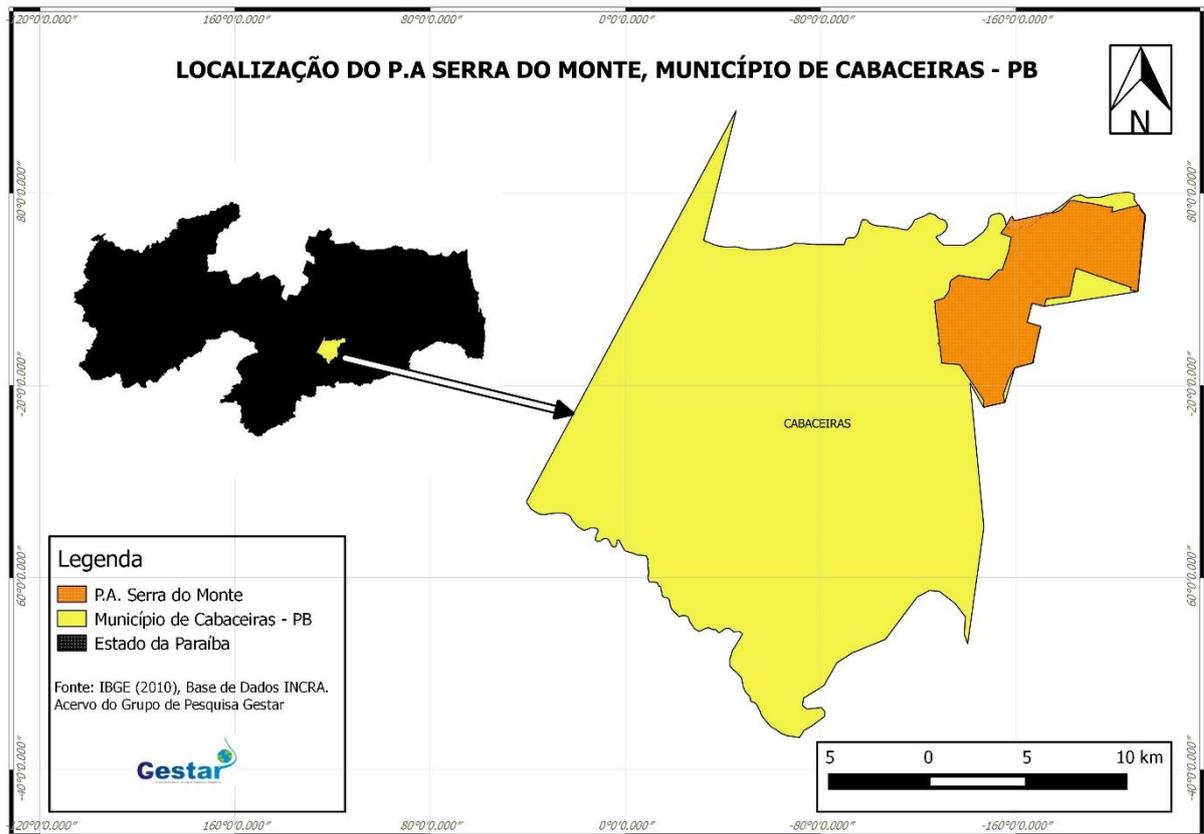
INTRODUÇÃO

Nasci no município de Campina Grande/PB, porém meus avós e meus pais são do município de Cabaceiras, na microrregião do Cariri Oriental do Estado da Paraíba, local onde se encontra o Assentamento Serra do Monte, estudado nesse trabalho (Mapa 1). Sou neta de agricultores e, para mim, a questão do acesso à terra sempre foi uma questão de direitos humanos, mesmo sem saber muito bem o que isso significava.

“Não troco meu Cariri por nada no mundo” é a frase que intitula esta dissertação de mestrado e remete a narrativa de um vaqueiro que descreve o sentimento de viver no Cariri e no Assentamento Serra do Monte. Para eles, o Cariri é o lugar que permitiu a construção de suas vidas de forma tranquila e sossegada, que com seu sol quente e sua vegetação da caatinga permite a manutenção da cultura de vaqueiro. É o lugar onde estão seus vínculos familiares, de trabalho e uma interação com a natureza, cujo conhecimento lhes permite curar doenças, alimentar a família e seus animais.

Para mim, o Cariri representa a minha infância, a minha família. A festa que acontecia quando o rio “botava água” e todos corriam para a ponte para observar. É, ainda hoje, olhar para o céu nublado e escutar meus avós dizerem “olha como está bonito para chover”. É fazer minha casinha de bonecas em um pé de umbuzeiro, brincar com os bodes no curral e gostar de sentir o sol quente na pele, qualquer sombra já dava frio. O Cariri faz parte da mulher que sou hoje e carrego dentro de mim para onde quer que eu vá.

O Assentamento Serra do Monte originou-se da desapropriação da Fazenda “Pocinhos”, concretizando-se no ano 2000, com 5.830,60 hectares, e, cabe salientar, possui uma característica bem peculiar: sua criação não teve a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, nem da Comissão Pastoral da Terra - CPT, os dois principais movimentos ligados à questão agrária, com atuação na Paraíba. Peculiar porque a maioria dos processos desapropriatórios no Estado da Paraíba ocorrem com a participação de algum desses movimentos. Esse acontecimento se deu em virtude de a terra ter sido oferecida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para fins de reforma agrária, pelos próprios proprietários, os quais manifestaram interesse específico de que suas terras fossem destinadas para esse fim, ocorrendo sua desapropriação de forma pacífica (AIRES, 2015).



Mapa 1 – Localização do Assentamento Serra do Monte. Fonte: GESTAR/2019.

Tentar compreender a identidade territorial dos assentados da Serra do Monte me trouxe vários questionamentos sobre a minha própria identidade, afinal, qual seria o território ao qual eu me sinto pertencente? Continuo nessa busca, mas me parece que cada vez mais ela está se delineando.

Do ano de 2014 até 2015 realizei minha primeira pesquisa no Assentamento Serra do Monte, com o objetivo de compreender a dinâmica de sua associação (AIRES, 2015). Uma vez finalizada essa pesquisa, novos questionamentos surgiram, principalmente porque me deparei com a especificidade de sua formação. Isso foi uma grande novidade para mim e despertou o questionamento sobre como foi a história daquela terra, como aquele povo se uniu para viver de forma coletiva, como foi construída sua identidade territorial, como é a vida hoje no Assentamento.

De acordo com Moreira *et al.* (2000) nestas situações onde não há envolvimento de movimentos sociais, há uma tendência para falta de coesão entre os assentados, criando conflitos e desentendimentos, diferentemente do que ocorre na maioria dos assentamentos em que a coesão do grupo de trabalhadores é bastante intensa devido à situação de agressão e perigo a que se encontram submetidos.

Na pesquisa realizada (AIRES, 2015) observou-se que nem todas as famílias assentadas se conhecem; há uma alta rotatividade e, devido a desentendimentos e divergências de opiniões, há dificuldade no acesso a políticas públicas e a recursos, bem como o enfraquecimento dos laços entre os assentados. Tais dificuldades prejudicam não só a produção da agricultura como um todo, o processamento de produtos e comercialização, como também as questões socioculturais.

Partindo dessa observação, surgiu o questionamento sobre como se estabelece a construção da identidade territorial dos assentados, buscando compreender suas relações com o território e as dinâmicas na fronteira social, a qual separa e delimita diferentes realidades, uma vez que, além das trocas econômicas, a construção das identidades se conecta com o sentido que as pessoas dão aos lugares, aos territórios e à percepção da diversidade cultural (ALMEIDA, 2012).

Para tanto, buscamos refletir sobre a luta pela terra como um direito humano fundamental; sobre a questão agrária no Brasil e a função social da terra; as dinâmicas concernentes ao território; o envolvimento dos movimentos sociais e o impacto dessas questões na construção da identidade territorial.

Durante o desenvolvimento da pesquisa percebemos o quanto é necessário acrescentar e ampliar as discussões sobre o acesso à terra como um direito humano e a identidade territorial como fator de fortalecimento de grupos que lutam pela permanência na terra, construindo registros acadêmicos que sirvam de base para que o Estado Brasileiro possa garantir o acesso à direitos e políticas públicas aos trabalhadores rurais e camponeses.

Assim, de acordo com as reflexões realizadas, a pesquisa visa responder a seguinte questão/problema: De que forma as dinâmicas territoriais e a construção da identidade territorial, dos assentados do Serra do Monte, influenciam no fortalecimento ao direito humano à terra e levam ao cumprimento de sua função social?

Como objetivo geral propusemos: Analisar o processo de construção da identidade territorial dos trabalhadores rurais, considerando as dinâmicas dos assentados no Projeto de Assentamento (PA) Serra do Monte, situado no município de Cabaceiras/PB, como fator de fortalecimento ao Direito Humano à terra e ao cumprimento de sua função social.

E, como objetivos específicos:

- Analisar o histórico de formação do Assentamento, por meio do processo de luta pela terra e as situações de conflito inerentes aos trâmites desapropriatórios;

- Identificar as atividades organizativas, considerando as dinâmicas que caracterizam as identidades territoriais dos assentados, com vistas a sua reprodução social;
- Averiguar se o processo de desapropriação do Assentamento Serra do Monte, por intermédio da Reforma Agrária, fortalece a concretização do direito humano à terra.

Nos propusemos a desenvolver esse trabalho através de uma abordagem cultural humanística que começa a se afirmar no Brasil no início dos anos 1990. A diversidade das tradições religiosas, modos de vida, encontrados no Brasil, favorecem a adoção dessa abordagem, pois vai se apresentar útil para desvelar o peso dessa diversidade (CLAVAL, 2001).

A abordagem cultural leva em consideração a teoria crítica do conhecimento, porém não abre mão das análises baseadas na cultura como elemento para o entendimento da diferença, alteridade e identidades que se materializam nos territórios.

A cultura é termo central do humanismo, considerada imprescindível para compreender o mundo vivido de grupos humanos, pois toda atividade humana é material e simbólica e a apropriação simbólica do mundo produz estilos de vidas distintos. Partindo do entendimento de que os grupos humanos atribuem significados a lugares e paisagens como parte de uma mais ampla identidade compartilhada e comunicada (COSGROVE, 2003), a abordagem cultural humanística se apresenta como a mais adequada para compreender os objetivos aqui propostos, as dinâmicas territoriais, a diversidade e a construção da identidade territorial do Assentamento Serra do Monte.

Dessa forma, inicialmente, realizamos a leitura de autores que discutem a questão agrária, a função social da terra, a questão do direito ao acesso à terra como um direito humano e as questões concernentes às dinâmicas territoriais e identitárias. Dentre as leituras realizadas, ressaltamos Prioste e Gelbspan (2013) e Reis (2012), no que concerne ao acesso à terra como direito humano fundamental; Fernandes (2000; 2015), Laureano (2007), Martins (1982; 1997; 1999), Oliveira (1996; 2007) e Stédile (2012), no que diz respeito a questão agrária; Marés (2003), Melo (2009), Rodrigues (2016) e Rodrigues (2017) para discussão sobre a função social da terra; Raffestin (1993) e Haesbaert (2004), no que diz respeito a discussão sobre território; e, Almeida (2012), Moreira *et al* (2000), Albuquerque *et al* (2005), Bonnemaison (2002) e Bauman (2005), para a discussão sobre identidade.

Conforme se observa através do referencial teórico acima relacionado, nos propusemos a pautar o presente trabalho numa perspectiva interdisciplinar por intermédio de um diálogo com autores do Direito, da Geografia, da História, da Sociologia, da Antropologia.

Concordamos com Santos (2009) no sentido de que deve haver uma interdisciplinaridade entre os conhecimentos, vislumbrando não somente um diálogo, mas também os pontos de confluência entre os saberes, com base em suas interações, para que seja possível derrubar as fronteiras rígidas impostas pelas disciplinas, buscando superar a segregação dos saberes.

Buscamos informações nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e na biblioteca pública do município de Cabaceiras.

Nos sítios da internet, realizamos uma pesquisa no banco de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFPB e UFCG, notadamente os de Sociologia, Antropologia, Direitos Humanos, Geografia e História, assim como buscamos artigos publicados em periódicos localizados no portal da capes, *Scielo* e demais bases de impacto da área.

No INCRA tivemos acesso ao processo administrativo que deu início à desapropriação da Fazenda Pocinhos. Este processo nos direcionou à 6ª Vara da Justiça Federal da Comarca de Campina Grande/PB, onde conseguimos acesso ao processo judicial. Tais documentos foram de grande importância para compreendermos o trâmite burocrático da desapropriação, bem como para tomarmos conhecimentos dos laudos técnicos do INCRA e dos peritos judiciais, do PDA e para analisarmos como o Judiciário brasileiro atua e fundamenta suas decisões em casos de desapropriação para a reforma agrária.

O trabalho está estruturado em três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado “Direitos Humanos e Justiça: o processo de desapropriação do Assentamento Serra do Monte/PB”, discute a questão do acesso à terra como um direito humano; a questão agrária brasileira; a função social da terra e os processos, administrativo e judicial, de desapropriação da Fazenda Pocinhos para a concretização do Assentamento Serra do Monte.

Dessa forma, no primeiro capítulo, analisamos como se deu a formação do Assentamento Serra do Monte do ponto de vista legal, através da análise dos documentos oficiais - Processo Administrativo realizado pelo INCRA; bem como do Processo Judicial de Desapropriação que tramitou na 6ª Vara da Justiça Federal, localizada em Campina Grande/PB. A compreensão das leituras desses documentos subsidia-se no que Le Goff (1994) chama de documento/monumento. Para ele:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-los e ao historiador usá-los, cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1994, p. 545).

No segundo capítulo, que tem como título “Dinâmica territorial do Assentamento Serra do Monte/PB”, buscamos compreender a formação e a dinâmica do assentamento, do ponto de vista dos assentados mais antigos, vaqueiros que trabalharam na Fazenda, antes da ocorrência de sua desapropriação, e dos assentados que se encontram no assentamento desde o início de sua formação, porém que não trabalharam na Fazenda, a qual buscamos compreender através da pesquisa de campo realizada. Para tanto, dialogamos com Almeida (2008; 2012), Haesbaert (2004), Raffestin (1993) e Bonnemaïson (2002) para compreender as dinâmicas territoriais e as territorialidades existentes no assentamento; com Motta (2012), Leal (2002) e Cunha (2016) para refletir sobre a questão do coronelismo e as relações estabelecidas entre os trabalhadores da fazenda e o patrão, da vida no semiárido e a cultura do vaqueiro.

No terceiro capítulo “Identidade territorial no Assentamento Serra do Monte/PB” objetivamos compreender as questões identitárias que perpassam a vida dos vários grupos existentes no assentamento; e como a construção dessas identidades influenciam e fortalecem o direito humano de acesso à terra e o cumprimento de sua função social. Dialogamos com Almeida (2008), Haesbaert (1999), Bonnemaïson (2002), Moreira et al (2010), Albuquerque et al (2005) e Bauman (2005) no que diz respeito a formação das identidades territoriais; com Laraia (2004), Felipe (2000), Rietveld (2017) e Cunha (2016) para compreendermos o lugar da cultura na formação dessas identidades sociais; e com Elias e Scotson (2000) para entendermos as relações, interações e dinâmicas que se apresentam em territórios compostos por grupos diversos.

Ainda, no intuito de reforçar a compreensão sobre a ocupação do território e a consequente formação das territorialidades, utilizamos a cartografia social como ferramenta, baseada nas leituras de Gorayeb e Meireles (2014) e Acselrad (2013).

O trabalho de campo no Assentamento foi desenvolvido para reconhecimento e compreensão das dinâmicas territoriais no espaço, com a realização de entrevistas nas unidades familiares, com a participação de vários dos seus membros. O assentamento possui 101 lotes, ou seja, 101 unidades familiares legalizadas, porém, atualmente, além dessas, existem 28 famílias “agregadas”, termo utilizado pelos assentados para indicar moradores que construíram suas casas dentro dos lotes de familiares e amigos.

Ao entrevistarmos os assentados mais antigos, que trabalharam na Fazenda Pocinhos – os vaqueiros, percebemos que alguns deles, ao se referirem aos demais assentados, os identificaram a partir de “grupos”: os que se encontram no Assentamento desde o início, mas que não foram trabalhadores da Fazenda e que demonstram cuidado com a terra e boa convivência com os demais – “os antigos”; “os recentes”, que chegaram ao Assentamento há

pouco tempo e, portanto, não sabem muito a seu respeito; “os turistas”, que possuem propriedade fora do Assentamento e que só aparecem no inverno ou para passar fins de semana e “os destruidores”, referência para aqueles que praticam a extração ilegal de madeira e o desmatamento.

Entrevistamos quinze unidades familiares: cinco do grupo dos vaqueiros, cinco do grupo dos antigos, quatro do grupo dos recentes e uma do grupo dos turistas, com uma média de três membros; das suas lideranças¹, nove se encontram aposentados, como trabalhadores rurais, e seis continuam trabalhando fora do assentamento, em atividades diversas. Não realizamos entrevistas com o grupo dos destruidores por receio de algum tipo de retaliação e por respeito aos demais assentados que não quiseram identificá-los.

Fizemos questionamentos sobre a identidade territorial, referentes aos processos de luta pelo acesso à terra, situações de conflitos vivenciadas, formação e organização do assentamento, práticas coletivas, relações de trabalho, relações familiares, parentesco, elementos que caracterizam identificação com demais assentados e com o território, importância e atuação dos movimentos sociais, ações de assistência técnica e políticas públicas implementadas.

Para atender aos fins éticos da pesquisa foram utilizados, em momentos determinados, códigos para representar os entrevistados, da seguinte forma: Entrevistado 1 (E1), Entrevistado 2 (E2), Entrevistado 3 (E3) e assim por diante (Apêndice 2. Roteiro de entrevistas). A pesquisa foi registrada da Plataforma Brasil sob o processo nº 93190418.8.0000.5188 do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS.

Compreendemos que o trabalho de campo é de grande importância para a investigação, como dialogam Rodrigues (2007), Oliveira (2006), Marcos (2006), Kaiser (2006) e Serpa (2006). Esse campo é um laboratório dotado de possibilidades, capaz de trazer para a sociedade novas informações e análises. Por sua vez, como pesquisadoras pretendemos elucidar nossas descobertas, evidenciando o registro de acontecimentos, as manifestações culturais, as diversidades. É um instrumento de pesquisa dos mais importantes pois, é nesse momento que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos e nos obriga a estar atentos; olhar com profundidade e observar, principalmente aquilo que não havíamos considerado antes de ir à campo (MARCOS, 2006).

Partimos de um compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem a pesquisa pretende compreender para servir (MARCOS, 2006). Para

¹ Liderança configurada pelo titular do lote.

Kaiser (2006, p. 94) “Qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja vivê-lo”. No contato com os sujeitos da pesquisa, além da entrevista, utilizamos o registro em caderno de campo: foram 18 dias de visitas ao assentamento, dentre dias de entrevistas, com aproximadamente 20 horas de áudios gravados; reconhecimento do território; dos lugares importantes para os assentados, de ativação de suas lembranças e memórias; participação em reuniões e em festividades. Por intermédio desse contato no campo, tivemos acesso a diversos materiais, como livros escritos sobre o assentamento e sobre o município de Cabaceiras, de autoria do Padre João Jorge, pároco do município de Cabaceiras, e do filho do proprietário da Fazenda Pocinhos, Bob Motta; a fotografias antigas dos assentados e a um mapa da fazenda, datado de 1975².

A pesquisa foi desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, na perspectiva de ampliar e possibilitar maiores informações no que se refere ao objeto deste trabalho. A abordagem qualitativa é utilizada para contribuir com fundamentações e percepções críticas e dialéticas, por entender que o contexto político, social, cultural e econômico dos assentamentos, no que diz respeito a questão agrária, encontra-se em constante mudança, de acordo com a conjuntura do momento vivenciado.

Permanecer na terra, frente a esse momento de desmonte de políticas públicas, que atinge fortemente os trabalhadores rurais, é difícil e demonstra sua resistência. As práticas coletivas, as famílias tradicionais, que permanecem na terra desde o início da formação do assentamento, são fatores de grande importância para entender essa resistência e compreender a identidade territorial; compreensão essa que é possível por meio de uma abordagem qualitativa.

Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa é apropriada quando o fenômeno em estudo é complexo e amplo e a quantificação não é suficiente para compreender o fenômeno, por isso é usada quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Segundo a autora, é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Para compreender a formação do assentamento, do ponto de vista dos assentados, bem como as dinâmicas territoriais, as relações econômicas e as relações socioculturais, utilizamos a metodologia “bola de neve”. Essa técnica é uma forma utilizada em pesquisas sociais em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente (WHA, 1994). Neste caso, primeiramente entramos

² Ver Roteiro de Campo no Apêndice 1.

em contato com uma liderança do Assentamento, Seu Anchieta, pessoa que havia conhecido durante a realização da pesquisa anterior, após uma conversa sobre de que se tratava a pesquisa, solicitei indicação das pessoas mais antigas, que lá se encontram desde antes da sua formação para poder mapear as relações e interações por meio de suas memórias, buscando compreender a formação do assentamento. Seu Anchieta foi um contato importante pois, além de me indicar as pessoas, me acompanhou à casa de todas elas, fazendo com que eu fosse bem recebida e ainda teve a disponibilidade de me apresentar o assentamento.

Dessa forma, entrevistamos primeiramente os vaqueiros e, partindo de suas falas, continuamos realizando a pesquisa e as entrevistas utilizando a “metodologia da bola de neve” (WHA, 1994), para chegar às pessoas dos demais “grupos” e assim buscar compreender as relações que permeiam a vida e a dinâmica territorial dos mesmos e entre si. Nesse sentido, para realizar essa discussão, pretendemos dialogar com Elias e Scotson (2000) no intuito de investigar as interdependências que se estabelecem entre os “grupos”, uma vez que os mesmos fazem parte de um território necessariamente coletivo, o Assentamento.

A compreensão, através das conversas com os assentados e com Seu Anchieta, possibilitou entender as dinâmicas territoriais através do diálogo com os autores que discutem território e identidade territorial - Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Almeida (2012). Para isso, nos fundamentamos nas leituras de Halbwachs (2003), quando discute a memória como instrumento de análise para pesquisas; e de Candau (2012) por compartilharmos do seu entendimento quando ele afirma que (2012, p.118) “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo”.

Utilizamos registros de áudio, documentação fotográfica, caderno de campo e instrumentos de coleta semiestruturados como técnicas de pesquisa. Segundo Queiroz (1991, p.6) “a entrevista como técnica por excelência é a forma mais antiga e difundida de coleta de dados orais nas ciências sociais”. Na visão da autora, o objetivo é a compreensão da dinâmica social a qual o indivíduo faz parte, percebendo o contexto social do grupo a partir da fala do sujeito. Assim, para ela, a técnica de utilização do gravador permite captar o real, o relato oral acaba por ser reavivado por meio de uma transmissão de um passado, do presente, das tradições e das dinâmicas coletivas de um território.

Durante a pesquisa tivemos acesso a várias fotografias antigas dos assentados, bem como realizamos registros fotográficos. As fotografias se apresentam como forma de registro que amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou

situações que ilustram o cotidiano vivenciado (MINAYO, 2009). Sobre fotografia, Costa (2014) traz o olhar do arquiteto Luis Humberto:

Para Luis Humberto, uma fotografia é o testemunho de algo extinto, mas permanece como portadora de diferentes possibilidades de leituras, sobretudo quando produzida com empenho apaixonado e guiada por olhos informados e percepção sensível do mundo e da vida. A fotografia tem e é atributo de memória e, por isso mesmo, conhecimento para o vir a ser da vida material, ideativa e imaginária, individual ou coletivamente (COSTA, 2014, p.89).

Dessa forma, a fotografia, como técnica de coleta de dados, se apresenta como um documento para alcançarmos nossos objetivos, como forma de memória e por serem realidades materiais, por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro de quem quer que as tenha emitido (SONTAG, 1977).

Ressaltamos ainda, a utilização do caderno de campo, onde pudemos colocar diariamente nossas percepções, questionamentos e informações que não foram obtidas por outras técnicas, seu uso se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Para Minayo (2009), quanto mais rico for em anotações esse caderno de campo, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado.

Foram 18 visitas ao Assentamento, que duraram o dia inteiro e sempre estivemos acompanhadas por Seu Anchieta. Ao final da primeira fase de pesquisa de campo, ele nos presenteou com um mapa, construído por ele, mostrando o percurso feito, com a localização das casas dos vaqueiros assentados, dos geosímbolos – lugares importantes para as atividades cotidianas, de trabalho, de família, de lazer, culturais que fortalecem suas identidades (BONNEMAISON, 2012): o açude pocinhos, o açude da onça, a lagoa do monte, o barreiro de Maria Preta, o olho d'água, a serra do monte, a cacimba da velha Rita, a casa sede da fazenda, onde hoje está situada a escola, a igreja, a Unidade Básica de Saúde:

A partir desse mapa que nos foi apresentado, decidimos por realizar oficinas de cartografia social do território do Assentamento com uma unidade familiar de cada “grupo” de assentados apontados. Isso porque, tendo em vista o propósito do presente trabalho, compreender a ocupação do território é necessário para entender a construção da identidade territorial dos assentados. A cartografia social, ao trabalhar de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos (GORAYEB; MEIRELES; 2014), se apresenta como uma importante ferramenta para atingir os objetivos propostos.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade. A identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem. Dessa forma, os sentimentos de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, aos rituais, entre outros, se aglutinam formando uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos (GORAYEB; MEIRELES; 2014).

Além disso, a legitimidade conferida ao processo de informação cartográfica e sua divulgação entre os diferentes atores sociais se constitui como um elemento importante para a ação política das comunidades, pois contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas; e amplia o diálogo entre os assentados e as instituições governamentais e não governamentais (ACSELRAD, 2013).

Por fim, seguem os capítulos construídos, resultantes da pesquisa de campo realizada, da pesquisa nos arquivos e órgãos indicados, bem como das disciplinas cursadas no programa de pós-graduação em direitos humanos, políticas públicas e cidadania e da experiência vivenciada junto ao Laboratório de Estudos do Território, da Cultura e Etnicidade – GESTAR.

CAPÍTULO 1 – DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA: O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SERRA DO MONTE/PB

“Só é propriedade aquela que tiver função social. Propriedade é função. E social”.³

1.1 DIREITO HUMANO DE ACESSO À TERRA

O acesso à terra, em uma escala mundial, ainda não é reconhecido como um direito humano autônomo. No entanto, essa questão expõe o caráter indissociável e indivisível dos direitos humanos, na medida em que a terra está completamente interligada com o acesso à moradia, direito à saúde e educação, tratando-se de uma questão fundamental na garantia da dignidade humana. Para Prioste e Gelbspan (2015, p.22), o acesso à terra:

é fundamental para assegurar meios de sobrevivência ou subsistência, como base para a identidade cultural ou espiritualidade, ou como forma de usufruir da segurança na posse e moradia adequada, uma das razões pelas quais o acesso à terra exerce um papel central em diversas lutas sociais.

Desta forma, a falta de acesso à terra resulta em graves situações de vulnerabilidade social, cultural e econômica. O direito à alimentação e como consequência o acesso à terra, água, insumos para produzir e até mesmo a escolha sobre a produção, corroboram para afirmar que a terra é uma questão de direitos humanos. Preocupação esta que vem sendo expressada pelos movimentos sociais em todo o mundo, os quais vivenciam, na prática, que o reconhecimento legal de um direito à terra, sem a garantia do cumprimento da sua função social, não é suficiente (LAUREANO, 2007).

O ativismo dos movimentos sociais, neles incluídos os núcleos de base da Igreja católica, foi determinante na luta pelo acesso à terra e contra a violência cometida aos camponeses e trabalhadores rurais no Brasil; articulando-se, inclusive com Organizações Não Governamentais - ONGs e organizações de direitos humanos locais e transnacionais. Tal articulação proporcionou a criação de associações de proteção aos direitos humanos que continuou a atrair a atenção dos grupos transnacionais, os quais vêm pautando, a nível mundial, o direito ao acesso à terra como um direito humano.

³ Trecho da decisão prolatada pelo desembargador plantonista Rui Portanova no processo nº 70000092288 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 19 de agosto de 1999. In MELO, 2006, P. 143.

Reis (2012, p.120) ao fazer referência ao relatório do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - Ceris de 2007 sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, aponta a argumentação dos autores Antônio Canuto e Leandro Gorsdorfe ao defenderem a ideia de terra como um direito humano, baseada:

1. Na relação entre a posse da terra e o gozo de outros direitos humanos, como o direito à alimentação e à moradia;
2. Na crítica a uma cultura de proteção da propriedade com base no direito que coloca as necessidades individuais acima das coletivas (...);
3. Em uma ideia de território que amplia a relação entre sujeito e terra, calcada meramente em razão das necessidades vitais, mas resgata o elo histórico entre as subjetividades coletivas (...) com acesso à terra, que implica no acesso à história, à religião, às crenças e ao meio ambiente (...);
4. Na relação que se estabelece no Brasil entre concentração fundiária e violência no campo.

Em se tratando dos camponeses e dos trabalhadores rurais, a dignidade humana se faz presente em sua postura de resistir na terra para garantir seus direitos humanos fundamentais básicos, como alimentação, habitação e trabalho, e tem continuidade quando se organizam em associações e utilizam-se de princípios agroecológicos para a produção de alimentos sem agrotóxicos, em respeito ao meio ambiente, garantindo a continuidade dos ecossistemas e a melhor qualidade de vida dos humanos (RODRIGUES, 2017).

Percebe-se que os movimentos sociais e as organizações de base possuem uma atuação crucial, em suas lutas concretas, para a efetivação dos direitos humanos. Buscam expandir os limites dos parâmetros existentes com a mobilização social que realizam e ao agregar pressão política. Não só utilizam instrumentos judiciais, mas, principalmente, não judiciais e não institucionais, engajando-se em disputas de poder intensas e longas que geram ameaças a seus líderes, represálias, repressão e criminalização. (PRIOSTE; GELBSPAN, 2015).

Embora a Constituição Federal de 1988 – CF/88 demonstre a estreita relação entre a reforma agrária, moradia, dignidade, justiça social e igualdade; além de relacionar diretamente a política agrícola e o direito à moradia em seu art. 187, VIII⁴, o Judiciário brasileiro vem ignorando a concepção fundiária do Brasil ao favorecer grupos específicos, isso resta demonstrado através das ações possessórias com as correlatas determinações de despejo (DUPRAT, 2017).

⁴ Artigo 187 CF: A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

(...)

VIII – a habitação para o trabalhador rural.

Para o relator especial da ONU, Miloon Kothari, em informe de 2008, um dos principais obstáculos para a realização do direito à moradia adequada é o fato de vários segmentos da sociedade considerarem a moradia, a terra e a propriedade como produtos comercializáveis, destituídos de sua função social e não direitos humanos.

De acordo com Duprat (2017, p. 120):

Há, na reforma agrária, uma dimensão subjetiva e outra objetiva. No primeiro caso, ela concretiza o direito à moradia e, em consequência, densifica o princípio da dignidade da pessoa humana. No segundo, ela realiza os objetivos que a Constituição coloca para o Estado brasileiro, de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicar a pobreza e a marginalização e de reduzir as desigualdades sociais.

A CF de 1988 reconfigura, em larga medida, a noção de indivíduo, ao recuperar, para o direito, os espaços de pertencimento. De acordo com Duprat (2017, p.120) “A identidade do indivíduo é definida pelos compromissos e identificações que estabelece no seio dessa comunidade, porque ali são vividas as relações definitórias mais importantes”.

Se faz necessário problematizar a questão de a propriedade privada ser considerada um direito fundamental, concorrente com os demais. Há diferenças estruturais entre os direitos fundamentais e os direitos patrimoniais.

Os direitos fundamentais são universais, enquanto que os patrimoniais são singulares. Os fundamentais são indisponíveis, inalienáveis, invioláveis, intransigíveis, personalíssimos; enquanto que os patrimoniais são disponíveis por natureza, negociáveis e alienáveis. De forma que não são equivalentes e têm, entre si, relação óbvia de hierarquia, homologada pela própria CF/88.

Para além das dificuldades encontradas frente ao Judiciário brasileiro para concretização do direito humano de acesso à terra, a luta continua para nela permanecer. Compartilhamos do entendimento de Fernandes (2015) de que o fato de conseguir o acesso à terra, pela via da reforma agrária, não resolve a questão. Para além da posse da terra são necessárias políticas públicas, assistência técnica, para que o direito humano à terra, e tudo o que isso abarca, seja efetivado. Como veremos, essas questões, mesmo após 18 anos da concretização do Assentamento Serra do Monte, continuam gerando dificuldades para os assentados, muitas vezes os forçando a abandonarem a terra.

1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

No Brasil a luta entre o latifundiário e os camponeses esteve patente desde o início do processo de colonização com a instalação de empresas agrícolas, fato que vem se agravando até os dias de hoje. O acesso à terra é a principal e mais antiga causa que alimenta os movimentos sociais do campo, e são esses os principais responsáveis pelo que até agora ocorreu em termos de democratização desse acesso. De fato, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, marco da redemocratização, ocorreram conquistas significativas na luta pela terra, no entanto, não foram suficientes para diminuir a concentração fundiária. Para Martins (1999, p.90):

Os precários avanços na legislação fundiária da ditadura militar foram praticamente anulados pelos constituintes. A utilização dos conceitos de “propriedade produtiva” e de “propriedade improdutiva” introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades sujeitas a desapropriação para reforma agrária (...)

Por sua vez, cabe salientar que a Lei de Terras– Lei nº 601/1850 teve como característica principal a implantação no Brasil da propriedade privada de terras, proporcionando fundamento jurídico à transformação da terra em mercadoria, em objeto de negócio, passando a ter preço. O cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras, desde que pagasse o valor à Coroa. Seu objetivo era, nitidamente, impedir que os ex-trabalhadores escravizados pudessem se tornar camponeses, pois não teriam recursos para comprar terras. Portanto, a Lei de Terras inaugura o latifúndio no Brasil, regulamentando e consolidando o modelo de grande propriedade rural, base legal até hoje em dia para a estrutura injusta de propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2011).

Conforme afirmado por Oliveira (1996) a Lei de Terras, ao transformar a posse em propriedade, ajudou a consolidar parte do campesinato no Brasil, o vazio legislativo ocorrido até a sua edição já demonstrava a intenção de apropriação de um bem público fundamental por uma minoria. Portanto, os dispositivos constitucionais que tratam sobre a reforma agrária devem ser interpretados levando-se em consideração os demais princípios fundamentais, como o direito a uma existência digna, que decorre do direito fundamental à vida (LAUREANO, 2007).

Embora para Stédile (2012) o Estatuto da Terra – Lei nº 4.504/1964, promulgada após o golpe de 1964, foi considerada uma legislação progressista; para Marés (2003, p.108), sua promulgação foi “literalmente para americano ver, exigida pelos Estados Unidos”, pois a ditadura militar jamais a pensou pôr em prática e a Lei restou letra morta, invocada pela esquerda e desprezada pela direita no poder.

Stedile (2012) defende o Estatuto da Terra como progressista considerando que o Governo de Castelo Branco, apesar da ditadura militar, considerava necessário realizar algum tipo de reforma agrária para minimizar o problema da pobreza, particularmente na região Nordeste. Dessa forma, ressalta que pela primeira vez se instituiu o cadastro de todas as propriedades de terra do país; houve a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – Ibra; do instituto de desapropriação pelo Estado, rompendo com o direito absoluto à propriedade da terra, condicionando-a à utilização social; a criação de uma classificação geral para todas as propriedades, baseadas em critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção; a desapropriação dos minifúndios para reagrupamento de área e dos latifúndios para distribuição de terra; critérios de pagamento da área desapropriada, em dinheiro apenas para as benfeitorias, e para Terra nua, em Títulos da Dívida Pública; obrigatoriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR; criação do conceito e a possibilidade de formação de cooperativas.

Para esse autor, mesmo gerado no seio de uma ditadura militar, o Estatuto da Terra foi um importante resultado da luta dos camponeses e dos cidadãos comprometidos com a reforma agrária. Todas as propostas para uma reforma agrária no período de 1946 até 1964 representam a tentativa de uma saída legal para a pressão exercida pelos movimentos camponeses. Trata-se de um período de ascensão da luta pela terra no Brasil, com a criação de movimentos camponeses articulados em âmbito nacional, tendo como principal exemplo as Ligas Camponesas⁵.

Por esse motivo, o dia 31 de março de 1964 ficou conhecido como “o dia que as ligas caíram”, as Ligas haviam organizado seu 1º encontro em junho de 1964 com o objetivo de aprovar um novo estatuto e dar maior organicidade à direção do movimento, mas veio o golpe! As lutas permaneceram no anonimato, revelando-se de forma singular e orgânica na década de 1980 com o Movimento dos Sem Terra - MST que se autodenomina herdeiro das ligas (PEREIRA, 2015).

A luta dos camponeses no Brasil por reforma agrária acaba por abarcar duas frentes, para entrar na terra e para nela permanecerem, como produtores de alimentos para a sociedade (OLIVEIRA, 2007). Uma das principais bandeiras do MST tem sido justamente a de deslegitimar a proteção legal à propriedade que não cumpre sua função social, lutando por uma reforma agrária popular, que proporcione a aquisição e a permanência na terra, porém sempre esbarrando nos interesses econômicos dos grandes proprietários de terra.

⁵ Um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria da condição de vida no campo no Brasil, formado a partir do ano de 1945.

Uma vez que os trabalhadores rurais conseguem o acesso à terra através de um processo desapropriatório, uma nova luta começa: a luta por condições de nela permanecer.

Concordamos com Fernandes (2015) quando ele afirma que a luta pelo acesso à terra, por reforma agrária ainda se encontra em desenvolvimento no Brasil, embora não se realize como projeto, ela acontece todos os dias, em cada ocupação e cada assentamento que é criado. É uma luta permanente, construída no dia a dia pelos sem-terra, tendo em vista que os governos são obrigados a responder a estes movimentos de resistência.

Observa-se que, atualmente, o modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura é o agronegócio, modelo esse que busca subordinar o camponês. Esses, por sua vez, lutam para desenvolver um trabalho associativo, cooperativo, com projetos próprios de educação, o que tem gerado conflitos permanentes relativos à questão agrária.

Os conflitos entre os camponeses, de um lado, e os latifundiários e o agronegócio, do outro, levaram os governos neoliberais a intensificarem as repressões aos camponeses que lutam pela reforma agrária (MARTINS, 1981). Tal repressão foi minimizada no governo Lula, com o desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura camponesa, no entanto, não foram suficientes para realizar uma reforma agrária plena (FERNANDES, 2015).

De acordo com dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT (CPT, 2017, p.23), do ano de 2008 até 2017 os conflitos por terra vêm aumentando, cabendo ressaltar que enquanto o número de acampamentos diminuiu ao longo dos anos, o número de assassinatos aumentou, conforme tabela abaixo⁶:

⁶ Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

Conflitos por terra no Brasil

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Conflitos por Terra										
Nº de ocorrências	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989
Ocupações/Retomadas	252	290	180	200	238	230	205	200	194	169
Acampamentos	40	36	35	30	13	14	20	27	22	10
Total	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168
Assassinatos	27	25	30	29	34	29	36	47	58	70
Pessoas envolvidas	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900
Hectares	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114

Tabela 1: Dados sobre os conflitos por terra no Brasil. Fonte: CPT.

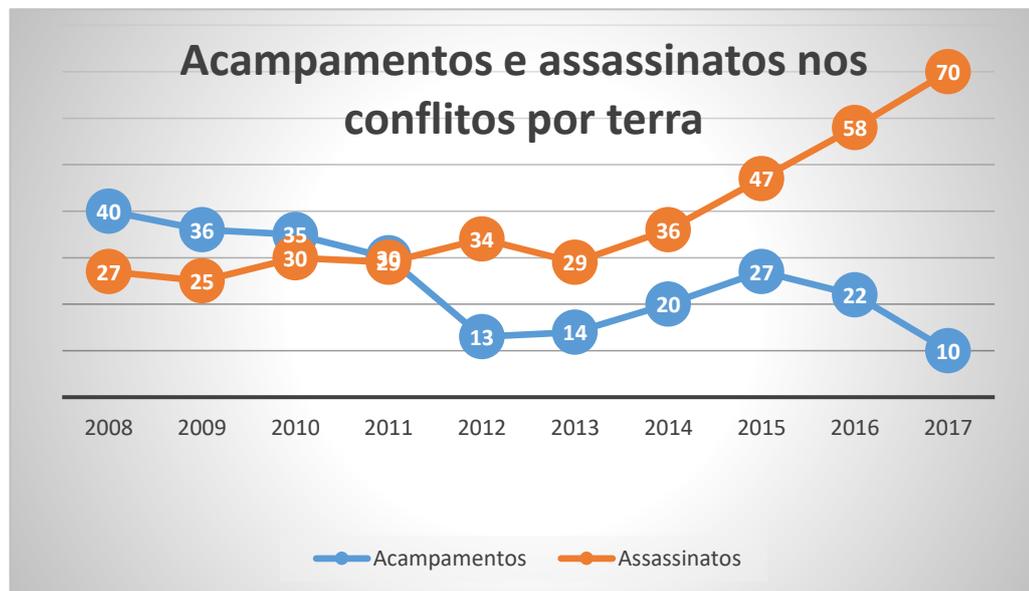


Gráfico 1 – Número de acampamentos e assassinatos nos conflitos por terra no Brasil. Fonte: CPT. Elaboração: autora.

Conforme podemos observar no gráfico, o número de acampamentos vem diminuindo desde o ano de 2008, mas, principalmente, apresentou uma queda significativa a partir de 2012 e após 2015, momento em que a crise que levaria ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff

se instalava. Por outro lado, o número de assassinatos nos conflitos por terra aumentou vertiginosamente a partir desse mesmo ano. Percebe-se que, após o golpe de 2016, apesar de haver menos ocupações, os assassinatos só aumentaram, demonstrando que a instabilidade do governo Temer, assim como a sua gestão de cortes de políticas públicas, programas governamentais e de recursos, que vinham sendo construídos e incentivados pelos governos de Lula e Dilma, de uma gestão de perseguição ao movimento sociais e suas lideranças, gerou grande insegurança, violência e barbárie para as pessoas do campo.

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, a situação só vem piorando. Em menos de um ano de governo, Bolsonaro já suspendeu a reforma agrária por duas vezes. A primeira tentativa ocorreu três dias após sua posse, porém, diante da repercussão negativa, o governo recuou. A segunda paralisação ocorreu no mês de março, com a suspensão das vistorias aos imóveis rurais. De acordo com informações do INCRA, a referida paralisação afeta, pelo menos, 250 processos de aquisição de terras para assentamentos rurais.

Como se não bastasse, o filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro, juntamente com outros senadores, é responsável pela PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 80, de 2019, que objetiva alterar os artigos 182⁷ e 186⁸ da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural. Ao alterar o artigo 186, o senador pretende flexibilizar os requisitos para cumprimento da função social, desobrigando o cumprimento simultâneo de todos eles. Ainda, acrescenta que o descumprimento da função social deverá ser

⁷ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

⁸ Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

declarado por ato do Poder Executivo e que a desapropriação deverá ser feita pelo valor de mercado da propriedade rural (BRASIL, 2019).

Essa proposta de alteração dos artigos da Constituição Federal vai totalmente de encontro com a luta dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais, representando um verdadeiro retrocesso no que diz respeito às conquistas no campo da Reforma Agrária.

De acordo com o Relatório Dataluta⁹, analisado por Fernandes (2015), o MST, MPA, MAB, CPT e demais movimentos sociais têm sido os protagonistas dessa luta pela terra e pelo território. A reforma agrária brasileira tem sido resultado da correlação de forças entre esses movimentos, de um lado, e os latifundiários, o governo e o seu apoio ao agronegócio, de outro, sendo fortalecida pelas ocupações que são a principal forma de acesso à terra. Compreende-se, portanto, que não há como dissociar a luta pela terra da reforma agrária. Uma vez que não houve a realização de uma reforma agrária, a ocupação da terra tem sido uma importante forma de acesso à mesma, resultado da intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação (FERNANDES, 2000).

Entendemos que o desafio que se apresenta tanto para o camponês, que se encontra assentado, quanto para aqueles que continuam nas ocupações e para os movimentos de luta pela terra, é fazer com que a reforma agrária seja impulsionada, que avance. De acordo com Fernandes (2015, p. 176):

A reforma agrária não está superada, ela permanece atual, inclusive porque não foi realizada de modo suficiente para democratizar o acesso à terra, ao trabalho, aos alimentos etc. A estrutura fundiária concentrada e a soberania alimentar são dois elementos estruturais da atualidade desta política territorial. A manutenção da concentração da estrutura fundiária é resultado da territorialização do agronegócio e da territorialização do campesinato na intensa disputa territorial.

Diante da conjuntura apresentada e, ressaltando-se o momento político que o Brasil está vivenciando, com o desmonte de várias políticas públicas e da repressão contra as manifestações populares, surge o questionamento sobre a importância do trabalho de base, de educação, realizado pelos movimentos de luta pela terra. Tendo em vista que instrumentos jurídicos, por si só, são incapazes de efetivar direitos fundamentais dos camponeses, conforme o contexto de luta pela terra vem demonstrando de modo especial desde a década de 1950. As estratégias desenvolvidas na tentativa de superar essa realidade, na busca por justiça social, são

⁹ Relatório elaborado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. FCT/UNESP, que reúne e sistematiza dados de ocupações, assentamentos, movimentos socioterritoriais, manifestações e estrutura fundiária.

fruto da organização e da luta de grupos e indivíduos, desempenhando papel central nas demandas por mudança social (PRIOSTE; GELBSPAN, 2015).

Dessa forma, compreendemos que os movimentos de luta pela terra contribuem para a participação da sociedade organizada na elaboração de políticas públicas emancipatórias, uma vez que essas são formadas pelo protagonismo e participação. A correlação de forças é bastante desproporcional e, tendo em vista que os mecanismos legais são limitados, o que resta é a organização dos grupos interna e externamente aos territórios conquistados por via da reforma agrária.

1.3 “O DIREITO NÃO É SÓ A LEI”¹⁰: A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA, UMA QUESTÃO DE INTERPRETAÇÃO?

Basicamente todos os países latino-americanos escreveram suas leis de reforma agrária reconhecendo que a propriedade obriga o proprietário a cumprir a função social. Porém, havendo diferenças nas consequências do descumprimento da lei, enquanto que para alguns países há a possibilidade do Estado, querendo desapropriar, pagar uma indenização, ou seja, premiar o transgressor, como o caso do Brasil; para outros há a desconsideração do direito de propriedade para quem não cumprir a lei (Marés, 2003).

No campo jurídico brasileiro, o debate sobre a questão da função social da terra se fez presente a partir da Lei de Terras de 1850, da Constituição Federal de 1891 e do Código Civil de 1916 como “garantia do direito de propriedade”, protegida no âmbito do Direito Constitucional, cuja base de argumentação é a supremacia do interesse público sobre o privado (RODRIGUES, 2017). Os princípios que norteiam a discussão da função social da terra trazem em si o mote dos direitos difusos, que transcende os direitos coletivos.

A CF/88 representa uma autêntica norma de inclusão dos princípios universais, que impõe uma interpretação dos direitos e garantias fundamentais sintonizada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme demonstra a conexão do artigo 4º, inciso II, com o artigo 5º, parágrafo 2º:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
 (...)

II – prevalência dos direitos humanos;

 (...)

¹⁰ Trecho da decisão prolatada pelo desembargador plantonista Rui Portanova no processo nº 598.360.402 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em 17 de setembro de 1998. In MELO, 2006, P. 146.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

A consagração da função social da propriedade passa a ocupar um lugar de destaque na Constituição, no título dos Direitos e Garantias Fundamentais. Em seu artigo 184 estabelece que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a função social, e em seu art. 186 estabelece os requisitos para o cumprimento: “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

O referido artigo define os requisitos para que a propriedade cumpra a função social. Dessa forma, conforme afirmado por Marés (2003, p.116) “uma terra cujo uso cumpre estas determinações estará enquadrada dentro de limites favorecedores da vida humana integrada à biodiversidade”.

No entanto, o artigo 185, inciso II¹¹ da CF/88 dispõe que o imóvel que seja produtivo é insuscetível de desapropriação. A grande questão é que esse dispositivo vem sendo interpretado como se mesmo que não se cumpra a função social, a propriedade produtiva não pode ser desapropriada. Salienta-se que essa interpretação sobre produtividade significa dizer que produtiva é a propriedade que produza riqueza e dê lucro (MARÉS, 2003).

Porém, a produtividade para a CF/88, na interpretação de Marés (2003, p. 120), com a qual concordamos, quer dizer “capacidade de produção reiterada, o que significa, pelo menos, a conservação do solo e a proteção da natureza, isto é, o respeito ao que a Constituição chamou de meio ambiente ecologicamente equilibrado garantindo-o para as presentes e futuras gerações (artigo. 225¹²)”.

¹¹ Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

(...)

II – a propriedade produtiva

¹² Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No parágrafo único do artigo 185¹³ a CF/88 autoriza a interpretação de que a propriedade produtiva é aquela que além de cumprir os requisitos da função social, alcança níveis de produtividade exemplar. Inclusive, estabelece que a lei deverá garantir tratamento especial a essa propriedade, ou seja, fala-se em prêmio, incentivo e não em punição.

Dessa forma, a combinação dos artigos 185 e 186, juntamente com o caráter emancipatória da CF/88, afirma que a propriedade que faz a terra cumprir a função social é protegida, ao contrário da que não cumpre que, por mais rentável que seja, incorre em ilegalidade.

No entanto, o Poder Judiciário leva sempre em consideração e, principalmente, a questão da produtividade do artigo 185, mal analisando o artigo 186. Mas, essa produtividade não pode ser entendida do ponto de vista econômico e de rentabilidade, pois são contra o interesse social, público e contra a lei, são requisitos que devem ser considerados simultaneamente.

A destinação da terra e sua função social devem visar ao atendimento das necessidades humanas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, não apenas de quem possui o título de proprietário, mas da sociedade como um todo.

Dessa forma, concordamos com Marés (2003) quando ele defende a interpretação de que no conceito de produtividade está embutido o conceito de função social. Só pode ser produtiva a terra que cumpre todos os requisitos da função social. Produtividade para a CF/88 é sempre sustentável e não se confunde com rentabilidade e lucro. Isso porque essa interpretação confirma todo o sistema constitucional que protege o meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo que terras produtivas são as que criam riquezas para o presente e para que possam continuar sendo produzidas no futuro.

Diante da análise do conjunto de dispositivos ressalvados nas CF/88:

A interpretação de que qualquer produtividade, independentemente do cumprimento da função social, torna uma terra insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária faz da exceção regra. A regra então seria: as terras não produtivas podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária". (MARÉS, 2006, p.130).

A escolha de dispositivos isolados, sem fazer a conexão com o capítulo e do todo constitucional pode gerar três confusões: de que qualquer lucratividade que dê a terra é produtividade; de que toda terra que tenha título é protegida pelo direito e de que qualquer

¹³ Art.185. (...)

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial a propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

ocupação é criminosa; e o sistemático esquecimento voluntário dos princípios, objetivos e direitos fundamentais estabelecidos na CF/88, tentando convencer que a propriedade privada é o único, mais importante, sagrado e divino direito (MARÉS, 2003).

No entanto e, apesar de toda a discussão sobre a interpretação da CF/88, mesmo com a sua promulgação, o Código Civil de 1916 – CC/16 permaneceu em vigor até 2003, e quase toda a teoria sobre o direito de propriedade da terra é uma teoria civilista assumida pela maior parte do judiciário, que usa seus fundamentos para incriminar os camponeses, em suas resistências civis, em prol de uma reforma no campo brasileiro (RODRIGUES, 2017).

Os juízes quase sempre optam pela supremacia do CC para garantir o direito de propriedade privada, olvidando-se a supremacia constitucional no ordenamento jurídico. Inclusive, o atual Código Civil silencia quanto à propriedade rural.

A redução da função social tão somente ao critério de produtividade, nessa interpretação focada no lucro e na rentabilidade, é responsável pela ineficácia das normas constitucionais ao inviabilizar a desapropriação de um imóvel considerado produtivo, sem a observância dos outros critérios simultaneamente exigidos por lei. Dessa forma, o Judiciário fundamenta suas decisões na defesa absoluta do direito de propriedade presente no Código Civil. De acordo com Melo (2009), é fundamental para os movimentos que lutam por reforma agrária que a CF/88 determine, mesmo imprecisa ou contraditoriamente, o ‘programa’ para sua realização, relativizando, também, o direito de propriedade com o princípio da função social.

Apesar da abertura para a possibilidade de reforma agrária, observa-se que o sistema jurídico continua mantendo a garantia da propriedade privada acima dos direitos de acesso à terra por via de reforma agrária, mesmo depois de cair a ditadura.

O Estatuto da Terra, por sua vez, estabelece como única consequência ao descumprimento da função social a possibilidade de o Estado desapropriar a terra. Mesmo assim, ressalta-se que é apenas uma possibilidade que depende da vontade do Poder Público, não é um dever. Dessa forma, a propriedade continuou absoluta. “Note-se que a finalidade não é acabar com o latifúndio e promover uma alteração na estrutura agrária, mas garantir a produtividade da terra” (MARÉS, 2003, p. 113). Ou seja: a lei não promoveu a reforma agrária.

A desapropriação não é, assim, mais do que um contrato público de compra e venda, no qual a manifestação livre de vontade do vendedor fica restringida pelo interesse público. É entendida como a reparação de um dano patrimonial causado ao cidadão e, portanto, é uma reafirmação da plenitude do direito de propriedade.

De acordo com Marés (2006, p. 109) a desapropriação utilizada nos casos de descumprimento da função social alimenta dois enormes defeitos e injustiças:

primeiro, remunera a mal usada propriedade, isto é, premia o descumprimento da lei, porque considera causador do dano e obrigado a indenizar, não o violador da norma, mas o Poder Público que resolve pôr fim à violação; segundo, deixa a iniciativa de coibir o mau uso ao Poder Público, garantindo a integridade do direito ao violador da lei.

A manutenção do pagamento ou indenização pela recuperação de terras para fins de reforma agrária mantém o velho conceito liberal e não o atualiza. A lei brasileira mantém íntegra a legitimidade contratual, estabelecendo que, quando não seja útil à sociedade a nociva propriedade seja encerrada por um novo contrato, compulsório, de desapropriação (MARÉS, 2003).

A CF/88 em seus dispositivos, cada vez que garante a propriedade, determina que ela tenha uma função social. Dessa forma, concordamos com o posicionamento de Marés (2003) quando ele afirma que a consequência para quem não cumpre a função social é a perda do direito à proteção, quem não cumpre seu dever, perde seu direito. Assim, não pode o descumpridor utilizar-se dos institutos jurídicos de proteção, com as ações judiciais possessórias e reivindicatórias para reaver a terra.

Porém, na prática do cotidiano jurídico brasileiro o que ocorre é justamente o contrário. A função social da propriedade, garantida constitucionalmente, não se efetiva de fato; apenas pela pressão exercida pelos movimentos sociais junto ao Estado.

Com todas as adversidades mencionadas, cabe salientar que o poder dos movimentos sociais no campo foi imprescindível para a constitucionalização da função social da propriedade na CF/88. Da forma como está posta deve estar conectada aos princípios fundamentais, como a democracia, a cidadania e dignidade da pessoa humana.

A observação dos requisitos para o cumprimento da função social da propriedade da terra e das experiências camponesas passa então a ser considerada como um conhecimento capaz de fornecer importantes saídas para práticas agrícolas, uma vez que possibilita o conhecimento dos aspectos locais dos ecossistemas (MELO, 2009).

No entanto, conforme se observa, devido a centralidade da propriedade privada para a sustentação do modo capitalista de produção, o fato de a propriedade, enquanto instituto histórico, ser, ainda hoje, considerado o mais sagrado dos institutos, intocável, tanto para a maioria do judiciário quanto para a própria sociedade, implica dizer que não se deve questioná-lo (MELO, 2006). Por isso mesmo, o instituto da função social da propriedade rural não tem sido efetivado, e a democratização do acesso à terra só acontece através da luta dos movimentos sociais, mesmo assim, a custo de muitas vidas e muitos confrontos.

Assim, compreendemos que o descumprimento da função social é uma questão de direitos humanos, pois trata-se de um ataque às reservas naturais, aos direitos sociais, à economia nacional, ao desenvolvimento, à segurança alimentar, enfim, a um grande número de interesses da sociedade em geral. Não se trata de uma mera questão de interpretação.

A análise sobre a função social da terra na Fazenda Pocinhos não fugiu à regra, conforme veremos a seguir, os proprietários foram premiados por ter uma terra improdutiva, deixando para os assentados o desafio de viver em uma terra com escassez de recursos naturais.

1.4 O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO SERRA DO MONTE/PB

1.4.1 O processo administrativo no INCRA

Os acontecimentos que desencadearam a desapropriação da Fazenda “Pocinhos” tiveram início no ano de 1996, quando o INCRA publicou no jornal O NORTE a relação dos 15 maiores imóveis improdutivos no estado da Paraíba, incluído nessa lista a Fazenda já mencionada (MDA, 2010). A partir desse momento, os herdeiros da Fazenda colocaram o imóvel à disposição do INCRA para Reforma Agrária. Tal situação desencadeou uma ação realizada pelo Programa de Apoio a Educação Rural - PAER em conjunto com o INCRA - Projeto Terra à Vista, tendo por objetivo levar ao conhecimento das famílias de agricultores da região a sua ocorrência e promover a mobilização destas famílias para a criação de uma Associação, a fim de possibilitar a criação do assentamento (MDA, 2010).

Tal mobilização reuniu famílias de agricultores dos municípios de Cabaceiras, Boqueirão, Caturité e Campina Grande que se reuniram e criaram no dia 11 de novembro de 1999 a Associação dos Parceiros, Agricultores Familiares do Imóvel – Pocinhos. Tal Associação promoveu seu cadastro no INCRA, concretizando a criação do Assentamento Serra do Monte no ano 2000 (CABACEIRAS, 1999).

O processo administrativo de número 21620.001674/96-74 teve início na data de 24 de outubro de 1996 (JOÃO PESSOA, 1996) provocado por um ofício dos herdeiros de João Motta, proprietário da Fazenda “Pocinhos”, propondo a desapropriação do imóvel para fins de Reforma Agrária, acompanhados da descrição e escritura do imóvel, bem como do testamento, planta topográfica e o certificado de cadastro de imóvel rural.

Em agosto de 1999, o INCRA realizou o Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel “Pocinhos”, ressaltando questões de relevante importância para a concretização e

desenvolvimento do futuro assentamento. O Laudo demonstra que a Fazenda Pocinhos é formada pela junção dos imóveis “Pocinhos”, “Cedro”, “Monte”, “Serra do Monte” e “Serra do Boi do Aires”, a sede é no município de Cabaceiras, mas também abrange os municípios de Campina Grande/PB e Boqueirão/PB. O imóvel sempre foi destinado à pecuária de grande e médio porte.

Na localidade onde situa-se o índice pluviométrico é muito baixo, com período de seca de 10 a 11 meses durante o ano; esse foi o motivo que levou a família dos proprietários a extinguir a pecuária bovina e permanecer fazendo apenas a manutenção das instalações.

Tendo em vista os fatores avaliados - climáticos, solo, recursos hídricos, os técnicos que realizaram a vistoria e avaliação ressaltaram que o imóvel seria apto, apenas, para a caprinocultura; se prestando para o cultivo de palma forrageira e a pecuária caprina de corte e leite. Aconselhando-se a não praticar nenhum desmatamento, para não entrar em um processo de desertificação, além de não praticar a agricultura, pois só há água no subsolo e ela é salgada, não servindo para irrigação, sim para o consumo animal e humano se tratada com dessalinizador.

Interessante salientar que, de acordo com o Laudo – o qual deve avaliar as condições da propriedade, bem como averiguar se ela está cumprindo sua função social, foi apontado que, no que diz respeito aos aspectos sociais, ressaltou-se não haver conflito ou tensão pois, na época de sua realização, só viviam lá a família do vigia e da senhora zeladora da casa sede, que “não possuíam carteira assinada, mas que estavam com seus vencimentos em dia” (JOÃO PESSOA, 1999, p.47).

Curioso observar que, até mesmo os técnicos do INCRA, ao avaliarem certos aspectos, como a situação trabalhista acima mencionada – um dos requisitos para analisar o cumprimento da função social da terra (art.186, III da CF), se limitaram basicamente a dizer que mesmo infringindo as leis de regulação do trabalho, pois não havia carteira assinada, os vencimentos estavam em dia. Conforme discussão anterior, o simples fato da legislação trabalhista não estar sendo cumprida, seria motivo para legitimar a desapropriação, por se tratar de um dos requisitos.

Todos os equipamentos usados pelo proprietário João Motta encontravam-se velhos e parados. Antes ele transportava a carne dos animais para os centros consumidores e as peles para seus curtumes de Campina Grande/PB e Natal/RN, possuía grande contingente de trabalhadores no imóvel. Com a sua morte, há 18 anos da realização do laudo, os herdeiros venderam os rebanhos e se restringiram a manter os bens, uma vez que ele deixou um testamento proibindo qualquer transação sobre o imóvel até junho de 1996, isso para preservar

os direitos de seus herdeiros menores de idade. Encontravam-se duas famílias de moradores e 75 famílias de sem-terra esperando a desapropriação sob a tutela do PAER.

Interessante observar o item 12.2 do Laudo que faz referência a função social da propriedade. Há apenas 2 parágrafos informando que: “serão efetuados os cálculos do GUT e GEE pela SR-18/C, onde seguirá em anexo o Mapa de Cálculo para a classificação do imóvel. No tocante a preservação do Meio Ambiente e situações trabalhistas, já foram comentadas em itens anteriores” (JOÃO PESSOA, p.48, 1999).

A única informação sobre as relações trabalhistas foi a anteriormente mencionada a respeito dos aspectos sociais, onde observou-se o descumprimento da legislação do trabalho. No que diz respeito aos cálculos do GUT e GEE, cabe esclarecer que o GUT diz respeito ao grau de utilização da terra, e o GEE ao de eficiência na exploração da terra exigidos para comprovar a produtividade do imóvel (RODRIGUES, 2016). Dessa forma, notadamente, observamos que o foco do próprio INCRA, para avaliar o cumprimento da função social da terra, se restringe a produtividade da mesma, aquela produtividade do art. 187 da CF/88, avaliada apenas do ponto de vista da rentabilidade e do lucro, ignorando os demais requisitos do artigo 186 da CF, anteriormente mencionados.

Sobre a viabilidade do assentamento, afirma-se que o imóvel seria viável para a caprinocultura, desde que fossem perfurados 10 poços artesianos, instalados com cata-ventos e toda a vegetação nativa existente no mesmo fosse conservada. A caprinocultura, com um bom manejo, aparece como a única solução.

O imóvel foi avaliado com a capacidade do assentamento para 86 famílias e classificado como GRANDE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA, com 84,89 números de módulos fiscais, GUT de 61,85 % e GEE de 76,92 %. De acordo com a Lei nº 8.629/93, artigo 6º, a qual define o conceito de propriedade produtiva, dispõe que é aquela que “explorada racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de exploração segundo índices fixados pelo órgão federal competente”. Tais índices são fixados no percentual mínimo de 80% para o Grau de Utilização da Terra – GUT e, de 100% ou mais para o Grau de Eficiência de Exploração – GEE.

Em setembro de 1999 o Plano de viabilidade técnica realizado confirma o que foi dito no Laudo, acrescenta e salienta que deveria haver um plano para o desenvolvimento do assentamento, apesar de ser uma fase posterior, dando ênfase a três questões de relevância para a viabilidade de um assentamento: indicativo da necessidade em primeira mão da ampliação da disponibilidade dos recursos hídricos; recomendação que sejam contemplados com rebanhos

caprinos e ovinos; e que a agricultura não seja praticada, uma vez que os solos não se mostram aptos para tal.

Por fim, após a análise do Laudo de Vistoria e do Plano de Viabilidade técnica, houve parecer favorável à desapropriação. Mesmo com todas as limitações do imóvel, entendeu-se possível torná-lo produtivo, mediante o processo de conscientização dos possíveis assentados, da necessidade de se pôr em prática o plano de desenvolvimento a ser definido para o assentamento, em comum acordo com eles e com base no diagnóstico, com apoio do governo, através de programas especiais, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Assim, o processo administrativo para desapropriação da Fazenda “Pocinhos” teve sua proposta original a partir dos próprios proprietários, por meio de ofício encaminhado ao INCRA. Os proprietários não apresentaram recursos administrativos no tocante a vistoria preliminar. De acordo com o Laudo de avaliação – agosto de 1999, o imóvel foi avaliado no valor total de R\$ 536.404,81 (quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e um centavos). Só as benfeitorias foram avaliadas no valor de R\$ 355.999,03 (trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e três centavos). Os proprietários não manifestaram nenhuma discordância com o Laudo, até então.

A proposta de desapropriação foi encaminhada através de ofício para o presidente da política fundiária, em outubro de 1999, enfatizando que o referido imóvel não apresentava exploração que permita caracterizá-lo como produtivo e que, portanto, tratava-se de propriedade suscetível de desapropriação, na forma da legislação pertinente.

O imóvel foi declarado como de interesse social através do Decreto do dia 10 de novembro de 1999 pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e logo em seguida, no dia 19, foi autorizado o lançamento dos títulos da dívida agrária - TDA referente à indenização da terra nua e benfeitorias voluptuárias no valor de R\$ 180.405,78 (cento e oitenta mil, quatrocentos e cinco reais e setenta e oito centavos); a determinação para liberação do valor de R\$ 355.999,03 (trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e três centavos) referentes às benfeitorias, através de depósito judicial e, a autorização para o ajuizamento da ação. O Processo administrativo foi definitivamente arquivado em janeiro de 2006.

1.4.2 O processo judicial

Observa-se que o processo administrativo de desapropriação para a realização do Assentamento Serra do Monte ocorreu de forma pacífica, inclusive sem recursos por parte dos proprietários do imóvel “Pocinhos”. No entanto, antes de adentrar na análise de seu processo judicial, dentre as várias dificuldades para a concretização de desapropriações para fins de reforma agrária, cabe salientar que a lei complementar nº 76/93, destinada a normatizar a aplicação dos princípios da reforma agrária, não simplifica o processo de desapropriação, ao contrário, cria brechas que facilitam a contestação jurídica, pelos proprietários de terra, ao prevê uma fase judicial que possibilita à eles intervirem judicialmente no processo de desapropriação por meio da contestação do laudo agrônômico do INCRA (RODRIGUES, 2016) – exatamente o que ocorreu no processo do Assentamento Serra do Monte.

A discussão de todo o processo judicial, que teve início em dezembro de 1999 e término no ano 2004, centralizou-se na contestação do Laudo do INCRA, no tocante ao valor total atribuído à propriedade.

O processo teve início com a provocação do Poder Judiciário pelo INCRA – expropriante, tramitando na 6ª Vara da Justiça Federal da Comarca de Campina Grande/PB (processo nº 2006.05.00.012172-5), oferecendo o valor de R\$ 536.404,81 (quinhentos e trinta seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos), baseado no laudo realizado. Sendo R\$ 180.405,78 (cento e oitenta mil, quatrocentos e cinco reais e setenta e oito centavos) – terra nua e benfeitorias voluptuárias, a serem pagos em títulos da dívida agrária e R\$ 355.999,03 (trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e três centavos) - benfeitorias existentes, em dinheiro, para a desapropriação de 5.830,60 hectares do imóvel “Pocinhos” a ser pago aos 13 herdeiros do senhor João Motta – expropriados, acompanhado do Laudo e do Material topográfico.

Em decisão datada de 04 de fevereiro de 2000 o juiz determinou a Imissão na Posse.

Logo em seguida, no mesmo mês de fevereiro, os proprietários apresentaram contestação baseada, basicamente, na impugnação à avaliação realizada pelo INCRA, a fim de alterar o valor da indenização, ponto por ponto.

Com relação ao valor da Terra nua, avaliado pelo INCRA em R\$ 177.462,15 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quinze centavos), os proprietários alegaram que o imóvel se encontra situado em Campina Grande, Boqueirão e não somente em Cabaceiras. Que o INCRA utilizou apenas o município de Cabaceiras como referência para calcular o valor, ressaltando que Cabaceiras é de escassa significação econômica quando comparada aos outros dois municípios e que, de acordo com a avaliação realizada por peritos contratados por eles, o valor correto seria de R\$ 673.734,77 (seiscentos e setenta e três mil,

setecentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), ou seja, mais que o triplo do valor determinado pelo Laudo do INCRA.

No que diz respeito às Benfeitorias úteis, avaliadas pelo INCRA no valor de R\$ 360.770,89 (trezentos e sessenta mil, setecentos e setenta reais e oitenta e nove centavos), os proprietários argumentaram que todas as benfeitorias devem ser consideradas como úteis e por isso pagas em dinheiro e não em TDA, afirmando que o valor correto deveria ser R\$ 660.441,06 (seiscentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e um reais e seis centavos), ou seja, basicamente o dobro do valor ofertado pelo INCRA.

Além de contestarem os pontos do Laudo do INCRA, acima mencionados, os proprietários argumentam que o laudo do INCRA não mencionou a cobertura florestal que é de 4.075,2796 ha, devendo ser avaliadas em R\$ 716.008,16 (setecentos e dezesseis mil, oito reais e dezesseis centavos).

Dessa forma, fazem requerimento para que seja realizada uma nova perícia sobre esses itens impugnados. Segundo a avaliação dos proprietários o valor correto seria de R\$ 2.050.184,46 (dois milhões, cinquenta mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), ou seja, R\$ 1.511.951,42 (um milhão, quinhentos e onze, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) a mais que o valor atribuído pelo INCRA, conforme tabela abaixo retirada do processo (CAMPINA GRANDE, 1999, p. 376):

Descrição	Avaliação do Expropriado (R\$)	Valor ofertado (INCRA) (R\$)
Cobertura florestal	716.008,63	-
Terra Nua	673.734,77	177.462,15
Benfeitorias avaliadas	660.441,06	360.770,89
Total	2.050.184,46	538.233,04

Figura 1 – Tabela de avaliação realizada pelo perito, contratado pelos proprietários do imóvel, constante nos autos do processo judicial. Fonte: acervo da autora.

Em abril de 2000 o juiz do processo deferiu o pedido de levantamento de 80% do valor depositado pelo INCRA.

Após a contestação apresentada pelos proprietários, o INCRA ofereceu sua impugnação, em junho do ano 2000, salientando que o Laudo a ser considerado deveria ser o já apresentado

por ele. Inclusive, apresentando argumentações bastante pertinentes, como a que se segue (CAMPINA GRANDE, 1999, p.364):

O que nos surpreende é querer o expropriado agora, apontar o potencial do imóvel, quando não aproveitou o potencial existente a ponto de ser desapropriado para fins de reforma agrária. O imóvel foi considerado improdutivo porque não cumpria sua função social.

Figura 2 – Trecho retirado da impugnação apresentada pelo INCRA nos autos do processo judicial. Fonte: acervo da autora.

Interessante tal provocação, uma vez que os próprios proprietários, no momento em que ofereceram a terra ao INCRA para fins de reforma agrária, indicaram, dentre as razões que os levaram a tomar tal decisão, o fato da dificuldade em relação aos recursos hídricos e a criação dos animais, conforme mencionado anteriormente. Há bastante tempo se desfizeram de todo o rebanho, mantendo apenas as instalações, demonstrando desinteresse pela produtividade do imóvel, bem como pelo cumprimento da função social da terra.

O sentido constitucional da função social da propriedade, seja como elemento de toda propriedade ou princípio da atividade econômica, mas sempre ligado com os objetivos da República no sentido da justiça social, com respeito à dignidade humana, visando erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades, todo esse complexo se vê reduzido à aferição de produtividade. Apesar da peculiaridade da desapropriação do imóvel “Pocinhos”, percebe-se que a análise da função social da terra não fugiu à essa “regra”, como afirmado por Melo (2009, p. 99) “O lugar do direito, portanto, é dentro da cerca”.

Em 27 de novembro de 2000 foi realizada Audiência conciliatória, no entanto, não houve acordo e foi determinada a realização de um novo laudo, dessa vez a ser elaborado por um perito judicial, o qual chegou à seguinte conclusão (CAMPINA GRANDE, 1999, p.808):

DISCRIMINAÇÃO	
Valor da terra nua	VALOR em (R\$)
Valor das benfeitorias indenizáveis	202.442,36
Valor total indenizável	459.777,47
Vlr. Para calcular a terra nua	662.219,83
VTI/ha.	104,74
VTN/ha.	130,01
Cobertura vegetal nativa	39,74
	532.355,78

Figura 3 – Avaliação realizada pelo perito judicial constante nos autos do processo. Fonte: acervo da autora.

Conforme se observa, o valor total atribuído pelo perito judicial foi de R\$ 1.194.575,61 (um milhão, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), basicamente o dobro do valor ofertado pelo INCRA. Vejamos a tabela com os valores dos três laudos:

VALOR TOTAL OFERTADO		
INCRA	PROPRIETÁRIOS	PERITO JUDICIAL
R\$ 536.404,81	R\$ 2.050.184,46	R\$ 1.194.575,61

Tabela 2 – Valores atribuídos à Fazenda no processo judicial. Elaboração: autora.

Ao final do processo, tanto o INCRA quanto os proprietários continuaram defendendo os valores apresentados por eles e, em 16 de setembro de 2004 o juiz prolatou a sentença, considerando o laudo apresentado pelo perito judicial e fundamentando da seguinte forma (CAMPINA GRANDE, 1999, p. 809 a 819):

Estando presentes os pressupostos autorizativos do processo de desapropriação, há que se discutir, na hipótese vertente, apenas o *quantum* da indenização, o qual, aliás, há de ser compreendido não somente como o preço atribuído às terras desapropriadas, mas também como uma compensação eqüitativa pelo despojamento da propriedade particular.

Figura 4 – Trecho da sentença do processo judicial de desapropriação. Fonte: acervo da autora.

Do trecho acima, observa-se claramente a tendência do Poder Judiciário em priorizar o Código Civil em detrimento da Constituição Federal. Observa-se que o grande apego do Judiciário à figura jurídica da propriedade privada ronda o imaginário dos juízes no momento da decisão judicial e acaba por ter absoluta centralidade. Mesmo a propriedade sendo considerada improdutiva pelo INCRA e pelos próprios proprietários que a ofereceram para fins de reforma agrária. Ainda assim, o juiz entendeu que deveria haver uma “compensação equitativa” pelo despojamento da propriedade particular. Corroborando com a visão da maioria do Judiciário, no que diz respeito ao instituto da propriedade privada, da superioridade do interesse particular em detrimento do interesse público. Como afirmado por Marés (2003) a decisão prolatada remunerou a mal-usada propriedade, premiando o causador do dano e o descumpridor da lei.

E assim segue a decisão:

Registro, pois, o entendimento de que o pagamento de verbas indenizatórias aos expropriados se norteia, na sistemática da desapropriação, pelo princípio da **indenização justa**, cujo valor real deve ser preservado segundo mandamento constitucional (art. 184), não podendo sofrer desrespeito por norma de escalão inferior.

Isso posto, julgo procedente o pedido de desapropriação sobre a área de 5.830,60 **hectares** e torno definitiva a imissão de posse do INCRA sobre o imóvel, ao tempo em que condeno o expropriante a pagar o valor de **R\$ 1.194.575,61 (um milhão cento e noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos)**, sendo **R\$ 202.442,36 (duzentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, em títulos da dívida agrária, referentes à terra nua **R\$ 532.355,78 (quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos)** em títulos da dívida agrária, referentes à cobertura vegetal, e **R\$ 459.777,47 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos)**, referentes as benfeitorias, acrescido de:

Figuras 5 e 6 – Trechos da sentença do processo judicial de desapropriação. Fonte: acervo da autora.

Percebe-se, a partir da leitura da sentença acima, que as propriedades que ofendem a função social são compradas na desapropriação. Apesar de os proprietários deixarem explícita a dificuldade de desenvolver qualquer atividade produtiva na mesma, por vários motivos: desde a escassez de recursos hídricos até o próprio desinteresse em lidar com a terra. Apesar de todas as limitações constatadas sobre a propriedade, o parecer para desapropriação e desenvolvimento de um assentamento foi favorável. Impossível não se perguntar: Como será garantido o cumprimento da função social da terra, diante de tantas dificuldades? Como compreender o valor extremamente alto a ser pago como “indenização justa”, determinado pelo Poder Judiciário?

Percebe-se que, enquanto os proprietários “se livram” de uma propriedade improdutiva, recebendo uma “compensação” por ter seu direito à propriedade “sagrado” alterado, os assentados terão uma série de dificuldades com o que lidar, pois o acesso à terra, sem a garantia de condições para nela viver, não é suficiente para o direito humano, o direito legal não é suficiente.

O caso do Assentamento Serra do Monte é mais um exemplo dentre tantos, onde os proprietários são premiados pela improdutividade de sua terra e os desafios e dificuldades em desenvolver uma terra que cumpra a função social e dê condições de existência dignas ficam a cargo dos assentados.

Enquanto isso, o próprio Governo Federal não efetua o seu papel para dar condições mínimas para a vida nos assentamentos – políticas públicas, incentivos, assistência técnica.

Passados 18 anos da consolidação do Assentamento Serra do Monte, resta compreender sua trajetória, as dinâmicas territoriais, as relações desenvolvidas, a forma como os assentados enfrentaram e continuam a enfrentar todas as dificuldades apresentadas, questões essas que abordaremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – DINÂMICA TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO SERRA DO MONTE/PB

“Pertenceu a natureza, toda área é bonita”¹⁴.

2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

No intuito de compreender a formação do Território do Assentamento, bem como a identidade territorial das pessoas dessa terra, buscamos reconstruir suas histórias, suas relações, enquanto trabalhadores, com o seu patrão, o proprietário da Fazenda Pocinhos, João Motta e entre si. Para isso, através da utilização da metodologia “bola de neve” (WHA, 1994), fomos guiadas até os assentados mais antigos, aqueles que trabalharam na Fazenda. Recorremos, então, às suas memórias, por intermédio da realização de entrevistas, concordamos com Halbwachs (2006), no sentido de que podemos reconstruir um conjunto de lembranças, de maneira a reconhecê-lo, porque eles nos revelam o essencial, apesar de certas divergências.

Para atingir esse objetivo, partimos do entendimento de que o território é o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas (ALMEIDA, 2012) e, capazes de promover consensos e dissensos.

Desta forma, o território compõe a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente à condição humana. Território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais (HAESBAERT, 2004).

Para Raffestin (1993, p. 14):

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também (...).

De acordo com Raffestin (1993), o elemento essencial é a relação com a alteridade. A relação com o território é mediatizada com os outros: o espaço modelado e também os indivíduos e/ou os grupos que aí se inserem.

¹⁴ Fala do Entrevistado 12 – junho/2019.

Segundo Almeida (2012), o território é resultado da valorização e da apropriação do espaço, contendo uma valorização simbólica, identitário-existencial; como local de confronto das manifestações dos grupos sociais.

Compartilhamos do entendimento de Almeida (2008) no sentido de que o território responde em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Mas também, é objeto de operações simbólicas e é nele que os sujeitos projetam suas concepções de mundo. É, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política, simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural.

Para Haesbaert (2004) o Território só poderia ser concebido por meio de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais e da sociedade com a natureza, abarcando duas características: o caráter político e o caráter integrador. Portanto, o Território se define em referência às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido.

Para Almeida (2008, p. 316):

Os territórios, como portadores de ideologias, de representações simbólicas e também do inconsciente, de relações diversas e de base material, conduzem a um enfoque diferenciado da territorialidade, em si mesma uma imagem do mundo, subjetiva, evolutiva.

Raffestin (1993), por sua vez, traz o enfoque territorial das relações de poder, o território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, de relações de poder. Território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais, como espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Para ele, tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação. Processo que precisa da energia e da informação, que permite aos atores satisfazerem suas necessidades, ou seja, proporcionar a eles um ganho, mas também um custo. A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas.

Nesse sentido, o território se apresenta como um conjunto de interações histórico-sociais, mas também uma relação complexa entre processos sociais e espaço material sendo também movimento, fluidez, interconexão – temporalidade.

De acordo com Bonnemaïson (2002), um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, é um tipo de relacionamento afetivo e cultural com uma terra, é, ao mesmo tempo, “espaço social” e “espaço cultural”: ele está associado tanto a função social quanto à função simbólica. Nessa perspectiva Bonnemaïson (2002, p. 104) afirma que:

O espaço social é produzido; o espaço cultural é vivenciado. O primeiro é concebido em termos de organização e de produção; o segundo, em termos de significação e relação simbólica. Um enquadra, o outro é portador de sentido.

Dessa forma, entendo que a territorialidade é compreendida pela relação social e cultural que um grupo mantém com os lugares, dinâmicas e relações que constituem seu território.

A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território, as relações sociais, econômicas, culturais, de parentesco, visão de mundo individual e coletiva. Portanto, diz respeito a ordem simbólico-cultural e ao sentimento de pertencimento a um território.

A forma como se dá a relação dos grupos sociais, no caso em estudo, dos trabalhadores rurais do Assentamento Serra do Monte, com o território e no território implicará na construção e manutenção de sua identidade territorial, possibilitando compreender como essa identidade pode ser fator determinante para a organização, construção de ações e fortalecimento do grupo na luta por direitos e políticas públicas.

Partindo desse entendimento, buscando compreender as relações históricas, políticas, sociais, culturais, simbólicas vivenciadas pelos assentados é que, através de suas falas, passo a contar a história da Fazenda Pocinhos e do senhor João Motta, bem como das conexões que nela começaram e que, de certa forma, algumas, ainda continuam.

2.2 FAZENDA POCINHOS E JOÃO MOTTA: O CORONEL “BARRIGA CHEIA”¹⁵

A maioria dos assentados entrevistados para a construção desse item foram trabalhadores da Fazenda Pocinhos e trabalharam como vaqueiros. Dentre esses, um também foi administrador da Fazenda, e outro trabalhou como pedreiro. Moravam em casas no interior da Fazenda, com suas famílias, e sempre falam do ex-patrão, João Motta, com muito apreço, gratidão e saudade.

João Francisco da Motta é natural de Caruaru/PE, filho de agricultor. Contam que ele mesmo dizia que sempre foi muito preguiçoso, não gostava de trabalhar, até que um dia recebeu um valor em dinheiro e comprou peles de couro, vendeu na feira de Caruaru, e chegou em casa decidido que era isso que iria fazer da vida. Seu pai achou que ele estava “ficando era doido”¹⁶,

¹⁵ Expressão utilizada por um entrevistado para fazer referência ao fato de João Motta nunca deixar faltar comida para os trabalhadores.

¹⁶ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

no entanto, ele passou a andar “numa bestinha, no meio do mundo”¹⁷, comprando e vendendo couro, de casa em casa; seguiu sua decisão, foi juntando dinheiro e se tornou um fazendeiro muito rico, possuindo várias propriedades de terra e dois curtumes, um em Campina Grande/PB e um em Natal/RN.

Foi assim que ele se tornou proprietário da Fazenda Pocinhos em 1952. Nela, ele criava gado para os seus curtumes, e vendia o couro nos grandes comércios do Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Na fazenda moravam em torno de 15 a 20 trabalhadores, mas vinham muitos outros, das suas outras propriedades, quando era necessário pegar gado no mato. Ele empregava muitas pessoas, tanto vaqueiros como diaristas, dependendo da época, chegava a ter por volta de 100 empregados.

O trabalho de vaqueiro, de acordo com um dos entrevistados, consistia em:

Sendo vaqueiro de gado mesmo. Aqui o negócio só era boi, ele só vendia boi depois de muitos anos, ele não vendia boi novo não. As vacas *paria* e criava solto nesse mundo aqui, passava anos e anos sem ninguém nem vê aquele bezerro quando soltava, criava muito, era muito aí solto¹⁸.

Os vaqueiros ficavam responsáveis por cuidar do gado. O gado vivia solto dentro da propriedade, uma propriedade muito grande, mais de 5.800,00 (cinco mil e oitocentos) hectares. Só pegavam o gado quando era tempo de abatê-lo, momento em que ocorria a “pega de boi”, onde os vaqueiros “encourados”, vestidos com roupas de couro, entravam dentro do mato fechado, da caatinga e iam, nos seus cavalos, em busca do gado.

Com relação ao valor recebido por seu trabalho, todos afirmaram receber pouco, mas “direitinho”, recebiam semanalmente e podiam plantar nas terras perto de suas casas, plantavam milho e feijão e a produção ficava para eles mesmos, para o consumo da família. Segundo um dos entrevistados:

Era gente boa, a relação com ele era *bom* demais, o ganho dele era *mei* pouco assim, porque ele não pagava muito caro sabe? Mas dava *pra* tudo, o ganho dele dava *pra* tudo, porque se o ganho não tivesse dando, ele ia na casa das pessoas, de feijão, o que tivesse ele dava de saco, era *vêi* de barriga cheia. Ele pagava por semana, podia plantar o que quisesse¹⁹.

De acordo com os relatos, nunca faltava trabalho na Fazenda e João Motta nunca negou trabalho a ninguém que necessitava e lhe pedia. Alguns trabalhadores iam em busca de trabalho e acabavam passando anos sem voltar para casa. Os entrevistados demonstram grande

¹⁷ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

¹⁸ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.

¹⁹ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.

admiração por João Motta, principalmente porque ele não negava comida a ninguém, gostava de comer junto com os trabalhadores e ficar horas conversando com eles. A admiração pode ser nitidamente percebida na fala de um dos entrevistados:

achava muito interessante o jeito dele tratar as pessoas, principalmente porque ele era um fazendeiro que dava *comê* a todos os moradores, moradores e os que passavam na rodagem, ele tinha uma mania mesmo e um prazer de chamar as pessoas pra dividir o pão com ele, e trabalhava muito gente de outros municípios também, de Malhada Roça, que é município de Gurjão, pessoas que *vinha* de outra fazenda dele e também ele acolhia esse povo todinho, da segunda a sexta dando café, almoço e janta a todo mundo e ainda pagava²⁰.

O apreço e a admiração são tão grandes, que esse mesmo entrevistado possui uma foto de João Motta com sua esposa, em um porta-retratos, que fica em cima da estante da sala de sua casa. Conforme figura 7 a seguir:



Figura 7 - João Motta e sua esposa Dulce. Fonte:
Cedida por um dos entrevistados.

Além de empregar muitos trabalhadores, durante muito tempo, João Motta ajudava os retirantes que passavam por sua terra. Porém, não dava esmola, oferecia trabalho, mesmo quando não necessitava. De acordo com um entrevistado:

o *véi* dizia ‘num dê esmola não, dê serviço, se eles *quiser* trabalhar, dê serviço, porque se eu der esmola hoje, amanhã eles vêm de novo, tem que tá dando todo dia, se ele ficar trabalhando, no fim da semana eu dou de serviço e dou de *comê* e pago’, e era assim mesmo que ele fazia, aí ele tinha passado a semana trabalhando, *tava* com a

²⁰ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

barriga cheia e tinha um dinheirinho pra comprar pro povo que *tiver* em casa, aí eu disse ‘e vai fazer o que seu João?’ aí ele disse ‘bote pra juntar pedra’²¹.

Segundo o entrevistado, ainda hoje “aqui e acolá”, se encontram “tuias” de pedra feitas nessa época.

João Motta fazia muita festa, gostava de fazer forró, todo final de semana, matava boi, carneiro, porco e festejava com os trabalhadores. Conta o entrevistado 4 que “onde ele chegava, não tinha negócio com ele de *tá no mei* de pobre não, se dava bem com todo mundo”. Quando as crianças, filhos dos trabalhadores, ficavam sabendo que ele chegaria com seus filhos e netos, iam para a casa da Fazenda esperar por eles.

João Motta morava em Natal, com a sua família, mas vivia sempre na Fazenda, no início passava cerca de 15 dias, mas depois se envolveu com uma mulher, empregada da Fazenda, e ficou morando um bom tempo lá. Teve muitos filhos, com sua esposa, Dulce, com a empregada da sua casa na Fazenda, Eurídice, e um filho com sua cunhada, irmã de sua esposa.



Figura 8: Filhos dos trabalhadores festejando a chegada de João Motta e família. Fonte: cedida por um entrevistado.

Todos os filhos frequentavam a Fazenda, iam passar férias, andar de cavalo e brincar com os filhos dos trabalhadores. Quando João Motta faleceu, deixou 13 herdeiros. Foram esses herdeiros que acionaram o INCRA oferecendo a Fazenda Pocinhos para desapropriação para fins de Reforma Agrária. Apesar da desapropriação, segundo os entrevistados, os filhos e netos de João Motta, gostavam demais da Fazenda e alguns ainda reclamam por não terem ficado com uma parte dela.

²¹ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

Atualmente, a Família Motta continua em contato com os assentados entrevistados. Todo ano aparecem no Assentamento para visitar, geralmente na época do São João. Todos ficam sabendo que eles estão chegando porque costumam soltar foguetões na entrada do Assentamento.

Passam em torno de três a quatro dias e sempre dormem na casa de um dos entrevistados, conhecido por “Nêguinho”. Isso porque “Nêguinho” é bisneto de Maria Preta e filho de Maria Rita, as duas mulheres que trabalharam como cozinheiras da Fazenda e que ajudaram a cuidar dos filhos e netos de João Motta. Mas também costumam visitar todos os demais assentados conhecidos e saber como está a vida deles.



Figura 09 – Casa de assentado, antiga casa de um vaqueiro, morador da Fazenda. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.

A relação de afeto que os entrevistados possuem com os familiares de João Motta parece ser, de certa maneira, uma via de mão dupla. Bob Motta, filho de João Motta, era poeta, músico e escritor, em um de seus livros, intitulado “Na fronteira da existência: o que vi do lado de lá e o que fiz do lado de cá”, ao qual me foi concedido acesso por um dos entrevistados, ele conta a experiência que viveu enquanto esteve em coma.

Dentre as várias pessoas que encontrou “do lado de lá”, ele narra reencontros com amigos/trabalhadores da Fazenda, com quem festejava, conversava e andava a cavalo, narra todos esses encontros com muito carinho e saudade (MOTTA, 2012).

Um dos entrevistados, filho de um vaqueiro da Fazenda, ainda trabalha com netos de João Motta. Geralmente os acompanha em viagens para o Estado de Goiás, onde os netos possuem uma Fazenda, e chega a passar meses lá, trabalhando como vaqueiro.

Hoje, os entrevistados falam da época da Fazenda com saudade, lembrando o tempo que viveram. Afirmam sentir falta de um “caba”²² como João Motta, que nunca mandou ninguém voltar, quando procuravam por emprego. Tido como uma pessoa boa e querida em toda região, sempre falado com respeito e admiração. As dificuldades da época, em relação a transporte e saúde, eram supridas por ele. Segundo relatos, João Motta costumava sempre levar um médico para atender os doentes e ia, pessoalmente, busca-los em seu carro, não deixando que ninguém passasse por necessidade.

João Motta, o coronel “barriga cheia” é a típica liderança que ocupa lugar de destaque. De acordo com os relatos, empregava mais pessoas que o próprio Município de Cabaceiras. É para ele que os trabalhadores apelavam nos momentos de necessidade. A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos coronéis, já que, por esse motivo, se encontravam em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes, como no caso de João Motta. Significando o isolamento, a ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o coronelismo, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político (LEAL, 2002).

Percebe-se que os trabalhadores admiravam e confiavam no Coronel João Motta, deles não conseguimos escutar uma única palavra que não fosse um elogio, tal fato pode ser caracterizado como a servidão inconsciente mencionada por Cunha (2016, p. 126):

Os fazendeiros dos sertões vivem no litoral, longe de suas grandes propriedades, que muitas vezes nunca viu. Como os velhos sesmeiros da colônia usufruem as rendas das suas terras e os vaqueiros são seus servos submissos, ficam ali, anônimos, cuidando a vida inteira, fielmente dos rebanhos que não são seus. Os coronéis, ausentes, sabe da sua fidelidade e os vaqueiros se entregam, abnegados, à servidão que não avaliam.

O coronelismo atua no cenário do governo local, nos municípios do interior, municípios predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, conseqüentemente o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. Trata-se de um sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido (LEAL, 2002). Ainda hoje é incontestável o peso do governo nos municípios do interior, através da aliança coronelista e, embora nem João Motta e nem seus familiares tenham ocupado cargos do poder

²² Termo utilizado pelo Entrevistado 5 – agosto/2018.

público no município de Cabaceiras, ocuparam sim no estado do Rio Grande do Norte, onde possuíam e ainda possuem muitas propriedades rurais.

Dessa forma, a Família Motta não só exerceu funções públicas extraoficialmente, como também estiveram e estão envolvidos no poder público. João Motta foi vereador e fundador do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Norte - RN. Seu filho Álvaro Motta foi deputado estadual do RN e seu filho Clóvis Motta foi deputado federal e vice-governador do RN. Ricardo Motta, também filho, foi deputado e presidente da Assembleia Legislativa Estadual em 2012, assim como o neto Rafael Motta (MOTTA, 2012).

No município de Cabaceiras João Motta possuía a propriedade de Pocinhos e a Malhada da Roça, essa composta por três propriedades que faziam parte do município de São João do Cariri/PB. No município de Gurjão/PB possuía as propriedades: Riacho do Padre, Riachão e Riacho do Rei. A Fazenda Lucas e um Curtume, no município de Campina Grande/PB. Uma Fazenda e um Curtume em Natal/RN. Um Curtume em Caruaru/PE e um Curtume no Rio Grande do Sul/RS com criação de boi búfalo.

O fato de todos os vaqueiros entrevistados só falarem coisas boas sobre João Motta, um coronel tão rico e cheio de propriedades, que pagava pouco, nos trouxe questionamentos, sentíamos que havia algo ainda a ser desvendado. A pesquisa foi nos guiando e, por meio das entrevistas com os assentados do grupo dos “antigos”, descobrimos outra face do coronel “barriga cheia”.

Ao entrevistar um “antigo”, que se encontra no assentamento desde o início, mas que sempre morou nas redondezas, onde sua família possuía uma terra, nos deparamos com o seguinte relato:

Ninguém é 100% *né*? Não adianta *pra* engrandecer a pessoa só falar de bem, porque as vezes numa falha é que se descobre quem é a pessoa. É *pra* falar de história *né*? Houve um caso que fizeram com um tio meu. Tinha uma empregada de João Motta... Na época, você sabe, que empregada era quase que nem escrava *né*? Os patrões usavam e abusavam e ficava por isso mesmo, quando achava um besta pra cobrir o caso *né*? Aí pronto, aí ele queria fazer isso com um tio meu, queriam que ele se casasse a força, *num* sabe? Aí foram até a casa do meu avô e minha vó, aí ficaram... assim... de mal *né*? Por esse caso. Aí houve uma época, em 96, que houve uma seca; na época não existia cisterna por aqui na região (...) Aí meu pai foi buscar água lá no açude - porque meu pai era casado com a irmã desse tio que eu *tô* falando, que se negou a se casar obrigado... Aí João Motta negou-se a dar água... Isso aí é um fato que a gente leva *pra* sempre, ele disse que sendo da família de Fulano²³, não fosse buscar água lá não que ele não achava bom. Aí pronto, aí a mágoa que a gente teve dele foi só essa, mas pagava o pessoal *direitin*²⁴.

²³ Optamos por preservar o nome da família.

²⁴ Fala do Entrevistado 9 – abril/2019.

Quem vive no sertão, no cariri, em áreas secas, onde o acesso à água é uma das maiores dificuldades enfrentadas, sabe a tristeza e a mágoa que a negação desse acesso pode causar, afinal, é questão de sobrevivência. Após tantos elogios, a outra face do Coronel João Motta se apresentou bastante cruel. Conforme podemos observar no relato acima, João Motta mantinha relação com suas empregadas e, na tentativa de encobri-las, usava de seu poder e influência para tentar obrigar outras pessoas a assumirem o ato por ele realizado. Como todo coronel, acostumado a ter sempre suas vontades atendidas, diante de uma recusa, sua reação foi prejudicar, não só a pessoa em questão, como toda sua família, privando-a de buscar água em um açude de sua propriedade.

O que podemos concluir de toda essa história é que o Coronel “barriga cheia” era até agradável, desde que se fizesse tudo exatamente como ele queria e mandava. Podia até tratar bem os seus trabalhadores, confraternizar, rir, comer junto com eles, desde que não o contrariassem. Por outro lado, ao ter seus desejos negados, poderia ser uma pessoa bastante cruel. Dessa forma, percebemos que João Motta se utilizava de instrumentos de dominação que passavam despercebidos pelos trabalhadores e, assim, ele pagava um valor baixo pelo trabalho, os trabalhadores ainda necessitavam plantar para ter o alimento da família, se relacionava com várias mulheres, tudo isso sem ser questionado, encoberto pela fama de “benfeitor” e de pessoa humilde pelo fato de confraternizar e proporcionar momentos de festa com os trabalhadores.

2.3 O INÍCIO DO ASSENTAMENTO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO INCRA: EXPECTATIVA X REALIDADE

Conforme demonstrado anteriormente, em 1996, 18 anos após a morte de João Motta, momento que todos os seus filhos já estavam maiores de idade, houve a provocação do INCRA, pelos herdeiros, para desapropriar a Fazenda Pocinhos para fins de Reforma Agrária.

Nesse período haviam cerca de 17 famílias na Fazenda, ainda realizando alguns trabalhos para os herdeiros. De acordo com os relatos dos assentados, os primeiros a tomar conhecimento da decisão dos herdeiros foram as famílias do administrador e a família da cozinheira. Os próprios herdeiros comunicaram a eles sua intenção, deixando bem claro que gostariam que cada morador ficasse com uma parte da terra. Segundo um dos entrevistados:

Eles perguntaram se mãe queria uma casa, onde mãe quisesse eles *dava*, aí ela queria na rua, aí eu disse que não queria ir *pra* rua não, aí ele disse *apois* escolha uma casa

dessas aqui, que era antiga já, escolha, aí vocês *fica* e a gente dá, aí a gente foi e escolheu essa. Eu não queria ir *pra* rua não, eu não gosto de rua não²⁵.

Já, os demais moradores da Fazenda e os trabalhadores que moravam na região, tomaram conhecimento através dessas famílias. De início não acreditaram, acharam que era boato, pois o tempo passava e nada acontecia. De 1996 até o ano de 1999, momento em que o INCRA passou a ir na propriedade, ficaram morando na Fazenda apenas a Família do administrador e da cozinheira.

Contato era com os filhos dele, eles *mandou* a gente ficar, aí quando foi depois o INCRA começou a vim, aí depois ainda *passou* uns 4 anos, só morava o administrador e minha mãe, *passou* 4 anos, não tinha ninguém aqui, só a gente, já *tava* aqui esperando eles *vim*, *passou* 4 anos, todo mês eles mandavam o dinheiro sem a gente fazer nada, só cuidando da terra²⁶.

No ano de 1999 o PAER passou a ir na Fazenda para realizar a mobilização dos agricultores da região, informando que, de fato, a Fazenda seria desapropriada para a concretização de um assentamento, mas que para isso eles precisavam se organizar e criar uma associação. De acordo com um entrevistado:

Quando o assentamento chegar tem que ter uma associação, a gente fundou a associação no dia 11 do 11 de 99 e eu fui o primeiro presidente e a gente correu *pra* encontrar, no mínimo, 22 pessoas, *pra* poder o cartório aceitar registrar a associação, ainda hoje eu tenho essa lista todinha, completa²⁷.

Os membros da associação, juntamente com o PAER e o INCRA, passaram então a divulgar a notícia sobre o assentamento, a fim de atrair moradores para ocupá-lo. As pessoas que iam chegando, se instalavam nas casas já existentes, cerca de 17, casas onde moraram os trabalhadores da Fazenda. Os demais permaneciam no lugar onde já moravam, escolhiam o seu lote, não havendo nenhuma confusão em relação a isso, e ficaram aguardando a construção das novas casas.

Formalizado o Assentamento Serra do Monte em 1999, em 2000 o INCRA elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. De acordo com o plano, sua construção teve a participação de 63 pessoas, os assentados que se encontravam cadastrados, e se pretendia que o Assentamento fosse organizado em Agrovila, abarcando 170 famílias (JOÃO PESSOA, 2000). No entanto, tal planejamento não ocorreu, isso porque, segundo relato do presidente da associação, na época:

²⁵ Fala do Entrevistado 4 – agosto/2018.

²⁶ Fala do Entrevistado 4 – agosto/2018.

²⁷ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

De início eram 170 famílias, mas a gente achou por bem reduzir esse número por conta do módulo fiscal, se não me engano aqui na região da gente são 60 hectares, e a gente já *tava* ultrapassando isso e terminou ainda ultrapassando, só deu 30, 36 pra cada um, se fosse pra colocar em cima do módulo ainda *tinha* sido menos família, no máximo 50 família né, mas aí a gente reduziu de 170 pra 101 e graças a Deus deu certo. Foi uma decisão da associação, quando a gente viu como ia ser a divisão, com a reserva legal, a gente viu que ia ficar muito pequeno, um lugar desse seco, com a propriedade pequena demais²⁸.

Com relação a organização do Assentamento em Agrovilas, o presidente relatou que:

Na época todos os assentamentos eram agrovila, a gente foi conhecendo outros assentamentos e a gente foi vendo que não dava certo aquilo ali, por exemplo, a agrovila lá na sede e o roçado lá no monte, na serra, não tinha como né (...). Como representante da comunidade eu não podia ser muito contra o que o INCRA *tava* querendo. Eu fui esperto, eu combinava uma coisa com o INCRA e quando chegava cá passava *pras* pessoas que aquilo ali não ia dá certo, eu na condição de líder, não podia chegar na reunião com o INCRA e dizer 'não, eu não quero isso assim e assim', tinha que combinar com as pessoas, aí eu mostrei *pra* eles que visitei vários assentamento de agrovila que não ia dá certo, até pelos nossos costumes aqui, a realidade da nossa vida, aí quando o pessoal do INCRA *chegaram pra* reunião aqui, aí o pessoal já *tava* todo preparado *pra* dizer que a gente não aceitava agrovila não. Quando a gente falou, eles aceitaram, pediram um tempo pra planejar tudo, eles insistiram, a gente insistiu, aí numa reunião ficou registrado em ata que cada um ia fazer sua casa no seu lote. A gente já *tava* com 101 famílias cadastradas e *tava* tentando conseguir mais 69, *tava* com dificuldade, aí juntou as duas coisas, a dificuldade de encontrar as pessoas e também a terra que ficava muito pequena, aí entrou em acordo²⁹.

O Assentamento então concretizou-se, formalmente, com a criação da Associação dos Parceiros, Agricultores Familiares do Imóvel – Pocinhos, abarcando 101 famílias, divisão dos lotes com cerca de 36 a 40 hectares, não organizado em sistema de agrovila, sua área de reserva legal ficou delimitada na Serra do Monte, Serra essa que deu nome ao Assentamento.

Segundo levantamento feito no PDA, havia apenas um poço artesiano com água salina; das 63 famílias que participaram da construção do plano, 60 possuíam energia e, apenas 27 possuíam saneamento básico. 18 famílias tinham água encanada, as demais pegavam água em açudes, barreiros e poços; não havia escola e nem posto de saúde.

O PDA também apontou caminhos para o desenvolvimento da produção no assentamento, sugerindo que a Associação criasse comissões de piscicultura, aquicultura, avicultura, suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura, agricultura e silvicultura, objetivando que esses trabalhos fossem desenvolvidos de forma coletiva.

No entanto, conforme se verá a seguir, praticamente nada apontado no PDA do INCRA se efetivou. Isso porque, após dialogar com os assentados e analisar o seu contexto, percebe-se

²⁸ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

²⁹ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

que o INCRA não buscou compreender a realidade do local, com suas peculiaridades, antes de elaborar o plano. Isso é percebido nitidamente na recusa dos assentados em organizar o assentamento em forma de agrovila, recusa essa embasada, pois o assentamento possui mais de 5.800,00 (cinco mil e oitocentos) hectares, se as casas fossem organizadas em agrovila, seus roçados seriam muito distantes, dificultando a locomoção e realização do trabalho na terra.

2.4 DA CONCRETIZAÇÃO PARA A ATUALIDADE: A DINÂMICA NO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO

No ano de 2005 foram construídas as casas e as pessoas foram começando a chegar, aos poucos, dos municípios paraibanos de Cabaceiras, Boqueirão, Caturité, Boa Vista e Campina Grande. As dificuldades, desde o início, foram grandes, levando, inclusive, alguns assentados a abandonarem seus lotes. De acordo com um entrevistado:

Não tinha condição de nada, chegava o inverno e a gente não tinha condição de trabalhar, chegava a seca não tinha como dá água aos bichos, os açudes secaram, tinha que vender o gado. Eu cavei uma cacimba, mas a água era salgada, eu dava *pros* animais dessa cacimba, passava o dia todinho tirando água e os outros não tinham esse alento, iam *simbora*, vendiam os bichos tudinho, abandonavam o assentamento, quando melhorava uma coisinha eles voltavam, aí resultado: o INCRA fez as casas e continuou, ninguém vinha, veio o projeto Luz para Todos e o povo não vinha, veio as cisternas e o povo não vinha³⁰.

A dificuldade da vida no assentamento, localizado no semiárido, no cariri paraibano, sempre foi grande, principalmente devido à escassez de chuva, de recursos hídricos, fatores determinantes para a evasão ocorrida. Mesmo após a construção das casas, das cisternas e instalação de energia elétrica, alguns assentados hesitavam em permanecer no assentamento.

³⁰ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.



Figura 10 – Casa construída no Assentamento. Fonte: acervo da autora – julho/2018.

Segundo relatos dos assentados, o grande mobilizador para a ocupação, de fato, do assentamento, foi a construção da escola que ocorreu no ano de 2005. De acordo com um entrevistado:

O que fez o povo vim *pro* assentamento foi a educação, porque veio casa, veio energia, veio cisterna e nada. Na semana de começar as aulas era todo mundo com uma carrada chegando, foi um ponto bacana isso aí³¹.

A escola do Assentamento – Escola Municipal de Ensino Fundamental João Francisco da Motta, foi inaugurada no ano de 2005 e seu nome foi escolhido para homenagear o antigo proprietário das terras. De acordo com os relatos dos entrevistados, houve uma consulta aos assentados e, em reunião na associação, todos concordaram em homenagear João Motta.

³¹ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.



Figura 11 – E.M.E.F. João Francisco da Motta. Fonte: acervo da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Município de Cabaceiras/PB.

Para a instalação da escola, o gestor municipal da época, tendo em vista os poucos recursos, recorreu ao INCRA e conseguiu um termo de cessão de posse, por dez anos, do terreno ao redor da igreja e do prédio, antiga casa sede da Fazenda, onde hoje funciona a escola. (CABACEIRAS,2012).

Após a regularização burocrática da escola, o gestor e a secretária de educação da época foram ao assentamento pedir ajuda da comunidade para organizar o local e colocar a escola para funcionar. Os assentados então se reuniram e realizaram um mutirão para ajudar na limpeza e organização, foram 30 dias de trabalho.

Hoje a escola encontra-se em reforma e, de acordo com informações obtidas junto a Secretaria de Educação do município de Cabaceiras, a escola trabalha com o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental I, no período da manhã, atendendo um total de 87 alunos, desses, 37 são do Ensino Infantil e 50 do Fundamental I.

A escola encontra-se dentro da categoria de Escola do Campo, trabalhando com sistema multisseriado: o 1º e 2º ano formam uma turma multisseriada com 19 alunos, e o 3º e 4º ano

outra turma, com 16 alunos. Além disso, a escola trabalha com o Programa Mais Alfabetização³² e o Programa SOMA³³, em parceria com o governo estadual.

No que diz respeito ao quadro de funcionários, a escola possui uma gestora, que inclusive é filha de assentados; cinco professoras, das quais uma é assentada; duas cuidadoras de alunos com necessidades especiais; um auxiliar de serviços gerais e uma merendeira, ambos assentados; e um porteiro.

Na perspectiva de uma escola do campo, a equipe educacional realiza várias atividades contextualizadas com a realidade do Assentamento, conforme figuras a seguir:



Figura 12 – Projeto Alimentação e Saúde. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras.



Figura 13 – Projeto Composteira escolar. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras.

³² O Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/todas-as-noticias/30000-uncategorised/62871-programa-mais-alfabetizacao>. Acesso em 06 de novembro de 2018.

³³ Iniciativa do Governo Estadual, conduzida pela Secretaria de Educação, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Municipal, o programa fomenta a cooperação federativa com o objetivo de assegurar condições para que todas as crianças do estado se apropriem do sistema de escrita alfabético e desenvolvam suas capacidades de letramentos dos ciclos de alfabetização. Fonte: <https://www.somaparaiba.com/soma>. Acesso em 06 de novembro de 2018.



Figuras 14 e 15 – Projeto 30 minutos pela leitura. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras.



Figuras 16 e 17: Projeto leitura na caatinga. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras.

De acordo com relatos dos entrevistados, seus filhos, as crianças do assentamento, todas estudam nessa escola, tecendo vários elogios. Para uma das assentadas:

Eu acho ótimo, não tem escola melhor do que aquela não, as professoras, todo mundo lá, são ótimos. O ônibus passa aqui *pra* buscar. *Pra* falar a verdade, o ensinamento em Cabaceiras é melhor do que o de Boqueirão, mais calmo, mais tranquilo (...) Os pequenos estudam no assentamento, os jovens alguns vão *pra* Boqueirão, porque lá tem aula de tarde, e outros vão *pra* Cabaceiras, que só tem aula de manhã e de noite³⁴.

³⁴ Fala do entrevistado 3 – agosto/2018.

Conforme se observa, a escola do assentamento consegue atender às demandas das crianças. Para os jovens, há o transporte escolar que os levam para estudar em Cabaceiras ou em Boqueirão, de acordo com a escolha dos mesmos e de seus pais.

De acordo com informações obtidas junto a Secretaria de Saúde do município de Cabaceiras, no ano de 2014 foi inaugurada a Unidade Básica de Saúde do Assentamento Serra do Monte -UBS. Encontra-se localizada, assim como a escola, no terreno onde estava a casa sede da Fazenda, mais precisamente ao lado da escola.

A UBS funciona 30 horas semanais, em horário corrido, das 08:00 às 14:00 horas. Em seu quadro de funcionários encontramos: um recepcionista, um auxiliar de serviços gerais, uma médica, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, uma dentista, uma assistente de saúde bucal e três agentes comunitários de saúde - ACS.

São realizados atendimentos clínicos, com médica, enfermeira e dentista, assim como atendimento preventivo: educação em saúde bucal, gravidez na adolescência, DSTs. Na unidade também são realizados testes rápidos de dengue, HIV, hepatite b e c, sífilis. Os atendimentos são feitos de acordo com o cronograma, tem o hiperdia (pacientes hipertensos), puérperas. Normalmente o dentista atende até 16 pacientes por dia e a médica e enfermeira em torno de 20 pacientes.

Além dos profissionais já mencionados, a equipe fornece o matriciamento, com atendimentos clínicos e visitas domiciliares com os ACS, atendimentos de fisioterapia, nutrição, psicologia e assistência social. Possuindo um grupo de estilo de vida saudável, coordenado por um nutricionista.



Figura 18 – Unidade Básica de Saúde do Assentamento Serra do Monte. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.

Segundo relato de um entrevistado:

Esse posto médico aqui são mil e oito ou mil e dez famílias atendidas aqui, o pessoal do PROCASE *ficaram* incrível hoje, vem da zona rural de Cabaceiras, o atendimento ali é primeira e muita gente. A veterinária é de Campina Grande, ela ficou incrível, ela disse que o PSF da prata não tem uma balança de pesar recém-nascido. O pessoal tá vindo da cidade grande pra procurar atendimento aqui³⁵.

A UBS também trabalha em parceria com a escola do Assentamento. Em um trabalho conjunto com as duas equipes, os alunos da escola e seus pais, construíram na UBS uma horta comunitária com plantas medicinais.



Figuras 19 e 20 – Projeto horta na escola e horta comunitária com plantas medicinais. Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cabaceiras.

Todos os entrevistados apenas teceram elogios ao funcionamento da UBS no assentamento, demonstrando satisfação e admiração pela qualidade dos serviços ali prestados.

No que diz respeito a produção, percebe-se, a partir dos relatos dos assentados, que todos plantam, em seus lotes, feijão, milho e capim sorgo. Toda a produção é para consumo da família e para alimentar os animais. Pois, apesar de a maioria criar caprinos e ovinos, alguns ainda criam gado e cavalos.

Alguns retiram leite de cabra e vendem para a cooperativa de leite na sede do município - CAPRIBOV, outros, ainda, retiram leite de vaca para vender para a cooperativa de leite do município de Caturité - COOAPECAL. No entanto, realizam essa atividade de forma individual, não havendo uma organização coletiva, nem mesmo através da associação.

³⁵ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

Dessa forma, alguns assentados trabalham fora do assentamento, outros são aposentados, recebem benefícios e há, ainda, aqueles que continuam com o trabalho de vaqueiro. Segundo um deles, que cria cavalos para domá-los e correr vaquejada:

O dinheiro é do trabalho de vaqueiro, de vaquejada, crio *pra* correr, esses aqui, eu ganho deles pra montar aqui, aí tem uma pista ali, aí eu corro. Eles me pagam por mês, as baias fui eu que fiz, aí era coisa de cabra, chiqueiro de cabra. De domingo a domingo meu serviço é cavalo, vou vaquejada em todo canto³⁶.



Figura 21 – Pista de vaquejada dentro do assentamento, para treino. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.



Figura 22 – Troféus de vaquejada. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.



Figura 23 – Preparação do caminhão com os cavalos para ir correr vaquejada. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.

³⁶ Fala do Entrevistado 3.

Durante algum tempo o assentamento recebeu assistência técnica de duas cooperativas, esse motivo deu ensejo a criação de mais uma associação. A Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção -COONAP prestava seus serviços junto a Associação formalizada no início do assentamento. E, para receber a assistência técnica da Cooperativa de Profissionais em Atividades Gerais – COOPAGEL, criou-se uma nova associação no ano de 2004, a Associação dos agricultores e familiares do Assentamento Serra do Monte – ASAFASM.

No entanto, conforme relatos, a mais de três anos o Assentamento se encontra desassistido. Através da Prefeitura de Cabaceiras conseguem assistência de trator, carro-pipa para abastecer as cisternas, porém não possuem assistência para elaboração de projetos.

No ano de 2017, o Assentamento conseguiu parceria com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – PROCASE para auxiliar em questões documentais, como acesso a empréstimos, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e para elaborar projetos para o desenvolvimento do Assentamento.

Através do PROCASE vieram alguns projetos, para construção de poços, para criação de caprinos e ovinos, abatedouro para fazer linguiça, implantação de uma padaria. Porém, muitos não se desenvolveram. Para um dos assentados o problema é que todos esses processos são muito demorados:

A gente fez um projeto *pra* vim 500 cabras *pro* assentamento, sete cabras *pra* cada pessoa. *Pra* vim esse projeto tinha que construir ele junto com o povo, ensinando, dizendo, tal, mas a gente passou três anos fazendo reunião, toda semana uma reunião, é uma coisa que o povo foi cansando, cansando, cansando, que até eu fui chamado de ladrão por um assentado que pediu pra sair da associação... que tinha comido o dinheiro das cabras³⁷.

Durante a primeira pesquisa que realizei no Assentamento (AIRES, 2015), participei de uma reunião da Associação, em 2014, sobre um projeto do PROCASE para aquisição de caprinos; terminei a pesquisa e esse projeto ainda não havia se concretizado. Nesse ano, realizando essa nova pesquisa, vi o projeto acontecer. Ou seja, quatro anos depois da criação do projeto é que, de fato, os assentados receberam os caprinos.

Percebe-se que o acesso a políticas públicas, à assistência técnica, à projetos e auxílios são muito morosos e burocráticos, deixando os assentados desacreditados e desanimados, inclusive causando uma evasão dos mesmos nas reuniões da associação. Ir a uma reunião é

³⁷ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

perder dia de trabalho para discutir projetos que demoram anos para se concretizar. Segundo um entrevistado:

Hoje em dia se você vai trabalhar na terra de outra pessoa, você ganha 60 reais, aí se ele vai na reunião numa quarta-feira, ele deixou de ganhar 60 reais, o ano tem 53 semanas, aí passa três anos, foi quase 160 dias que ele perdeu, a 60 reais dá pra ele comprar o triplo das cabras que ele ganhou. Toda a despesa de uma reunião dá *pra* triplicar o valor das cabras. Quem vinha *pra* reunião eram os técnicos da COOPAGEL, aí mudava o tema, mudava o técnico, era um moído³⁸.

Além disso, os projetos que chegam para o assentamento são, muitas vezes inadequados para sua realidade, a exemplo do que me foi narrado:

O projeto era o seguinte: você recebia uma parcela *pra* plantar a palma e o capim, quando você plantasse a palma e o capim, recebia a parcela de comprar o gado. Se você não cumprisse aquelas etapas, você já perdia o projeto. Falei com técnico agrícola do banco: ‘me diga uma coisa, o projeto aí tem um quadro de capim elefante, a gente mora no tabuleiro, a gente não mora em beira de rio, nem mora no Goiás, aí se a gente pegar um inverno e planar o capim, quando for na seca ele morre, aí o senhor vai dizer que a gente não fez o capim e vai empatar o projeto da gente, então faça o seguinte, no lugar do hectare do capim, *bote pra* plantar 2 hectares de sorgo, construção de um silo, que aí dá certo, no inverno planta, colhe, ensila e fica o *cumê* pra seca (...) introduza aí uma forrageira, porque, digamos assim, você tem capim elefante, você tira na faca, você dá ao gado, o gado vai comer 20% daquele volume, o resto ele descarta porque é talo e você tendo uma forrageira, se você botar 100 quilos é 100 quilos de *cumê*, ele come todinho, na seca tudo que passar na forrageira é alimento, e a gente atravessa seca, se a gente não tiver forrageira sobra só 20% do que tem disponibilidade no cariri *pros* animais e com a forrageira 100%. Eles atenderam na hora. E o povo não queria porque a maioria queria gado com a intenção de vender no outro dia. Quando foi no outro ano todo mundo fez o silo, 101 silos, aí já continuou a prática³⁹.

As dificuldades enfrentadas para desenvolvimento da agricultura e da criação de animais são muitas, a descrença no poder público e nos projetos que chegam ao Assentamento também, porém eles resistem, sempre buscando alternativas para conviver com essa escassez de recursos.

2.4.1 O repasse ilegal de lotes e o desmatamento

Durante o processo da pesquisa, conversando sobre a vida no assentamento, alguns dos entrevistados, ao comparar a época em que trabalhavam na Fazenda e o momento atual, relataram, de forma triste, as mudanças ocorridas, principalmente no que diz respeito a vegetação, aos passarinhos e aos recursos hídricos.

³⁸ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

³⁹ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

Segundo relatos, das primeiras famílias que chegaram ao assentamento, mais de 50% já o abandonaram. Essa evasão tem relação com a falta de adaptação de famílias que vieram da cidade e não se acostumaram, mas, e, principalmente, está relacionado ao repasse ilegal de lotes, configurando, na verdade, uma “venda”, assim como com a extração ilegal de madeira. De acordo com um entrevistado:

Dos que entraram no começo, hoje em dia tem poucos, porque logo começou o comércio de lotes. A associação tinha a autoridade *pra* fazer a transferência dos lotes, vendiam, mas pela associação saía como se tivesse transferido e o presidente comia dinheiro, teve gente aqui que comia dinheiro de comprar outro lote. Tem pessoas de várias épocas, alta rotatividade. Teve *caba* aqui que ficou negociando com lote, comprava dois, três, vendia, comprava de novo, vendia⁴⁰.

Esse tipo de repasse de lote durou muito tempo. Atualmente, para realizar o repasse, é necessário acionar o INCRA e isso acabou dificultando. Porém, ainda ocorre essa “venda”, no entanto, o “comprador” não pode ser cadastrado e, portanto, formalmente, não é assentado. Assim, explica um entrevistado:

Agora é pelo INCRA, se quiser repassar a pessoa vai no INCRA e diz que quer passar, aí o INCRA vai e *bota*, parece que três pessoas, *pra* concorrer àquele lote, aí vai estudar, aí tem essa prática. Só que aqui nunca aconteceu não⁴¹.

Os assentados relatam que muito da evasão do início da criação do Assentamento se deu porque muitas famílias conseguiam o lote, extraíam a madeira, até esgotá-la, e depois abandonavam o lote. No entanto, ainda hoje, há famílias que vivem exclusivamente da extração e venda de madeira. Um entrevistado assim relata:

Hoje tem uma porcentagem grande dentro do assentamento dos que ainda vivem do desmatamento, em torno de 50%, vive da venda da madeira, o que não desmata no lote, que pertence a ele, outros *desmata* na serra. Uns ainda são do início e a maioria chegaram depois. Os do início deram mais uma parada porque foram vendo a realidade como era né, mas os que foram chegando, não sei como a gente não *tá* escutando o motosserra zoando⁴².

A prática teve início com a colaboração de um presidente da associação. Segundo um dos assentados:

Aí começou os madeireiros, os *caba* incentivados pelo presidente a tirar lenha e estaca pra vender, dessa área coletiva, ele tinha um “grupuzinho” dele, em torno de 10 ou 12, aí eles metiam o pau a tirar madeira, agora em todo canto, esse lote aqui quando cheguei não tinha um pau pra fazer estaca pra botar numa cerca dessa. Aqui era uma

⁴⁰ Fala do Entrevistado 6 – setembro/2018.

⁴¹ Fala do Entrevistado 6 – setembro/2018.

⁴² Fala do Entrevistado 6 – setembro/2018.

mata praticamente virgem. Disse que saía daqui cerca de 10 a 12 *caminhão*, toda semana, de estaca⁴³.

Para mim, o mais difícil de toda essa situação é ver a tristeza daqueles assentados com a destruição de suas terras, dos lugares que lhes são queridos. Com a retirada ilegal da madeira, acaba também a água e os passarinhos. Um assentado relata que os desmatadores são tanto de dentro do Assentamento como de fora:

Daqui e de fora, *pra vender, pra fazer carvão, pra fazer tudo no mundo*, acabando com tudo, vai ficar nada aí. Essa semana derrubaram um aí, uma baraúna aqui, nesse vizinho com motosserra. (...). Mas menino, a gente passava onde tinha água, nesses cantos assim era uma festa dos passarinhos, que passava o dia cantando, passa hoje? Acabou-se. É essa turma de hoje aí, que não deixa mais nada não, *num dá mais jeito não, é uma pena hoje em dia, o caba num quer trabalhar né, eu sei que a coisa não é brincadeira não*. Onde tem os passarinhos cantando, faz aquela festa de manhã até essas horas mais tarde, aquela alegria cantando, porque é muito, *num sabe? Aí ó, uma hora dessa, o caba vê o quê?*⁴⁴

Durante a pesquisa, visitei vários lugares no Assentamento. No caminho para um olho d'água, que existe no meio da Serra do Monte, me deparei com a materialização do desmatamento narrado, encontrei madeira retirada da serra, caída no chão, conforme foto a seguir:



Figura 24 – madeira extraída da Serra do Monte. Fonte: acervo da autora – outubro/2018.

Além da extração da madeira, houve relatos de caça de passarinhos, as pessoas sobem na serra, a área de reserva legal, e desmatam lá também. Antes, a serra era um local com

⁴³ Fala do Entrevistado 6 – setembro/2018.

⁴⁴ Fala do Entrevistado 16 – junho/2019.

vegetação bastante fechada, hoje em dia até carros conseguem chegar lá. Assentados relatam ouvir, geralmente, durante a noite, as árvores caindo e chegam a ver as luzes dos faróis dos transportes que são utilizados para carregar a madeira. Um entrevistado conta, lembrando do passado:

Só acredita a madeira que tinha na terra, quem já viu, pau de dá quatro, cinco estacas, assim subindo, de pereiro, baraúna, de dá madeira de cobrir uma casa dessas, cedro, que é um pau muito difícil, imburana, eu acho que o IBAMA podia tomar uma providência. Acabou-se as abelhas, acabou-se tudo. Antigamente a gente ia na serra dava o que fazer, hoje disse que o *caba* vai de carro, se quiser, de moto. De lugar que teve mais madeira que esse assentamento aqui, não tinha não. Ali *pra* banda do monte chega era bonito da gente andar⁴⁵.

Os assentados comentam toda a interconexão entre esses fatores, o desmatamento e a caça de passarinho, com a falta de água. Ainda assim conseguem manter a esperança de que a situação possa melhorar, pois segundo a sua sabedoria “a água procura água”:

Na serra do monte, o mês passado choveu na serra do monte, deu três chuvas ainda, mesmo com esse desmatamento, e aqui não caiu um pingo, mas deu três chuvas lá, quer dizer, ainda é uma esperançazinha que a gente tem e um exemplo que *tá* mostrando que lá ainda existe a madeira, a caatinga que *tá* provocando a chuva. Eu acho que o desmatamento é uma das coisas que *tá* atrapalhando e a gente não conseguiu combater isso ainda por falta de ajuda, porque eu acredito que se o INCRA tomasse as providências, ajudasse, porque hoje não precisa nem de vim aqui, lá no satélite eles vão ver⁴⁶.

Segundo os entrevistados já houve cerca de 166 denúncias sobre a extração ilegal de madeira ao INCRA. No entanto, o INCRA não tomou nenhuma atitude.

No caso do Assentamento Serra do Monte observamos que a extração ilegal de madeira e o desmatamento estão comprometendo a vida dos assentados, trazendo graves consequências, como a escassez de água e o desaparecimento dos animais. Para compreendermos os comportamentos destrutivos apresentados por esses assentados, bem como os de tristeza e cuidado que os outros demonstram com a terra, buscamos compreender, no próximo capítulo, a construção das identidades territoriais dos grupos existentes no assentamento e como essas relações são determinantes para sua coesão ou desunião e para o cumprimento da função social da terra.

⁴⁵ Fala do Entrevistado 16 – junho/2019.

⁴⁶ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO SERRA DO MONTE/PB

“Eu sei que, eu plantando, tendo água, eu colho, porque é uma terra que dá e que merece a gente trabalhar nela”⁴⁷.

Para analisar a construção da identidade territorial dos assentados na Serra do Monte, partimos da compreensão de que os movimentos de luta pela terra, assim como as organizações sociais que permeiam o território, contribuem para a participação da sociedade organizada na elaboração de políticas públicas emancipatórias, uma vez que essas são formadas pelo protagonismo e participação. Portanto, no nosso entendimento, a questão da construção e manutenção da identidade territorial é um fator que se sobressai, pois para a conquista e reivindicação de direitos é preciso união, consensos, organização e sentimento de pertencimento ao território. A correlação de forças é bastante desproporcional e, tendo em vista que os mecanismos legais são limitados, o que resta é a organização dos grupos interna e externamente aos territórios conquistados por via da reforma agrária.

Entendemos como imprescindível o sentimento de pertença ao grupo, a coesão e a união para a construção de uma organização e planejamento de ações, no intuito de buscar a efetivação de direitos.

As situações de perigo e de ameaça de agressão as quais os grupos organizados de trabalhadores e os movimentos sociais na luta pela terra acabam se submetendo, de acordo com Moreira *et al.* (2010), geram o sentimento de pertença ao grupo e a criação da identidade coletiva, geralmente, no momento em que ainda se está lutando para obter a terra, mas também para mantê-la. Essa situação aumenta a coesão do grupo, deixando as divergências e os antagonismos existentes em segundo plano.

Albuquerque, et.al (2005), ao abordar a Teoria de Identidade Social de Tajfel e Turner (1979) afirma que, dentre as formas que a identificação grupal pode ocorrer, a que se verifica no caso de trabalhadores rurais que buscam acesso à terra se dá porque “uma situação de conflito ameaça a identidade de um grupo de *status* incerto e provoca identificação e coesão grupal”.

⁴⁷ Fala do Entrevistado 12 – junho/2019.

Compreendemos que a construção da identidade está relacionada com os vínculos criados com o território, com os grupos nele inseridos, assim como está relacionada com o sentimento de pertencimento e a sua busca vem do desejo de segurança (BAUMAN, 2005).

Assim, ressalta-se a importância da coesão do grupo, da identidade territorial, diante da conjuntura mundial de negação ao acesso à terra. Uma vez que a reforma agrária plena ainda não ocorreu e o fato de que os poucos avanços apresentados foram fruto da luta de trabalhadores rurais e movimentos do campo, ressalta-se que a desmobilização e desagregação desses é bastante perigosa, por sua capacidade de minar a coesão social e a identidade dos grupos.

Como afirmado por Moreira *et al.* (2010), a falta de consciência de pertinência ao grupo, gera uma maior suscetibilidade à manipulação de pessoas, grupos ou modelos dominantes, no caso dos trabalhadores rurais, podemos apontar os latifundiários, o agronegócio e, até mesmo, o governo. Nesse sentido, apresentamos neste capítulo elementos que demonstram dinâmicas territoriais que remetem a identidade dos assentados do Serra do Monte com o território de uso. São grupos que apreendem do espaço, diferentes maneiras de vivenciar a terra e conceber a vida.

A busca por segurança, segurança dada através de um local ou um grupo, abarca a busca por afeto, conforto, segurança do convívio (BAUMAN, 2005)

Em determinadas situações, como no caso dos territórios de assentamentos, em que os trabalhadores rurais, necessariamente, são obrigados a conviver num espaço coletivo; na busca por segurança, pode haver a necessidade de submeter seus interesses pessoais em benefício da solidariedade de que o grupo necessita para resistir a um grupo ainda maior, que pretende tirar-lhes o que é caro e violar seus interesses. Dessa forma, as batalhas de identidade dividem, mas, também unem.

A partir dessa discussão sobre identidade, compartilhamos da percepção de Haesbaert (1999) no sentido de que a construção da vida, das instituições e da política em torno de identidades culturais coletivas sempre foi, historicamente a regra, e não a exceção. Segundo seu entendimento (p. 172):

(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto na da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.

Para Almeida (2008) as identidades territoriais não existem fora das representações, é pela cultura que as populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida

particular e se “enraízam” no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território.

Cabe ressaltar que as identidades são dinâmicas e representam tempo, visão de mundo e como se veem os atores sociais em um dado momento econômico e político. Os territórios identitários são espaços e temporalidades necessariamente móveis, porque eles se definem e se legitimam pela fronteira de outros territórios culturais.

Para Almeida (2008) é pelo conhecimento das representações das pessoas que é possível captar os valores e entender como modelam as paisagens e imprimem suas convicções.

Compreende-se, portanto, que a identidade territorial não existe fora das representações, a cultura é a mediação com o mundo, interação com a natureza, modo de vida; a herança cultural é que permeia a relação com o território. As identidades se imbricam, mesclam, são dinâmicas, por isso não se pode falar em apenas uma identidade territorial e cultural.

A questão identitária perpassa pela historicidade, pelo caráter interativo, dinâmico, pela relatividade, pela ordem simbólico-cultural e o sentimento de pertencimento a um território.

Dessa forma, seguindo esse entendimento, a identidade territorial recorre à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência contemple a memória do grupo. Trata-se do pertencimento a um determinado recorte territorial.

Conforme elucidado no capítulo anterior, na busca por conhecer os assentados e suas histórias no território do Assentamento, fomos guiadas aos assentados mais antigos, que trabalharam na fazenda. Não por coincidência, todos esses assentados, primeiramente entrevistados, trabalharam como vaqueiros e ainda assim se identificam. A partir das suas memórias, buscamos compreender suas relações com aquele território, com seus espaços que, desde antes da concretização do Assentamento, eram espaços vivenciados por eles, espaços de trabalho, de cultura, de relações sociais, espaços onde eles viram seus filhos nascer e sua família se desenvolver, espaço onde sempre expressaram sua cultura de vaqueiro. Assim, não há como entender suas dinâmicas territoriais, suas identidades, sem buscar compreender seu contexto de vida e sua cultura.

3.1 “O SERTANEJO É, ANTES DE TUDO, UM FORTE”⁴⁸ - OS VAQUEIROS

O vaqueiro faz parte da consciência coletiva de todos os caririzeiros. A popularidade das missas do vaqueiro prova esta afirmação. Os nomes dos sítios, os documentos mais antigos

⁴⁸ CUNHA, 2016, p. 118.

que possuímos, também fazem referências a esta atividade econômica pioneira na região: a criação de gado (RIETVELD, 2017). Se olharmos para o município de Cabaceiras, veremos que várias comunidades rurais foram nomeadas a partir dessa atividade: Curral de Baixo, Curral do Meio, Malhada do Meio e Malhada da Pedra. A cultura caririzeira é profundamente marcada pelo gado.

Os primeiros aventureiros fixaram-se perto das águas, nas margens dos rios para construir seus currais; uma vez que os currais estavam feitos, introduziam-se os gados, a terra era povoada e a fazenda estabelecida.

Os grandes latifundiários, em geral, não moravam na fazenda, a pecuária extensiva era confiada a trabalhadores especializados, os vaqueiros. Eles tinham um cargo de confiança, porque o seu patrão nunca podia controlar seu trabalho por completo.

O trabalho dos vaqueiros consistia em passar o dia ocupado em amansar e ferrar bezerros, queimar os campos na estação própria, matar onças, cobras, morcegos, abrir cacimbas e bebedouros, marcar vacas com crias e vigiá-las para que não escondessem os filhotes e torná-los selvagens, matar varejeiras, reunir a boiada, correr atrás do gado, preparar a roça rudimentar nas vazantes. Além disso, tinham que plantar uma roça para sua própria sobrevivência (RIETVELD, 2017).

A pecuária era extensiva, o que significa muita terra e poucos animais. Os animais viviam soltos e só eram recolhidos no curral quando estavam prontos para abate. Eram momentos de festa. Dias que os vaqueiros pegavam gado no mato. Estas festas se transformaram em momentos de pega de boi, vaquejada, missa do vaqueiro e cavalgadas.

Todos os vaqueiros entrevistados viveram assim. Alguns, mais velhos, estão aposentados, participam ainda de pegadas de boi, missas de vaqueiro, vaquejadas, porém não trabalham mais. No entanto, em todos os casos, os filhos e, até netos e bisnetos, seguiram os passos dos pais e, apesar de o trabalho de vaqueiro ser um pouco diferente daquela época, ainda existe e é incentivado pelos mais velhos.

Na casa de uma família assentada descobri que todos eram vaqueiros, desde o trabalhador da Fazenda, até seus netos. Assim relatou sua filha:

A família é toda *vaqueiro*. Todo mundo monta. Tenho quatro filhos, todos andam de cavalo. Aqui o que não anda a cavalo é porque não é da família, desde o meu avô, meu bisavô. A mais nova que anda a cavalo tem três anos, começou a andar a cavalo com 9 meses⁴⁹.

⁴⁹ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

Nessa família, os netos de nove e dez anos já participam de pegas de boi no mato. Inclusive possuem até a roupa de vaqueiro – “o terno de couro”. Uma das crianças fez questão de vesti-la para que registrássemos. A seguir podemos ver duas gerações de vaqueiros, o avô e seus companheiros, na primeira foto, e o neto, na segunda foto.



Figuras 25 e 26 – Duas gerações de vaqueiros: Avô e neto. Fonte: cedida pelo entrevistado e do acervo da autora – outubro/2018, respectivamente.

De acordo com os entrevistados o “terno de couro” custa em torno de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a roupa completa: bota, perneira, guarda peito, gibão, luva e chapéu; toda feita de couro de bode. Na época da Fazenda era de couro de gado. A pessoa que confecciona a roupa ainda continua sendo a mesma do tempo de João Motta.

Sobre a motivação para ser vaqueiro muitos não souberam explicar, talvez seja algo difícil de se colocar em palavras. Para um dos vaqueiros entrevistados:

Já nasci vaqueiro, só sei que de pequeno mesmo, as vezes ia lá *pra* uma fazenda que a gente morava lá perto, os vaqueiros passavam e eu saía correndo atrás, só *pra* quando eles paravam os cavalos, que as vezes eles iam tomar uma, eu ficava segurado com os cabrestos, tinha aquele prazer⁵⁰.

Atualmente, segundo os vaqueiros entrevistados, o trabalho é diferente. O vaqueiro corre vaquejada para ganhar prêmio, participa de pega de boi por diversão, enquanto antes fazia parte do trabalho. De toda forma, criar e domar cavalo, criar gado, participar de pegas de boi

⁵⁰ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.

para se divertir, participar de vaquejada para receber prêmios ou, simplesmente, andar a cavalo nesse cariri, é coisa de vaqueiro, como veremos no trecho da toada procissão do vaqueiro:

PROCISSÃO MONTADA DO VAQUEIRO
TOADA⁵¹

MÃE SENHORA APARECIDA
E DEUS MEU PAI VERDADEIRO,
PEÇO VOSSA PROTEÇÃO
PARA O TORRÃO CARIRIZEIRO,
ILUMINAI TODOS NÓS
NA PROCISSÃO DO VAQUEIRO

(...)

23

DA FAMÍLIA JUVELINO⁵²
FOI MANTIDA A TRADIÇÃO,
VAQUEIRO NELA NÃO FALTA
A SUA BANDEIRA É O GIBÃO...
A PONTA DE RAMA É CAIO⁵³
NAS CORRIDAS DE MOURÃO.

Há quatro anos, no Assentamento Serra do Monte, buscando preservar a cultura do vaqueiro, surgiu uma tradição: A missa do vaqueiro. Tudo teve início quando o Padre de Cabaceiras, João Jorge, conversou com uma liderança do Assentamento na intenção de fazer uma missa para Nossa Senhora Aparecida, protetora dos vaqueiros. Abraçando a ideia, a liderança visitou todas as 101 famílias, buscando apoio para realizar a missa, os assentados então se organizaram e em outubro de 2015 ocorreu a 1ª Festa do Vaqueiro no Assentamento Serra do Monte.

A festa, que estava programada para ocorrer no dia 14 de outubro de 2018, foi cancelada devido a um acidente com um assentado que ficou preso em uma máquina ensiladeira e acabou vindo a óbito, uma semana antes da festa.

⁵¹ Trecho da Toada composta para a festa do vaqueiro. Para Toada completa ver Anexo 1.

⁵² Família assentada entrevistada, onde todos são vaqueiros.

⁵³ Neto de vaqueiro assentado entrevistado, de apenas 10 anos.

Toda a programação estava pronta e assim seria o roteiro da festa: teria início por volta de 12 horas, na casa do assentado Jerônimo Sampaio, com uma feijoada. Após o almoço, aconteceria a pega do boi no mato, também no lote de Jerônimo, onde o vencedor seria aquele que pegasse o boi em menos tempo. Os prêmios seriam: 1º lugar - R\$ 80,00 (oitenta reais); 2º lugar – R\$ 70,00 (setenta reais); 3º lugar – R\$ 60,00 (sessenta reais); 4º lugar - R\$ 50,00 (cinquenta reais) e 5º lugar - R\$ 40,00 (quarenta reais).

Após a pega de boi, os vaqueiros seguem em cavalgada para a sede da antiga Fazenda, onde hoje se encontram a escola, a UBS e a Igreja. A Imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira dos vaqueiros, segue em cima da carroça, em procissão, com um aboiador cantando a toada.

A toada apresentada no início desse tópico foi escrita por um poeta de Cabaceiras, especialmente para a festa que iria acontecer dia 14 de outubro de 2018. Como observou-se, na toada há homenagem a várias figuras representativas da história dos vaqueiros do Assentamento. Isso porque na cultura do vaqueiro a música é muito importante, muitos sabem aboiar, cantar à frente do gado, toada pouco variada e triste, que serve para guiar e pacificar reses e sobre estas exercer muita influência quando saudosa e em viagem (CUNHA, 2016). A toada embala a procissão que segue para a realização da missa do vaqueiro.

Chegando ao pátio acontece a premiação da “garota do gibão”⁵⁴, momento em que são escolhidas uma criança e uma mulher, representando o feminino, e onde também é escolhido o melhor vaqueiro do ano. Em seguida, os vaqueiros se organizam em fila dupla para se dirigir ao pátio da igreja, onde ocorrerá a missa.

O padre celebra a missa vestindo “terno de couro”. No momento do ofertório, cada vaqueiro oferece algo seu, algo que o representa enquanto vaqueiro, ao mesmo tempo em que o aboiador continua seu canto.

No momento da comunhão, no lugar da hóstia, o padre oferece um pedaço de rapadura com um pedaço de queijo. Após a missa, ocorre a entrega do troféu e dos prêmios, para os vencedores da pega de boi, para o vaqueiro mais velho e para o vaqueiro mais jovem. A grande festa encerra após a missa, em confraternização na quermesse.

Os assentados falam com muita alegria e empolgação sobre as festas anteriores. De acordo com um entrevistado:

⁵⁴ A garota do gibão é escolhida pelos vaqueiros adultos. Há a escolha de duas garotas do gibão, a garota mirim é escolhida dentre garotas de até 14 anos de idade e a outra garota é escolhida dentre garotas de até 20 anos de idade. As garotas desfilam, vestidas com terno de couro, se assim quiserem, levando o seu cavalo pela rédea.

No dia da festa a gente conseguiu reunir 170 vaqueiros e a multidão do assentamento veio toda *pra* igreja, veio a vizinhança todinha *pra* missa, a missa foi a coisa mais linda do mundo. Quando tem evento da igreja o povo se reúne. (...) na primeira cavalgada conseguimos quase 80 vaqueiros. O padre é apaixonado por vaqueiro. O padre disse que não gostou porque os vaqueiros usavam boné e não a roupa tradicional. Por causa disso organizei uma pega de boi no mato e coloquei no cartaz que só corria quem estivesse encourado, encheu, a gente chegou a contar 115, mas deu cerca de 150 vaqueiros⁵⁵.

Outro assentado exhibe, com orgulho, os prêmios que recebeu nas festas anteriores:



Figura 27 – Assentado, filho de vaqueiro e também vaqueiro, exibindo os prêmios recebidos nas festas de vaqueiro do Assentamento. Fonte: acervo da autora – agosto/2018.

De acordo com os idealizadores da festa do vaqueiro, a decisão para realizá-la surgiu para manter sua tradição, pois, após a desapropriação da fazenda, os vaqueiros deixaram de ser vaqueiros de João Motta para ser vaqueiros deles mesmos, porém de uma forma diferente, mas sem esquecer de sua cultura, é o que se observa no seguinte relato:

Por que inventou a missa do vaqueiro? Porque tudo que a gente falou aqui foi de vaqueiro né e a gente viu a tradição se acabando por conta, você imagine, João Motta era um fazendeiro que tinha vaqueiro, hoje a gente *somos* vaqueiro, mas *somos* vaqueiros nossos, não tem mais aquela tradição de viver no mato pegando boi, marcando gado, castrando, como fazia antigamente, aí a gente viu aquilo ali se acabando, a gente resolveu fazer a missa do vaqueiro, com pega de boi, *pra* que a cultura não se acabe, inclusive a gente conversava muito com os meninos, se não fosse a família dos Juvelino, tinha se acabado vaqueiro nessa região aqui, eu também sou

⁵⁵ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

de uma família que gosta muito dessas coisas mas a gente *num* é como a família de Juvelino, que gosta mesmo de cavalo. Toda casa tem um cavalo, um gibão de couro⁵⁶.

Além da festa do vaqueiro que ocorre todo ano, sempre ocorrem pegas de boi no Assentamento. As famílias de vaqueiros costumam organizar as pegas tanto para manter a tradição como para treinar e se divertir. É momento de festa e confraternização dos assentados, recebendo pessoas de fora do Assentamento também.

Fomos convidados para uma “Pega de boi no mato” pela família do vaqueiro Neco Juvelino. Assim, no dia 13 de março de 2019 fomos ao Assentamento, no lote da Família Juvelino, confraternizar na Pega de Boi, no Curral das Baraúnas – nome do local da pega, escolhido lá, na hora, devido à grande quantidade de árvores desse tipo.

A pega de boi estava marcada para iniciar as 09 horas. Chegamos no horário e observamos toda a organização. A família de Seu Neco puxou uma extensão elétrica da casa para o curral e instalou uma geladeira e uma caixa de som para narrar a pega. Colocaram à venda cerveja, refrigerante, salgados. Fizeram uma fogueira e também assaram carne, no final havia feijoada, feita por sua esposa, Dona Isailda, de forma gratuita para todos os presentes.

A pega de boi foi o primeiro dia de torneio, haverá outros. Cada vaqueiro que desejasse participar deveria pagar o valor de sua inscrição – R\$ 30,00 (trinta reais). Com o passar do tempo, os vaqueiros iam chegando aos poucos, com seus cavalos e alguns em caminhonetes. Alguns faziam sua própria fogueira e assavam as carnes, bebiam e conversavam. No som sempre estava tocando uma música de aboio.



Figura 28: Vaqueiros chegando para a Pega de Boi. Fonte: acervo da autora – março/2019.

⁵⁶ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

Outras pessoas da comunidade e das redondezas chegavam para assistir a pega e para interagir com as pessoas. Seu Neco nos recebeu muito bem, nos mostrou o local e me ajudou a escolher uma árvore, uma baraúna, onde eu poderia subir, observar a pega de boi, fotografar e filmar, sem medo de me machucar, pois eu estava com medo de dar de cara com um boi. Busquei proteção na caatinga.



Figura 29: Autora em cima da árvore de baraúna. Fonte: acervo da autora – março/2019.

Passadas cerca de duas horas a pega de boi começou: havia um curral com o gado e, no momento indicado, soltava-se o boi no mato, na caatinga fechada; iam dois vaqueiros por vez, deveriam pegar o cordão que estava no pescoço do boi, no menor tempo possível.



Figura 30: Curral com o gado para a Pega de Boi.
Fonte: acervo da autora – março/2019.



Figura 31: Vaqueiros se preparando para a Pega de Boi. Fonte: acervo da autora – março/2019.



Figuras 32 e 33: Vaqueiros correndo no encalço dos bois. Fonte: acervo da autora – março/2019.

Os vaqueiros e os cavalos estavam encourados, porém, mesmo assim, alguns se machucaram. Caíam do cavalo, passavam no meio de facheiros, catingueiras, macambiras e voltavam machucados, mas felizes. Não houve nenhum ferimento grave, muitos machucaram a região perto dos olhos, a boca e voltavam com espinhos na pele. Quando eu perguntava se estava tudo bem, eles respondiam “isso não é nada não”, “a gente cai, mas é bom”. Eu continuava evitando chegar perto dos bois e eles me diziam: “você tem que ter cuidado por onde anda, olha aí atrás de você o tamanho do xiquexique”.

A caatinga é uma aliada do vaqueiro e do gado, que a conhecem bem, cresceram em meio a ela, conhecem as plantas que machucam e que curam, têm orgulho, principalmente com relação ao xique-xique, pelo espinho ser mais perigoso, evitado sempre pelo gado. Porém, para quem não está acostumado, pode ser bem perigoso.



Figuras 34 e 35: Cavalo encourado e vaqueiro com rosto machucado após a Pega de Boi. Fonte: acervo da autora – março de 2019.

Não pude deixar de perceber a adaptação feita nos ternos de couro de vaqueiros dos mais jovens, para proteger o rosto, geralmente a parte que fica mais machucada durante a pega, alguns deles criaram máscaras e chapéus com viseira de capacete.



Figuras 36 e 37: Vaqueiros com máscara e chapéu adaptados. Fonte: acervo da autora – março/2019.

Quanto mais os vaqueiros corriam, mais eles queriam correr. Descansavam no chão, na terra, embaixo de árvores e tomavam sua pinga.

A família de Seu Neco estava presente, suas duas filhas, seus dois filhos vaqueiros que também correram e seus quatro netos, tataranetos de Maria Preta⁵⁷.

Os meninos não saíam de cima do cavalo, numa felicidade só! O neto, Caio, correu a pega junto com seu tio, Bibi. Os outros ficavam no cavalo, brincando, vestidos com roupas de couro.



Figuras 37 e 38: Netos de Seu Neco Juvelino. Fonte: acervo da autora – março/2019.

⁵⁷ A narrativa sobre a história de Maria Preta será desenvolvida mais à frente.

No final, quando fui me despedir de Seu Neco, ele fez questão de me dar leite e coalhada, das suas vacas, e manteiga que ele mesmo tinha feito.

A pega de boi foi emocionante, divertida, um dia de festa! Incrível ver como todos eles amam aquela terra, como a conhecem e se sentem à vontade em meio a ela. É momento de confraternização, a família se organiza para receber vaqueiros da redondeza, amigos, companheiros de trabalho. Não têm medo de se machucar, parece que a adrenalina dispara na veia deles, é preciso muita coragem para entrar no meio da mata fechada da caatinga, em alta velocidade, em cima de um cavalo no encalço de um boi. Porém eles não se intimidam, gostam do desafio - a caatinga é velha conhecida deles.

Nas conversas com os vaqueiros pudemos perceber em suas falas o orgulho quem sentem pois, para eles, ser vaqueiro é ser forte, valente, corajoso.

Sua cultura de vaqueiro é fortemente marcada pelos lugares no assentamento que os remetem às suas memórias mais significativas de trabalho, de busca por água para saciar a sede dos animais, da vegetação própria para as pegadas de boi, de confraternização. No intuito de melhor compreender a relação dos vaqueiros com os lugares apontados, escolhemos uma unidade familiar, a família do vaqueiro Neco Juvelino, para realizar uma oficina de cartografia social, objetivando a construção de um mapa onde a família poderia relatar sua vivência no território do assentamento

3.1.1 Cartografando os geosímbolos - espaços identitários

Durante toda a narrativa realizada pelos vaqueiros, percebemos que determinados espaços eram repetidamente citados, como lugares importantes para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, desde o passado, até o momento presente; espaços com histórias de trabalho, de família, de lazer, que compõem sua identidade junto ao território do assentamento, apresentando-se como verdadeiros geossímbolos.

De acordo com Bonnemaïson (2012), um geosímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão que os fortalece em sua identidade.

Para Bonnemaïson (2012, p. 110):

O espaço vivido traz uma nova dimensão em dados subjetivos e existenciais. O espaço vivido é um “espaço-movimento”, formado pela soma dos lugares e trajetos que são usuais a um grupo ou indivíduo. Portanto, trata-se de um espaço de reconhecimento e familiaridade ligado à vida cotidiana. Todavia, esse espaço cotidiano e subjetivo,

ligado a um estatuto e a um comportamento social, não corresponde necessariamente a um “espaço de cultura”, menos ainda a um território.

Dessa forma, a cultura engloba o vivido, ao mesmo tempo em que o transcende. A representação cultural vai para além do horizonte cotidiano; ela nasce da sensibilidade e da busca de significações. Durante a pesquisa realizada, em todas as conversas com as pessoas do Assentamento, alguns lugares sempre foram citados como referências as vivências cotidianas, tanto do passado, na época do trabalho na Fazenda, como no presente. Lugares que os remetem a atividades de trabalho, à busca por água, à determinadas pessoas, à diversão, à momentos de expressão religiosa, ou seja, ao todo vivenciado por eles, às suas memórias mais queridas e significativas, que compõem a sua história no Assentamento.

Percebe-se, que a reflexão sobre a cultura leva a aprofundar o papel do simbólico no espaço. Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geosimbólico, carregado de afetividade e significações; em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores. A ideia de território fica então associada à ideia de conservação cultural (BONNEMAISON, 2012).

Os Juvelinos foram escolhidos levando-se em consideração tratar-se de uma família que ainda mantém, bastante forte, a tradição do vaqueiro. Os dois filhos de Seu Neco seguiram a vida de vaqueiro e seus três netos, ainda crianças, se encaminham para isso.

Dessa forma, a construção do mapa social realizou-se no dia 26 de fevereiro de 2019 e teve dez participantes: Seu Neco; sua esposa, Dona Isailda; sua filha, “Ninha”; seu filho, Adenildo; sua neta, Amanda, o esposo dela, e seus demais netos, as crianças: Layane, Maria Rita, Logan e Caio.

Utilizamos uma cópia de um mapa datado de 1975, quando o assentamento ainda era de propriedade de João Motta, cedido por um dos vaqueiros assentados. Em cima desse mapa, a Família Juvelino construiu sua cartografia, utilizando lápis de colorir.

De início, Seu Neco relatou que não queria pintar e nem escrever, disse que iria falando e seus filhos e netos desenhariam e pintariam o mapa, e assim aconteceu.

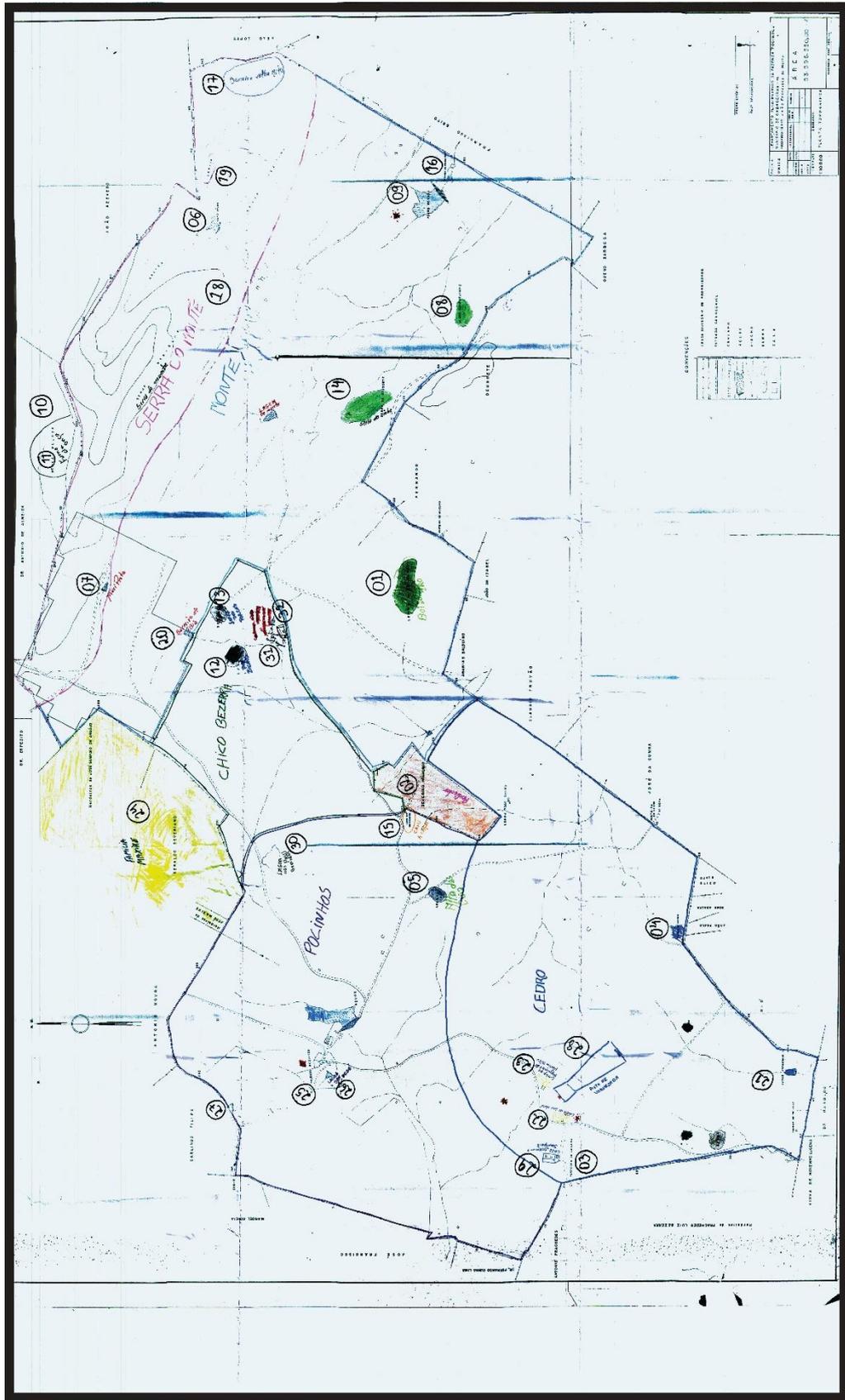


Figura 39: Família Juvelino realizando a cartografia social. Fonte: acervo da autora – fevereiro/2019.

O primeiro elemento que chamou a atenção de Seu Neco foi a Serra do Boi Dourado identificada no mapa como o ponto 01. De acordo com ele o nome dela é “Serra do Boi do Aro”, é assim que eles a conhecem, então esse é o nome dela. Desse momento até o final da construção do mapa social, percebemos que seu Neco sempre apontava para serras e lugares com água, identificando todos.

Para ele, as serras lhe trazem a memória dos tempos em que era vaqueiro, pois era nessas serras onde ele e seus companheiros iam em busca do gado, onde ocorriam as pegas de boi (pontos 01, 05, 08, 10, 12, 13, 14, 18 do mapa social). Era nos barreiros, açudes, lagoas e cacimbas onde paravam para descansar e dar água aos animais (pontos 04, 06, 07, 09, 16, 17, 20, 21, 26, 27, 30, 31 do mapa social). Lembra com saudade e pude perceber um pouco de tristeza ao tocar nesse assunto, pois hoje está tudo muito diferente, a escassez de água é motivo de muita preocupação para os assentados. Ao mencionar o Olho d’água na Serra do Monte, ponto 06 do mapa social, Seu Neco nos contou: “não tem mais água, só aquela lama. No tempo do *vêi* (referência à João Mota) nunca foi seco não, secava... mas ficava a cacimba, *num* sabe? Aí depois num limpavam mais...”⁵⁸

⁵⁸ Fala do Entrevistado Neco Juvelino – fevereiro/2019.



Mapa 3 – Cartografia social realizada pela família de Seu Neco Juvelino. Fonte: acervo da autora – fevereiro/2019.

Mapa 3 - Legenda		
Pontos indicados no Mapa	Localidade	Atividades realizadas
3		
Ponto 01	Serra do Boi do Aro	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 02	Rodeador	Divisão interna dos setores
Ponto 03	Porteira do Caiçara	Divisa externa com território do assentamento
Ponto 04	Lagoa do Cedro	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 05	Serra do Alto das Cuias	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 06	Olho D'água da Serra	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 07	Barreiro de Maria Preta	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 08	Serra do Brejinho	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 09	Açude da Onça	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 10	Serra Pelada	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 11	Furna da Onça	Lugar que a onça habitava
Ponto 12	Serra dos Bichos	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 13	Serra dos "Poicos"	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 14	Serra do Imbé	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 15	Casa de "Motozin"	Moradia
Ponto 16	Cacimba da Velha Rita	Lugar de descanso e de dar água aos animais

Ponto 17	Açude da Velha Rita	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 18	Serra do Monte	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 19	Grotão	Busca pelo gado; pegas de boi
Ponto 20	Barreiro de Bia	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 21	Açude Arrombado	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 22	Casa da Família	Moradia
Ponto 23	Casa de “Nêguinho”	Moradia
Ponto 24	Propriedade da Família Maxixe	Divisa externa com território do assentamento
Ponto 25	Sede	Lugar de confraternização, reunião e missa
Ponto 26	Lagoa de Seu Dedé	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 27	Lagoa da Cerca	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 28	Pista de Vaquejada	Lugar de confraternização e treinamento
Ponto 29	Casa de Jerônimo	Moradia
Ponto 30	Lagoa dos Paus Brancos	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 31	Açude de Chico Bezerra	Lugar de descanso e de dar água aos animais
Ponto 32	Casa de Seu Euclídes	Moradia
Delimitação com o contorno na cor roxa	Setor Pocinhos	Divisão interna dos setores
Delimitação com o contorno na cor azul escuro	Setor Cedro	Divisão interna dos setores

Delimitação com o contorno na cor azul claro	Setor Monte	Divisão interna dos setores
Delimitação com o contorno na cor verde	Setor Chico Bezerra	Divisão interna dos setores
Delimitação com o contorno na cor rosa	Setor Serra do Monte	Divisão interna dos setores

O Olho D'água situado na Serra do Monte, ponto 18 do mapa social, foi um lugar bastante mencionado por todos os vaqueiros entrevistados, por sua história peculiar. Segundo contam, era um local onde tinha bastante água doce, local onde os animais iam para bebê-la. No entanto, há muito tempo atrás, antes mesmo da propriedade ser do Major Lafayette⁵⁹, havia um proprietário que se escondia no mato e, toda vez que um animal de outra pessoa ia beber a água, ele furava os olhos do animal com espinhos de palmatória, o que ele não esperava era que, por castigo aos maus tratos que ele fazia aos animais, a água salgou e passou a não servir mais para consumo.



Figura 40 – Olho D'água salgado, atualmente. Fonte: acervo da autora – outubro/2018.

Atualmente, o Olho D'água salgado encontra-se sem água, há muito tempo que os assentados não o viam assim, sempre tinha um pouquinho de água. Inclusive já viram veados naquela área, porém, a seca, a falta de chuva e o desmatamento estão trazendo graves consequências para a serra e para os assentados.

⁵⁹ Proprietário da Fazenda Pocinhos anteriormente à João Motta.

Outro local de água logo identificado por Seu Neco e mencionado pelos demais vaqueiros entrevistados fica no pé da serra, é a “Cacimba da Velha Rita” (ponto 16 do mapa social), conhecida como a cacimba que sempre teve a água salgada e que nunca havia secado, até o ano de 2018. De acordo com um assentado " a cacimba lá debaixo do monte, salgadíssima, é um negócio fora de série, era a única coisa que tinha botando água constantemente”⁶⁰.

Conforme vem sendo demonstrado durante todo o trabalho, as fontes de água estão secando. O ano de 2018 foi de muita seca e muita preocupação dos assentados com a questão da água. Felizmente, recentemente, no início do ano de 2019, ocorreram algumas chuvas no município de Cabaceiras e várias cacimbas, barreiros, açudes e lagoas ficaram cheios. A preocupação agora é como manter esses locais com água e até quando a água irá permanecer. O desmatamento destacado no capítulo anterior e a seguir é um elemento que potencializa a seca na região.



Figura 41 e 42 – “Cacimba da Velha Rita”. Fonte: acervo da autora – outubro/2018 e abril/2019, respectivamente.

A felicidade com a chegada da água era perceptível nos rostos de Seu Neco e de seus familiares. Logo eles foram em busca de identificar no mapa o Barreiro de Maria Preta (ponto 07 do mapa social) e Seu Neco já foi me convidando para irmos lá ver como ele estava bonito cheio de água.

A história do Barreiro de Maria Preta é a que mais me chamou a atenção, conhecer um pouco da história dessa mulher e, perceber, como a pesquisa nos leva por caminhos desconhecidos para nos ajudar a nos encontrar é realmente surpreendente. Foi assim a minha história ao encontrar com a história dela. Falar sobre Maria Preta com a família de Seu Neco

⁶⁰ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

rendeu um bom tempo de conversa pois sua filha, “Ninha”, teve quatro filhos com “Nêguinho”, vaqueiro e bisneto de Maria Preta.

Em absolutamente todas as casas visitadas, todos tinham algo a dizer sobre Maria Preta. Ela foi cozinheira da Fazenda Pocinhos, empregada de João Motta, era responsável por fazer a comida de todos os trabalhadores.

De acordo com o relato de sua bisneta e de seu filho, Maria Preta era bisneta de “cabocla brava, pêga no sertão a casco de cavalo e dente de cachorro”. Sua bisavó vivia no sertão, dentro do mato, contam que um grande fazendeiro a encontrou no meio de suas terras e, montado em um cavalo, com ajuda de um cachorro, a caçou e tomou-a para si, quando ela ainda era juvenzinha. Especula-se que era escrava. De acordo com seu filho, “Motozin”, Maria Preta tinha sangue desse povo dos caboclos bravos, mistura de índio com negro.

Maria Preta, ainda juvenzinha, por sua vez, casou-se e foi trabalhar na Fazenda Pocinhos, quando essa ainda era de propriedade do major Lafayette, e lá permaneceu quando João Motta comprou a propriedade. Todos comentam que ela era “ruim” com seus bisnetos, escondia comida, dava só a Nêguinho, seu bisneto preferido. Contam que certa vez, de tanto um trabalhador aperrear dizendo que a comida estava sem sal, ela colocou um punhado de sal no xerém e o obrigou a comer tudo.

Contam também que “ela traía muito o marido, as vezes ele ficava sem querer falar com ela, mas ela aperreava tanto, até ele não aguentar mais e falar com ela. Cozinhava o dia inteiro e de noite ainda tinha disposição para ir ao forró, ela adorava festa”⁶¹.

Maria Preta cozinhava na Fazenda, mas, principalmente, em um barreiro. Ia para esse barreiro para ficar mais próxima do local onde os trabalhadores estavam; montava sua barraca, levava suas panelas e passava o dia cozinhando xerém, a noite ela voltava para casa. Segundo relato dos entrevistados:

Tem um barreiro lá que a gente só chama o barreiro de Maria Preta, no tempo que o “véi” era vivo aí o povo queimava *pro* gado, queimava espinho, aí ela ia *pra* lá *pra* fazer o café, o almoço, ficava lá o dia *todin* fazendo comida pro povo e de noite vinha *simbora* A panela que Maria Preta cozinhava feijão cabia quatro lata d’ agua, era um tachão de ferro bem grandão⁶².

⁶¹ Fala do Entrevistado 5 – fevereiro/2019.

⁶² Fala do Entrevistado 5 – fevereiro/2019.



Figura 43 – Maria Preta. Fonte: cedida por sua bisneta.



Figura 44 – Barreiro de Maria Preta. Fonte: acervo da autora – abril/2019.

Os trabalhadores iam para o mato queimar espinhos⁶³ para dar de comida ao gado. Maria Preta então pegava o trator e ia para o seu barreiro com tambores de leite e massa de cuscuz, xerém, chegava a cozinhar, muitas vezes, para cerca de 50 a 60 trabalhadores, dentre vaqueiros, trabalhadores que queimavam espinhos e limpavam o mato. No barreiro, Maria Preta montava sua barraca embaixo de uma árvore de boname. De acordo com o relato de seu filho caçula, “Motozin”:

(...) tinha o barreiro e tinha o barraco, do barreiro *pra* cá tinha dois pezão de boname, bem grande, aí era onde era o barraco que ela cozinava, sempre tinha água, naquela época todo ano chovia. Todo ano era bom de inverno, não faltava água não⁶⁴.

⁶³ Juntar macambira e tocar fogo, depois tirava a macambira de dentro da brasa, a quebrava com a marreta e dava como alimento para o gado.

⁶⁴ Fala do Entrevistado 17 – fevereiro/2019.



Figura 45: Árvore de Boname, local onde Maria Preta montava sua barraca no Barreiro. Fonte: acervo da autora – abril/2019.

Alguns assentados chegaram a conhecê-la já quando ela estava aposentada, segundo relato de um deles:

Eu não conheci ela mais trabalhando na fazenda, conheci ela aposentada, já velha, que a gente até brincava com ela, dizia que ela tinha mais de 100 anos, que ninguém sabia a idade dela realmente, na família dela foi inventado um documento *pra* ela porque não tinha documento nessa época, botaram que ela tinha 15 anos, mas achavam que ela tinha mais⁶⁵.

Após a morte de Maria Preta, sua neta, Maria Rita, assumiu o seu lugar como cozinheira da Fazenda. Os assentados relatam que o tempo de Maria Rita já era outro, não havia necessidade de cozinhar no barreiro, ela cozinhou na casa sede mesmo. Segundo relatos:

Maria Rita era *pra* ser rica, dona disso aqui tudo, o *vêi* queria ficar com ela, pejejou, ela não quis, o *vêi* João Motta, que ela trabalhava na fazenda. O *vêi* morreu e nem as filhas e nem os filhos deixaram ela sair daqui não. Um dia ela disse a eu ‘mas rapaz ainda hoje eu me arrependo, por que eu não me juntei mais aquele *vêi*?’ Ela era toda cheia de graça, ‘ainda hoje eu tenho raiva d’ eu visse, eu podia ser dona disso tudo aqui’. Faz nove anos que ela morreu⁶⁶.

⁶⁵ Fala do Entrevistado 5 – fevereiro/2019.

⁶⁶ Fala do Entrevistado 5 – fevereiro/2019.

Os assentados contam que João Motta queria ficar com Maria Rita e, posteriormente, quis adotar uma de suas filhas, mas ela não quis, nem uma coisa e nem outra. Ela se aposentou e continuou morando na Fazenda. Na época da concretização do Assentamento ela ainda estava viva e vivia com seus filhos, netos e bisnetos, escolheu uma casa e nela permaneceu até seu falecimento. Ela faleceu e no assentamento ainda vivem até tataranetos seus, todos vaqueiros.



Figura 46: Maria Rita, de camisa azul, e sua família. Fonte: concedida por seu bisneto.



Figura 47: Fogão de Maria Preta, com mais de 100 anos. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.

Minha busca por conhecer melhor a história de Maria Preta me levou até a casa de seu filho caçula, “Motozin”. Ele mora na área urbana de Cabaceiras e passamos uma tarde conversando. Minha primeira surpresa, ao chegar na casa dele, foi reconhecer uma de suas filhas, lembrei que brincava com ela quando eu era criança e, logo percebi que a outra filha dele, Gizelda, foi, na verdade, pessoa muito importante para mim, ela trabalhou na minha casa, cuidando de mim e do meu irmão. A minha surpresa e alegria não tem tamanho, a neta de Maria Preta foi pessoa imprescindível para a formação da mulher que sou hoje. Na busca pela identidade dos assentados fui me deparando com a minha própria.

O nome de Maria Preta é Maria Teresa da Conceição, ela faleceu no ano de 2002, com mais de 90 anos de idade e teve nove filhos.

Após longa conversa sobre Maria Preta e após escolhermos o dia para visitar o barreiro, Seu Neco identificou outro lugar de água - o Açude da Onça, ponto 09 no mapa social. De

acordo com ele, o açude tem esse nome porque era um local de passagem da onça, que vivia na Serra do Monte. Ela apenas passava e bebia água, não matava nenhum animal e ele nunca a viu, alguns vaqueiros relataram ter visto apenas o seu rastro. De acordo com um deles:

Tinha até há poucos anos, ela passava, atravessava a serra e vinha beber água, é esquisito andar na serra, lá eu nunca vi não, mas muita gente viu, ela atravessava a serra de um lado *pra* outro. Hoje, quem sabe? Talvez no inverno, mas é fechado demais⁶⁷.

Todos ficaram sabendo sobre a onça através de seus familiares mais antigos, alguns viram a onça quando atravessavam a serra, outros viram em cima de uma pedra, nesse açude, todos tinham medo quando escutavam o seu “esturro”⁶⁸.

Um dia a onça foi capturada, assim relata um assentado:

O povo é quem diz, eu nunca vi, eu vi o rastro dela, quando chovia ela passava no pé da serra, na estrada que tinha, e de noite ela passava esturrando. Aí um dia fomos *pra* malhada da roça olhar o gado lá, aí deu uma chuvada de tardezinha (...) Aí Dé disse ‘mas tu não sabe o que eu vi ali no caminho, vi o rastro, era uma só’, morava em todo canto na serra, a bicha do lombo preto. Aí subimos, chegamos lá na Salambaia e achamos o rastro dela que cruzou a estrada, aí dessa vez o *caba* matou ela. Quando ela subia daqui, ela ia pro chiqueiro dele, matou umas ovelhas, aí ele pegou o rastro dela, aí ele foi e botou veneno, aí quando ela veio comer o resto aí morreu, ele tirou as patas dela e as presas e guardou⁶⁹.

O açude é bastante grande, quando enche possui 21 hectares de lâmina d’água. No entanto, durante muito tempo esteve sem água e sem onça. Durante a pesquisa fui visitar o local e, praticamente não tinha água, inclusive passei na estrada, dentro do açude. Para os entrevistados, tanto a falta d’água quanto a falta de animais no Assentamento é consequência do desmatamento que vem ocorrendo. No entanto, após as chuvas do início de 2019, o açude recebeu um pouco mais de água.

⁶⁷ Fala do Entrevistado 5 – agosto/2018.

⁶⁸ De acordo com os assentados, é o som que a onça emite.

⁶⁹ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.



Figuras 48 e 49 – Açude da Onça. Fonte: acervo da autora – outubro/2018 e abril/2019, respectivamente.

A onça passava pelo açude, porém o local de sua morada era na Furna da onça, ponto 11 do mapa social, na Serra Pelada, ponto 10 do mapa social, que se encontram localizadas em cima da Serra do Monte, ponto 18 do mapa.

Seu Neco e sua família foram nos guiando pelo mapa através das serras, dos barreiros, açudes e cacimbas até chegarmos no local que, para eles, seria o coração do assentamento: A Serra do Monte.

Além de dar o nome ao assentamento, a Serra do Monte constitui sua área de reserva legal, onde atualmente, conforme mencionado no capítulo anterior, está ocorrendo muito desmatamento. Todos os entrevistados falaram sobre a serra em tom de saudade, de como ela era anteriormente, na época da Fazenda.

Alguns disseram que evitam passar por lá porque vê-la dessa forma causa imensa tristeza; outros ainda gostam de andar na serra e relembrar os tempos em que trabalhavam lá e onde brincavam na infância: “eu passo o dia todinho em cima daquela serra”. Segundo relato de um assentado:

É difícil, eu *num* gosto muito não que eu me lembro de muita coisa, dá saudade. Na serra *tá* meio chorado, acabaram muito com a madeira, dá uma dor porque você *num* pode mandar né, por mim não tirava, continuava do jeito que era⁷⁰.

⁷⁰ Fala do Entrevistado 3 – agosto/2018.



Figura 50 – Serra do Monte atualmente. Fonte: acervo da autora – outubro/2018.

Além de ser, em si mesma, ponto de referência para todas as pessoas do Assentamento, dentro dela há vários outros lugares que guardam a memória de suas histórias. Um dos assentados morou numa casa de taipa no pé da serra, local onde também havia uma igreja e onde seus filhos nasceram. De acordo com ele:

A igreja do monte era lá, lá ainda teve casamento e batizado. Nesse tempo eu ainda não *tava* aí não, mas teve gente mais *vêio* que conta muita história ali, era da época do major Lafayette. Ainda tem um curral de pedra, ainda tem uma parte que *tá* de pé, do lado da casa. No tempo que a gente morava lá, quando era de madrugada, a gente acordava escutava o cantar, a gente não sabe nem que pássaro era⁷¹.



Foto 51 – Antiga casa do morador da Fazenda, no pé da serra, onde se localizava a igreja do Monte. Fonte: acervo da autora – outubro/2018.

⁷¹ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.

Enquanto Seu Neco falava sobre as serras e os locais de água, o primeiro lugar mencionado por sua filha “Ninha” foi a Sede, ponto 25 do mapa social. O nome sede ainda é utilizado pelos entrevistados, fazendo referência ao local onde se encontrava a antiga Casa da Fazenda do Coronel João Motta. Para a Família Juvelino, seu lugar preferido no Assentamento, depois de sua própria casa, é a sede.

Percebemos que em todas as falas dos vaqueiros entrevistados houve unanimidade sobre o local preferido dentro do Assentamento: sua própria casa. Para além de suas casas, todos apontaram que gostam de visitar a área onde está localizada a antiga casa sede da Fazenda, onde hoje funciona a escola e as reuniões da associação. De acordo com um assentado:

É justamente o lugar lá da sede, onde tem a casa grande, porque ali tem história da casa, naquela igreja tem história também, ali tinha uns currais grandes, com balança, com tudo, tinha abatedouro do gado dele, agora tem só o prédio, toda a funcionalidade da propriedade era ali⁷².

Na área mencionada estaria o coração da Fazenda, onde todo o aparato de sua funcionalidade se encontrava, onde estavam a casa sede e a casa do administrador. Lugar de confraternização dos trabalhadores da fazenda com o patrão João Motta e sua família, lugar onde ocorriam as vaquejadas e os forrós, onde se situa o Açude de Pocinhos. Além de ser um local simbólico, representação de um passado, uma memória do trabalho e divertimento dos vaqueiros, continua sendo um local de muitas atividades imprescindíveis para o Assentamento: onde funciona a escola, a UBS, as reuniões da associação e onde está a Igreja.

A igreja foi construída na época de João Motta e até hoje são celebradas missas. O Açude de Pocinhos também era local de confraternização, durante muito tempo os filhos e netos de João Motta iam para Fazenda, faziam churrascos e bebiam junto com os trabalhadores, enquanto se banhavam no açude. Nos dias mais quentes, era para lá que os assentados iam para se refrescar.

⁷² Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.



Figura 51 – Antiga casa do administrador da Fazenda, hoje casa de assentado. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.



Figura 52 – Igreja do Assentamento. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.



Figura 53 – Açude Pocinhos na década de 1990. Fonte: concedida por um assentado.



Figura 54 – Açude Pocinhos. Fonte: acervo da autora – setembro/2018.

Enquanto Seu Neco sempre apontava para lugares que representam a memória de seu trabalho enquanto vaqueiro, as serras e locais de água relacionados com a criação e o cuidado com os animais; sua filha apontou a sede como lugar preferido atual, por ser o ponto onde hoje acontecem os encontros entre os assentados, seja para ir à escola, ao médico, à reunião da associação, à missa ou à festas. Porém, o local que foi unânime na preferência e que uniu toda

a família foi a casa própria (ponto 22 no mapa social), a casa dos familiares (ponto 23 no mapa social) e a pista de vaquejada (ponto 28 no mapa social).

Para localizar suas casas e a pista de vaquejada, a família de Seu Neco foi se baseando pelos pontos de referência que existem no mapa. A partir da localização da Porteira do Caiçara (ponto 03 no mapa social) e da Lagoa do Cedro (ponto 04 no mapa social), eles conseguiram se identificar no mapa.

A forma mais utilizada entre todos os assentados para se localizarem no assentamento ou para darem informação sobre os lugares é através da divisão do território em setores.

Conforme apontado no processo de desapropriação, a Fazenda Pocinhos era formada pela junção dos imóveis “Pocinhos”, “Cedro”, “Monte”, “Serra do Monte” e “Serra do Boi do Aires”. Não por coincidência, hoje os assentados dividem e nomeiam o Assentamento nos seguintes setores: Pocinhos; Cedro; Monte; Serra do Monte; Chico Bezerra e Rodeador. Segundo relato do entrevistado 7: “Aí tem muita gente que fica perguntando, mas por que a fazenda pocinhos tinha tanto nome assim? Porque era nome de referência *pra* eles, porque a terra é muito grande”⁷³.

No setor Pocinhos, delimitado no mapa social pela cor rosa, encontram-se localizados a casa sede da Fazenda, onde hoje é a escola; a casa onde morava o administrador da Fazenda; o Açude Pocinhos, a UBS, o dessalinizador e a casa de um dos entrevistados.

O setor do Cedro, delimitado no mapa social pela cor cinza, que possui esse nome devido a uma árvore de cedro que existia lá, é o local onde há a maior concentração de assentados do município de Boqueirão, e onde estão as casas dos familiares de Seu Neco, de um dos vaqueiros entrevistados e a pista de vaquejada.

No Monte, delimitado no mapa social pela cor azul, encontra-se localizado o Açude da Onça; a Cacimba da Véia; a última casa de taipa existente no Assentamento e a casa de uma família entrevistada.

O setor Serra do Monte, delimitado no mapa social pela cor vermelha, faz referência ao espaço ocupado pela própria serra, a estrada que acompanha a sua extensão.

Chico Bezerra, delimitado no mapa social pela cor verde, dá o nome ao setor onde se localiza o Açude de Chico Bezerra (ponto 31 do mapa social) e a casa de uma família entrevistada. Diferentemente dos demais setores que continuaram com seus nomes em referência aos imóveis que integravam a Fazenda Pocinhos, esse setor foi nomeado em

⁷³ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

homenagem a um morador antigo que viveu naquela área anteriormente a época de João Motta, morador nos tempos em que a propriedade pertencia ao Major Lafayette.



Figura 55: Açude de Chico Bezerra. Fonte: acervo da autora – abril/2019.

Por fim, o setor conhecido como Rodeador (ponto 02 no mapa social), uma área de 52 hectares, não faz parte do Assentamento, apesar de estar dentro dele. Isso porque o proprietário do Rodeador nunca quis vender a terra para João Motta, mesmo com toda a insistência por parte desse. Segundo relato de um assentado “nunca vendeu acho que porque tinha uma encrenca com ele lá, não gostava, o assentamento arroteia ele todinho, parece que a escritura dela é de Boqueirão”. Assim o Assentamento é ao redor do Rodeador, por isso o nome. Segundo relato de um assentado:

É o seguinte: é porque a terra de João Motta é isso aqui *tudin*, aí aqui dentro ficou, porque essa propriedade ele comprou logo, não era completa do jeito que *tá*, ele foi comprando as propriedades e fez uma só; aí aqui no meio ficou uma com 52 hectares e ele pejejou, botou dinheiro sobrando e o dono nunca vendeu, e a terra até hoje ficou, ela é dentro do assentamento, aí por isso chama Rodeador porque a terra dele arroteia todinho⁷⁴.

Tendo em vista a amplitude do Assentamento, os assentados utilizam os nomes dos setores para facilitar a localização tanto das suas casas como dos lugares que lhes são queridos.

Após identificarmos os locais de importância para a família de Seu Neco Juvelino, passamos a fazer as divisões no mapa para indicar onde está cada setor. Assim, utilizando lápis

⁷⁴ Fala do Entrevistado 11 – abril/2019.

de colorir, a família traçou as linhas no mapa e realizou a divisão: o setor de Pocinhos foi colorido na cor, Cedro, Rodeador, Chico Bezerra, Serra do Monte e Monte, conforme se observa no mapa social.

3.1.2 “Só deixo o meu cariri no último pau de arara”⁷⁵: o pertencimento

Durante as conversas com os vaqueiros assentados, observando como eles falavam com amor da sua terra, mesmo diante de tanta dificuldade, os questionei sobre se eles trocariam sua terrinha por uma outra maior, em outra localidade, com mais recursos hídricos. A resposta que obtive de todos pode ser resumida na frase da música de Luiz Gonzaga: “só deixo o meu cariri no último pau de arara”.

Motivos? Segundo um dos assentados “O paraíso é aqui, no cariri, tranquilo, com sol quente e na caatinga. Eu gosto da vida daqui, gosto de criar, gosto de plantar, mesmo com todas as dificuldades, parece que o prejuízo tem sabor”⁷⁶.

Os entrevistados relatam que o cariri é tranquilo, que possui uma forte cultura de vaqueiro, que as pessoas são boas, é o ar que se respira, a liberdade que se tem e o sangue do trabalho derramado na terra. Podemos perceber esse sentimento de pertencimento a essa terra do Assentamento nas falas dos assentados:

Os filhos se saírem, saem à força, são vaqueiros, se você vê, lá tem menina lá que é do tamanho desse ventilador, *num* pode ver um cavalo, é montado *num* cavalo direto, a sela cobre ela, a gente pensa que o cavalo *tá* sozinho, quer dizer, é o povo que tem a ligação, sangue daquela terra. Aí um povo daquele pode ser obrigado a sair, porque fome né? Mas a gente sabe que se eles tivessem o *cumê* uma vez por dia, eles não saíam, uma vez por dia, cuscuz, uma vez por dia já não saía mais⁷⁷.

Eu gosto muito daqui também, eu gosto das pessoas, o lugar da gente mesmo, as pessoas que a gente convive, parece que segura a gente, amarra. Eu já andei muito no meio do mundo, mas andei, andei e voltei de novo, o cariri *vêi* é sofrido, mas é bom⁷⁸.

Perto da serra do monte é o lugar de conversar com Deus, tanto passarinho⁷⁹.

Não trocava, eu já andei por tanto canto e que eu gosto demais de viajar, mas quando a gente vai chegando no município da gente parece que a coisa clareia, aquele ar, sem brincadeira nenhuma, eu *num* troco esse lugar aqui por lugar nenhum. A terra, o ar

⁷⁵ Trecho da música “Último pau de arara” do cantor Luiz Gonzaga <https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/ultimo-pau-de-arara.html/> Acesso em 27 de setembro de 2018.

⁷⁶ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

⁷⁷ Fala do Entrevistado 1 – agosto/2018.

⁷⁸ Fala do Entrevistado 4 – agosto/2018.

⁷⁹ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.

que a gente respira, as pessoas, eu tenho um amor mesmo por essa terra aqui, que eu nunca gostei de andar mais do que o Passassunga, onde nasci, pro Caiçara, eu *num* sei nem explicar, o que me oferecesse eu não deixava, não saía daqui de jeito nenhum, eu já andei em muito canto bom e bonito e bom do *caba* ganhar dinheiro e tudo, mas quando eu vou chegando aqui já começou a mudar, chegou no clima da gente mesmo, *num* sei se é porque toda vida eu só morei aqui mesmo⁸⁰.

Troco não, porque eu gosto daqui, que eu nasci e me criei aqui (risos), gosto da liberdade que tem aqui. Eu fui trabalhar na Bahia, passei um ano e seis meses, chorava todo dia *pra* vim, num vinha porque era de menor e não tinha quem me trouxesse. Inclusive a gente foi *pra* uma vaquejada lá em Natal, aí o menino de Brasília *chamou eu pra* ir correr em Brasília, ganhava três mil por mês, aí eu disse vou não, prefiro ganhar um salário aqui. Eu vou *pras* esses cantos assim, eu vou mas a minha vontade é vim embora *pra* casa. Chamaram *pra* ir *pro* Maranhão mas não deixo meu Cariri. Quando passo 20 dias, oito dias fora de casa, na estrada *pra* vaquejada, já morro de saudade de casa, do cariri. Aqui nessa terra *tá* o sangue da gente⁸¹.

Gosto muito, muito. Não troco meu cariri por nada no mundo (risos) *num* dou cariri *vêi* por brejo não. Fui nascido e criado no cariri né, gosto de tudo, eu vou numa rua porque é o jeito, *naaaaaam*, minha vontade é vim *mimbora*⁸².

Estar num lugar familiar, que conhece cada pedaço, onde se trabalhou, se alimentou, se divertiu, constituiu família. Lugar onde se enfrenta dificuldades, onde a tristeza bate por se perceber que a vida mudou, que o passado passou, mas que ainda é vivo em cada serra e em cada açude. O cuidado em não desmatar, em não caçar, em orar para que Deus mande chuva, porque não se cogita sair de lá. Se reconhecer, se identificar com o sol, com a mata, com os bichos, com as serras, com a cacimba, com a terra.

A identidade dos vaqueiros entrevistados com o território do Assentamento Serra do Monte se materializa pela forma como interagem com a natureza, com os lugares de serra e de água, lugares onde trabalharam e mataram sua sede e dos seus animais, lugares que ativam sempre sua memória e sua história, que ainda hoje conhecem muito bem, e continuam a vivenciá-los através de pegas de boi, do plantio, da colheita, da busca por plantas medicinais. Cada parte dessa terra conta a sua história e da sua família.

Difícil colocar em palavras o sentimento que transborda dos assentados ao falarem de sua terra, é um amor, é a história, é o nascimento, o casamento, a morte, o trabalho. É a tranquilidade, é a diversão, é a pega de boi e é o cavalo. É o suor, o sangue, derramado em cada pedacinho daquela terra. E é sempre a esperança de que tudo vai melhorar, porque não há lugar no mundo melhor que sua terra e não tem dinheiro que pague seu sossego.

3.2 OS ANTIGOS

⁸⁰ Fala do Entrevistado 8 – setembro/2018.

⁸¹ Fala do Entrevistado 4 – agosto/2018.

⁸² Fala do Entrevistado 5 – agosto/2018.

Concordamos com Felipe (2000) no sentido de que para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho, é necessário um decifrar, que ultrapassa as práticas cotidianas pela presença de uma malha de significados, costurados pela história e pela cultura, nos quais o reconhecimento dos assentados determina identidades.

A memória e a cultura, portanto, são questões fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e para todo o trabalho. Para Felipe (2000) a memória coletiva é um acúmulo de temporalidades vividas e a necessidade de pensar essa experiência histórica incorpora também a ideia de dar ao presente uma significância, de acordo com ele:

O lugar das práticas cotidianas, familiares e dos grupos, uma vivência tramada nas relações sociais, que criam por intermédio das imagens e dos seus componentes simbólicos uma aderência, uma identidade. Este lugar de vivências e conflitos pela união de sujeitos heterogêneos requer novas leituras, novos olhares que possam decifrar a necessidade do evento, do estar-junto, do sentimento de permanência que ultrapassa o movimento das práticas cotidianas (FELIPE, 2000, p.45).

Partindo do pressuposto de que para entender a lógica de um sistema cultural se faz necessário compreender as categorias por ele constituídas e, de que cada sistema cultural está em constante mudança, entender sua dinâmica é importante para compreender as diferenças existentes (LARAIA, 2004).

Ainda, considerando a divisão dos assentados em grupos, apontados pelos vaqueiros, partimos do entendimento de que é importante reconhecer que os tipos de interdependências, estruturas e funções encontrados nos grupos residenciais de famílias que constroem lares com um certo grau de permanência suscitam problemas próprios, e que o esclarecimento desses problemas é central para a compreensão do caráter específico da comunidade como comunidade, do território, assim como das suas identidades. Entre os problemas centrais figura aquele referente às distinções do valor atribuído, nessas redes de famílias, a cada uma das famílias (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Assim, a partir da compreensão das dinâmicas e relações vividas no território, das diferenças culturais existentes, das atribuições de significados, buscamos auxílio para compreender as identidades territoriais construídas no Assentamento Serra do Monte e sua relação com o cumprimento da função social da terra.

Com as indicações feitas pelos vaqueiros entrevistados, através da metodologia da bola de neve, passei a entrevistar o grupo dos “antigos”. Os “antigos” são assentados que, apesar de não trabalharem na fazenda, se fizeram presente no assentamento desde o início, os primeiros moradores, participando de sua concretização juntamente com os vaqueiros.

Todos os entrevistados nasceram e cresceram na região ao redor do assentamento, alguns são do município de Boqueirão e outros do município de Cabaceiras. Tomaram conhecimento sobre a desapropriação através do boca-a-boca e, diferentemente dos vaqueiros que já se instalaram nas casas existentes, eles relatam ter escolhido um lote e acampado, durante um tempo, esperando a construção das casas. Percebe-se que houve um processo de ocupação do território, mas essa ocupação foi realizada para manter a escolha do lote. Assim relata um dos entrevistados:

Eu botei na cabeça que queria esse *cantin* aqui, aí eu fui e peguei um guarda sol grande, que eu tinha... plantei ele ali, fiz uma cerquinha arrodando ele todinho, com uma porteirinha, trouxe uma caminha de solteiro e botei dentro, porque no dia que eu *tiver* aqui e não quiser ir *pra* casa, eu tenho onde dormir. Aí trouxe umas galinhas, roubaram minhas galinhas, eu trouxe outras, botei de novo e por aí eu fiquei. Aí em 2003 *pra* 2004 começou a construir as casas, chegou o material e a gente mesmo que construiu, depois veio as cisternas, veio energia e por aí nós estamos por aqui ainda batalhando, e meu sonho é ficar até enquanto der pra eu ficar aqui⁸³.

Quando questionados sobre o antigo proprietário, alguns disseram o terem conhecido e outros apenas ouviram falar. Os que chegaram a conhecê-lo são os que moravam muito próximo ao território do assentamento e visitavam a propriedade, geralmente nas festas que João Motta realizava na Fazenda:

Eu vi ele, conheci. Quando eu via ele era em festa que tinha em pocinhos, *num* sabe? A gente vinha *pra* festa, ele matava boi, fazia festa *pro* povo, negócio de correr vaquejada, tudo de graça, era ali onde é a escola. Ele só andava de suspensório, as filhas dele, um bocado, ele tinha muita mulher, muito filho, ele era casado com uma e com *num* sei quantas, ele tinha uma que morava aqui, filha de um vaqueiro⁸⁴.

Sobre a vida no assentamento todos demonstraram satisfação, a maioria se encontra aposentada, plantando milho, feijão, fazendo seu roçado para consumo da família, e alguns ainda trabalham fora. Porém, assim como os vaqueiros, também relataram sua preocupação com o desmatamento e o corte ilegal de madeira, bem como seu incômodo com a venda ilegal de lotes e a rotatividade das famílias. Podemos observar no relato de um dos entrevistados:

Aqui já morou mais de 200 pessoas. Tem gente aqui que vendeu o lote e não tem onde morar. O lote é do governo, mas a gente ganhou a casa, ganhou a cisterna, ganhou uma reforma que foi dois mil e o que é que quer mais? Gente doido, que não tem juízo porque é gente que *num* tem nada e vendeu⁸⁵.

⁸³ Fala do Entrevistado 11 – abril/2019.

⁸⁴ Fala do Entrevistado 11 – abril/2019.

⁸⁵ Fala do Entrevistado 10 – abril/2019.

Um fato interessante, que podemos observar através das entrevistas com os “antigos”, foi que eles preferem manter uma relação mais distante com as demais famílias do assentamento. Inclusive, esse fato influenciou a escolha por não ter o assentamento no formato de agrovila, de acordo com um deles “a gente não *quisemos* não, porque se fosse *pra* morar em casa emendada, a gente morava na rua. Hoje já *tá* é acanhalhado, já tem casa demais perto uma da outra⁸⁶”. Outro entrevistado assim relatou:

Já tem um bocado de gente nova, de 100% que entrou no começo, tem uns 50 e pouco. Tem gente que a gente não conhece bem, por aqui mesmo tem uns quatro, se dá bem porque aqui é o seguinte: a gente tem os vizinhos aqui, que mora desde o começo, eu mesmo só vou na casa deles se tiver um negócio, eles só vêm na minha casa se tiver um negócio, e nós somos amigos, o que precisa um do outro a gente serve um ao outro. Porque se a gente viver direto na porta de um e de outro, conversa, fofoca e tudo que *num* presta aparece, por isso que agrovila nunca deu certo⁸⁷.

Percebemos que, como consequência dessa escolha de não se envolver tanto com as demais famílias, a dinâmica e a vivência, dentro do assentamento, dos entrevistados “antigos”, fica mais restrita ao setor onde moram. Assim, os entrevistados mal conhecem os lugares apontados como geosímbolos⁸⁸ pelos vaqueiros, alguns nunca nem foram até lá, seus locais preferidos são as suas próprias casas e o seu entorno, ou seja, o seu setor. Raramente se deslocam para outro setor, apenas vão para a sede, que fica no setor de Pocinhos, por ser o local que reúne a coletividade do território, quando é necessário ir à uma reunião da associação, à escola, à UBS ou à missa. Todos foram unânimes em dizer que o lugar que representa o assentamento é a sede porque foi onde tudo começou.

Buscamos compreender os momentos que proporcionavam a união entre os assentados, bem como os momentos de maiores conflitos, e absolutamente todos relataram a mesma questão: as pessoas se unem quando há a possibilidade de desenvolvimento de algum projeto que traga retorno financeiro, porém entram em conflito quando esse mesmo projeto demora a sair ou não sai:

Quando vai sair um projeto, quando fala *num* projeto *pra* sair dinheiro, todo mundo chega... Quando um representante do INCRA ou de qualquer outra entidade diz que vai sair tal projeto, assim, assim... Aí chega o dia e não sai, tira o incentivo do pessoal, isso é ruim pra associação, o povo se afasta⁸⁹.

⁸⁶ Fala do Entrevistado 10 – abril/2019.

⁸⁷ Fala do Entrevistado 11 – abril/2019.

⁸⁸ Bonnemaïson, 2003.

⁸⁹ Fala do Entrevistado 10 – abril/2019.

Da mesma forma que os vaqueiros apontaram os grupos existentes no assentamento, os “antigos” também o fizeram. Todos os entrevistados, de alguma forma, demonstraram seu descontentamento com o corte ilegal de madeira, no entanto, também tiveram receio em falar sobre o assunto. De acordo com um deles:

Faz tempo que subi na serra, mas passou um homem aqui que disse a gente que aí *pra* cima era de fazer pena, que até as barrigudas o povo *tava* cortando e é gente daqui (...) Disse que *Fulano*⁹⁰ foi dizer: “não, rapaz, não corta na serra, que lá é *pra* todo mundo”, aí disse que um disse assim: “por isso que tem gente que no outro dia amanhece com a boca cheia de formiga”(…). Muita gente tira madeira, as vezes eu *tô* aqui, que tem noite que eu perco o sono, aí eu me sento ali, fico rezando e olhando *pracolá*, aí eu só vejo o clarão dos carros em cima da serra⁹¹.

Os “antigos” não trabalharam na propriedade de João Motta, mas participaram da construção do assentamento desde o início. Demonstram, assim como os vaqueiros, satisfação em estar nesse território e preocupação com o desmatamento, com a falta d’água, e todas as ameaças que podem afetar suas vidas.

3.2.1 Cartografando o assentamento

Seguindo o intuito de compreender a relação dos assentados com o território, escolhemos uma unidade familiar do grupo dos “antigos” para realizar a oficina de cartografia social. A unidade familiar escolhida foi a do assentado Diógenes, tendo em vista o fato de ser uma família que sempre morou na região da serra do monte e considerando que ele já atuou na associação do assentamento como presidente e em outros cargos.

A oficina foi realizada no dia 08 de maio de 2019, contou com a participação dele e de sua esposa e, assim como a oficina realizada com a família Juvelino, utilizamos cópia do mapa do território datado de 1975 e lápis de colorir.

Para dar início, solicitamos à família que observassem o mapa e indicassem os lugares, as atividades, as vivências que aquele território representava para eles. A primeira observação que Diógenes fez foi em relação ao formato do assentamento, como suas divisas eram desiguais:

Tá vendo como a terra é toda desigual? A maior parte do povo é tudo *brabo* dizendo que *os caba* não souberam medir a terra. Aqui ninguém sabe medir essa terra, não, pode vim quem vier que não sabe medir, porque essa terra é toda desigual, aí o povo não entende⁹².

⁹⁰ Por questão de segurança, decidimos por ocultar o nome do assentado.

⁹¹ Fala do Entrevistado 18 – abril/2019.

⁹² Fala de Diógenes – abril/2019.

Mapa 4 - Legenda		
Pontos indicados no Mapa 4	Localidade	Atividades realizadas
Ponto 01	Lagoa do Monte	Ponto de referência para indicar sua moradia e principal fonte de água
Ponto 02	Açude da Onça	Ponto de referência para indicar sua moradia
Ponto 03	Serra do Brejinho	Ponto de referência para indicar sua moradia
Ponto 04	Açude Arrombado	Ponto de referência para indicar sua moradia
Ponto 05	Casa da Família com a plantação	Moradia e lugar de agricultura
Ponto 06	Fazenda	Lugar relevante para a coletividade, lugar de reunião
Ponto 07	Açude Pocinhos	Lugar de água que todas as pessoas do assentamento podem ter acesso
Ponto 08	Serra do Monte	Área de reserva legal
Ponto 09	Olho D'água	Lugar de água que todas as pessoas do assentamento podem ter acesso
Ponto 10	Tanque Vermelho	Lugar onde antigamente iam beber água
Ponto 11	Baraúna Ferrada	Lugar que a onça habitava
Ponto 12	Barreiro de Maria Preta	Antiga divisa externa do assentamento
Ponto 13	Açude de Chico Bezerra	Local de água cercado, apenas o proprietário do lote tem acesso

Ponto 14	Barreiro de Bia	Lugar de água que todas as pessoas do assentamento podem ter acesso
Ponto 15	Serrinha dos Porcos	Lugar de referência
Ponto 16	Açude dos Grossos	Lugar de água que todas as pessoas do assentamento podem ter acesso
Ponto 17	Cacimba da Velha Rita	Local de água cercado, apenas o proprietário do lote tem acesso
Ponto 18	Serra do Boi do Aro	Lugar de referência
Ponto 19	Rodeador	Divisão interna dos setores
Ponto 20	Lagoa do Cedro	Lugar de água que todas as pessoas do assentamento podem ter acesso
Ponto 21	Alto das Cuias	Lugar de referência
Ponto 22	Tanque do Cedro	Lugar onde antigamente as mulheres costumavam lavar roupa
Ponto 23	Tanque da Fazenda	Lugar onde antigamente as mulheres costumavam lavar roupa
Ponto 24	Furna da Onça	Lugar que a onça habitava
Delimitação com o contorno na cor roxa	Setor Pocinhos	Divisão interna dos setores
Delimitação com o contorno na cor azul escuro	Setor Cedro	Divisão interna dos setores
Delimitação com o contorno na cor azul claro	Setor Monte	Divisão interna dos setores
Delimitação com o contorno na cor verde	Setor Chico Bezerra	Divisão interna dos setores

Delimitação com o contorno na cor rosa	Setor Serra do Monte	Divisão interna dos setores
--	----------------------	-----------------------------

Houve um pequeno estranhamento com o mapa, mas logo ele já estava apontando vários locais. Percebemos que os primeiros locais apontados eram todos de relevância para ele e sua família, e todos se encontravam ao redor de sua casa, localizada no setor do Monte, no pé da Serra do Monte, ponto 08 do mapa social. De acordo com ele “são os pontos de referência da gente aqui, da casa, do setor onde nós *mora*”⁹³, ou seja, pontos de referência para indicar para as demais pessoas onde eles estão localizados.

Primeiramente ele tentou localizar a Lagoa do Monte, ponto 01 do mapa social, mas ela não estava marcada na cópia que tínhamos. Então, ele foi buscar um outro mapa do assentamento, que possui a divisão do território já com os lotes, porém, nesse mapa também não encontramos a lagoa. Nesse outro mapa, Diógenes localizou o lote de sua família e, a partir disso, ele desenhou a lagoa no local que ele achou que ela estava localizada, baseando-se também na proximidade com o açude da onça, ponto 02 do mapa social, e com a serra do brejinho, ponto 03 do mapa social.



Figuras 56 e 57: Lagoa do Monte. Fonte: acervo da autora – outubro/2018 e abril/2019, respectivamente.

Nessa busca pela lagoa do monte, ele localizou o açude arrombado, ponto 04 do mapa social, que é na serra do monte, área de reserva legal. Após localizar a lagoa, ele logo identificou onde se encontrava a casa da família, ponto 05. Para fazer o desenho, sua esposa, Dona Maria, escolheu a cor verde, fazendo questão de desenhar a casa com a plantação.

⁹³ Fala de Diógenes – abril/2019.

A lagoa do monte aparece como ponto mais importante para família por estar localizada em frente à sua casa e por ser sua fonte principal de água. A unidade familiar possui uma cisterna calçadão que é abastecida através de uma bomba inserida na lagoa, servindo para irrigar toda a produção da família que é bastante diversificada:

Eu planto de tudo, milho, feijão, mamão, melão, maracujá, coentro, cebola, cenoura, batata, tudo, dá de tudo. Eu tenho cisterna calçadão, aí a lagoa enche, eu boto uma bomba da lagoa *pra* minha cisterna, aí fico só mantendo a cisterna cheia direto⁹⁴.

De todos os “antigos” entrevistados, a única família a mencionar a lagoa do monte como ponto importante foi a de Diógenes, os demais, que se encontram em outros setores, não a mencionaram. Para Diógenes “o setor mais importante é o Monte que é onde *tá* a nossa casa, onde a gente sobrevive e é aqui que a gente quer *tá*, *né?*”

Depois da família apresentar e demonstrar no mapa os lugares mais importantes para eles, os questioneei sobre os lugares que representavam o assentamento, que poderiam ser relevantes para a coletividade. Assim como todos os demais entrevistados apontaram, sejam os vaqueiros ou do grupo dos “antigos”, eles logo mencionaram a sede, onde ficava a casa da fazenda, identificada no mapa social como o ponto 06, e me pediu uma cor bem bonita para pintá-la no mapa:

Porque a fazenda é a sede *né?* Continua sendo a sede de encontro, de reunião da associação, até a prefeitura, quando quer fazer reunião com o povo aqui, vem *prali*, é o ponto de referência coletivo⁹⁵.

Além de ser apontado como o lugar mais importante para o assentamento, depois de suas casas e seus entornos, a sede também foi apontada como lugar preferido para passear.

Logo em seguida, Diógenes me falou que não poderia deixar de mencionar a serra do monte, justamente porque ela é a área de reserva legal do assentamento, e escolheu a cor verde para pintá-la “porque ela é verde”.

Identificada a serra, ele e sua esposa passaram então a falar sobre os lugares considerados importantes que se encontram dentro dela. Assim, apontou lugares já mencionados pelos vaqueiros como o Olho D’água, ponto 09 do mapa social; o Barreiro de Maria Preta, ponto 12; o Açude de Chico Bezerra, ponto 13; a Serrinha dos Porcos, ponto 15, e o Barreiro de Bia, ponto 14.

⁹⁴ Fala de Diógenes – abril/2019.

⁹⁵ Fala de Diógenes – abril/2019.

Além dos lugares já mencionados, eles nos apresentaram novos lugares, também na serra do monte, que ainda não tínhamos ouvido falar, com histórias bem interessantes. É o caso do Tanque vermelho, ponto 10 do mapa social, tanque de pedra onde, antigamente, o povo ia para beber água; e a Baraúna Ferrada, ponto 11, uma árvore que foi marcada com um ferro para indicar a divisa das terras, e onde os pistoleiros do Major Lafayette treinavam tiro; de acordo com Diógenes, de tanto atirarem nela, ela morreu.

Sobre os açudes, barreiros e cacimbas identificados pela família, Diógenes mencionou que, na verdade, esses locais eram mais importantes para as pessoas antigas, que os frequentavam antes do assentamento, pois com a divisão dos lotes, muitos foram cercados e só possuem utilidade para as pessoas que ficaram com esses lotes. Por esse motivo, os demais entrevistados não os conhecem.

Dito isso, eles passaram então a mencionar e identificar os lugares de água que todas as pessoas do assentamento podem ter acesso, podem levar seus bichos para beber água, são eles: a Lagoa do Monte, o Açude da Onça, o Olho D'água, o Açude de Pocinhos, ponto 07 do mapa social, o Barreiro de Maria Preta e o Barreiro de Bia, já mencionados e identificados.

Percebemos que eles não apontaram nenhum lugar localizado no setor do Cedro, questionei o porquê, e eles me disseram que raramente vão até lá, é longe de onde estão, mas que também possui lugares importantes para as pessoas daquele setor, como a Lagoa do Cedro, ponto 20 do mapa social, e o Tanque do Cedro, ponto 23 do mapa, local onde as mulheres costumavam lavar a roupa.

Passamos então a fazer a demarcação dos setores: para delimitar Pocinhos (delimitado no mapa social pela cor roxa), primeiro fez a divisão com o Cedro, depois até o Rodeador (ponto 19 do mapa social), e em seguida a divisa com Chico Bezerra. Marcou o Cedro (delimitado no mapa social pela cor verde escura) limitando-se com o Rodeador. Chico Bezerra (delimitado no mapa social pela cor laranja) fazendo divisa com a Serra do Monte, com o Rodeador e com o Monte. Excluindo a Serra do Monte (delimitado no mapa social pela cor verde clara), já demarcada como área de reserva legal, a outra parte é o setor do Monte (delimitado no mapa social pela cor rosa).

Por fim, quando já estávamos encerrando, Diógenes se lembrou da Furna da Onça, localizando-a como o ponto 25 do mapa social. Apesar de nenhum dos entrevistados, seja vaqueiro, seja “antigo”, ter visto a onça, Diógenes nos relatou que quase foi comido por ela. Ele nos contou que quando tinha uns 16, 17 anos de idade, ele costumava ir com seu pai e seu irmão, todo dia, para a Serra do Monte para ajudá-los no trabalho. Ele achava muito cansativo ir e voltar, a pé, todo dia, então, resolveu que passaria a dormir lá mesmo, por um tempo.

Decidiu ir caçar lambu para fazer o jantar, foi durante essa caça que ele encontrou a Furna da Onça:

Dei uma volta na serra, aí tem um serrote grande lá, que é o serrote do Imbé, imbé é uma fruta que tem no mato, tem que saber chupar ela, que se não souber ela faz um serviço danado no *caba*. Aí eu vi aquela brechona, aí eu disse “acho que a onça bem mora ali dentro”, aí peguei uma pedrinha e joguei dentro, eu escutei foi o esturro lá de dentro, pensei que tinha sido morcego voando... Aí desci e fui assar os lambu *pra* comer com feijão, também não falei nada pra papai⁹⁶.

Após caçar o lambu, ele voltou, encontrou com o pai e o irmão, comeram, e eles decidiram voltar para casa, no entanto, conforme havia planejado, Diógenes resolveu ficar na serra. Já na hora de dormir, ele lembrou que nesse dia seria transmitido no rádio o programa Forró de Zé Lagoa, então decidiu ir para a casa de Seu Euclides, um dos vaqueiros entrevistados, por ser uma casa mais próxima, para escutar o programa, dormir lá e no outro dia, logo cedo, retornar para a serra, e assim o fez:

Quando foi bem *cedin* eu subi e o cachorro *mais* eu. Quando nós *passou* do olho d’água da serra *pra* frente, era um varedão, aí o cachorro começou: ia lá na frente, se arrepiava, ia e voltava e ficou rosnando, aí quando eu olhei pro chão “pia, o rastro da bicha o tamanho”! *Apois*, a onça veio de noite no barraco, comeu uma parte da ovelha, cobriu uma parte com *bascui pra* depois voltar e comer o resto, aí veio, andou dentro do barraco, aí desceu na varedinha, no meu rastro, desceu até o olho d’água da serra, aí eu fui embora. Meu irmão quando chegou, chegou mangando d’eu: “se tu não *tivesse* ido *pra* casa de Euclides...” Aí eu digo “agora eu *num* fico mais sozinho não”⁹⁷.

Não achamos que iríamos encontrar alguém que tivesse vivenciado alguma experiência com a famosa onça, mas a pesquisa sempre nos surpreende e vai nos guiando para que a gente possa contar a história.

Percebemos que Diógenes, por ter crescido próximo a serra do monte, conhece bem a serra e a história da fazenda e do assentamento. Diferentemente dos demais entrevistados que, participaram ativamente da construção e concretização do assentamento, porém, devido a extensão do território, ficaram mais restritos aos setores onde estão localizadas suas casas. Por esses motivos, para esses, os lugares importantes e relevantes são os do entorno das suas casas e a sede, lugar de reunião do coletivo.

3.2.2 Gratidão: a identidade dos “antigos”

Através dos relatos dos entrevistados, mesmo com o desconhecimento deles em relação aos vários lugares e setores existentes no assentamento, percebemos que a identificação deles

⁹⁶ Fala de Diógenes – abril/2019.

⁹⁷ Fala de Diógenes – abril/2019.

com aquela terra é inegável e forte. Diferentemente dos vaqueiros, que possuem uma ligação mais antiga, associada, principalmente, ao trabalho e a cultura do vaqueiro; os “antigos” demonstraram sua identificação através da gratidão por ter conseguido uma terra para produzir e viver, pois anteriormente eram muito pobres; e por identificarem na região suas raízes, as raízes de sua família – a vida no sítio, a vida no mato, no cariri, longe da cidade. É o que percebemos através dos seus relatos:

Eu só saio daqui quando o povo quiser me levar. Porque eu não tinha nada, eu tinha só a casa, e me deram essa. Aí porque me deram eu vou pegar e dar fim? Dou nada, eu não dou essa terra na casa melhor que tiver na rua *pra* eu morar, dou não. Eu só acho bom quando eu *tô* por dentro dos matos. O canto bom é esse, aqui a gente cria, tem uns *bodin*. Me deram aqui foi *pra* eu ficar até o fim da minha vida⁹⁸.

Eu mesmo não tenho interesse nenhum em sair daqui, porque aqui *é* minhas raízes, meu pai, minha mãe. Eu quero morar aqui, eu possuindo um *carrin véi*, uma *motoquinha véia*, *pra* eu ir numa rua comprar o que precisa, *pra* mim *tá* dez. Eu gosto da natureza, tudo, porque vem as dificuldades, mas quando vem uma coisa que favorece a gente, que a gente se agrada, aí pronto: é muito gratificante⁹⁹.

Aqui arrumei os filhos(...) Meus filhos *veio praqui*, o que a gente tinha era mesmo a roupa do corpo, e agora meus filhos, quase *tudo*, tem moto, tem carro, todo mundo ficou bem, tem seus bichos¹⁰⁰.

Aqui a gente já sabe aonde *é* que *tá*. Eu tirei uma batata que deu 5 kg e 200 gramas, aí uma terra dessas, o que *é* que o *caba* quer mais?

A gratidão por ter uma terra onde se foi construindo a vida, tijolo por tijolo. Onde se pode encontrar o suor do trabalho desde a construção de sua própria casa ao roçado plantado. A colheita, a criação dos animais, o nascimento e casamento dos filhos, a melhoria de vida que a oportunidade de trabalhar naquela terra proporcionou. As raízes familiares no cariri, o costume de viver no sítio, no mato. São elementos de identificação territorial, que fazem com que os assentados busquem cuidar da sua terra e denunciar o desmatamento que vem ocorrendo porque, assim como os vaqueiros, lá *é* o seu lar, onde querem viver e morrer.

3.3 “OS RECENTES”: MORADORES DO ASSENTAMENTO NÃO LEGALIZADOS

⁹⁸ Fala do Entrevistado 10 – abril/2019.

⁹⁹ Fala do Entrevistado 9 – abril/2019.

¹⁰⁰ Fala do Entrevistado 11 – abril/2019.

Conforme mencionado anteriormente e, seguindo a metodologia da bola de neve, seguimos em busca dos assentados apontados como integrantes do grupo dos “recentes” - assentados que se encontram no assentamento há pouco tempo e não o conhecem bem.

No entanto, conforme fomos entrevistando essas pessoas indicadas, percebemos que, na realidade, todos eles, além de se encontrarem no assentamento há menos tempo, não estão legalizados. Apesar de não admitirem abertamente, compraram os lotes ou partes dos lotes de outros assentados e, justamente por esse motivo, até o momento, não conseguiram transferir a titularidade para seus nomes, enfrentando diversas dificuldades, como consequência.

Chegaram ao assentamento por indicação do antigo assentado, titular do lote, ou de familiares. Assim nos relata um dos entrevistados:

Eu sou de Boqueirão. Aqui mesmo faz três anos. O meu sogro tem um terreno ali, aqui no assentamento, e aí eu tinha muita vontade de possuir um pedacinho de terra *pra botar* um roçadinho, porque antes eu vivia trabalhando em Boqueirão, negociando, vida ambulante. Mas toda vida eu tive vontade de arrumar um pedacinho de terra *pra botar* um roçadinho, *pra* morar, que eu gosto muito do sítio e aí que meu pai sempre foi agricultor e eu gosto da vida de agricultura. Mas só que eu nunca conseguia e aí chegou o ponto que, graças a Deus, eu consegui essa terra, aí doaram esse *pedacin* aqui *pra* mim e eu *tô* aqui faz três anos e eu *tô* achando muito bom¹⁰¹.

O morador acima mencionado, diferentemente dos demais, conseguiu apenas uma parte de terra, dentro de um lote, e necessitou construir sua moradia, seu roçado e até cavou um pequeno poço, com suas próprias mãos, para ter acesso à água, sem ajuda de ninguém:

Cheguei aqui, fiz esse *rachin*, entrei *pra* dentro, cerquei e comecei botar roçado de milho, feijão, fava e, *entonce*, o que eu gosto muito é umas fruteirinhas. Água aqui era muito difícil, só tinha a lagoa ali, aí eu fui e cavei um buraco aqui atrás na mão, três metros de fundura, cavei e, graças a Deus a água foi aumentando e cavei mais outros buracos pra lá e depois consegui cavar um poço, com os poder de Jesus. Água *pra* gasto não falta não, e pra beber nós *vai* buscar ali no dessalinizador¹⁰².

A construção da casa e do galinheiro, realizada pelo morador, parece ter sido bastante trabalhosa, como podemos observar nas figuras a seguir:

¹⁰¹ Fala do Entrevistado 15 – junho/2019.

¹⁰² Fala do Entrevistado 15 – junho/2019.



Figura 58 – Casa construída pelo morador entrevistado. Fonte: acervo da autora – junho/2019.



Figura 59: Galinheiro construído pelo morador entrevistado. Fonte: acervo da autora – junho/2019.



Figura 60: Casa de bonecas construída pelo morador entrevistado para sua neta. Fonte: acervo da autora – junho/2019.

Outro entrevistado nos contou morar no lote há mais de dez anos, porém, apenas “tomando conta” para o verdadeiro titular:

Faz bem uns dez anos que eu tô aqui. Aqui é de Hildo, ele não é nada meu não, é só conhecido. Ele comprou a posse a outra pessoa, mas ele não passou *pra* mim não, eu tomo conta *pra* ele. De vez em quando ele vem. A criação e a plantação é de nós dois. É porque eu não tinha onde

morar, aí eu pedi a ele. Hildo mora na Ramada, ele luta com o gado dele, vende leite na rua, ele tem uma terra lá¹⁰³.

Podemos observar que um dos entrevistados conseguiu um pedaço de terra dentro de um lote; o outro apenas “toma conta” de um lote pertencente a outra pessoa e, ainda, há aqueles que ocupam/compraram um lote inteiro:

Eu sou das últimas, a primeira que morou aqui já saiu daqui, aí passaram *pra* mim aqui, que a família é como se fosse primo, aí deixaram *pra mim* ocupar, e eu *tô* ocupando, já *vai* fazer cinco anos que eu *tô* aqui. Meu INCRA não é legalizado, ainda *tá* no lote por Edgley. É *pra* eu ir no INCRA *pra* tirar esse nome e colocar no meu, mas até agora eles dizem que vem aqui *pra* reunião *pra* fazer, aí faz de um, faz de outro e não faz de da gente, porque a gente *somos* dos últimos¹⁰⁴.

Tendo em vista a situação irregular que esses entrevistados se encontram, os questioneei sobre a produção, sobre a renda da família e as dificuldades enfrentadas. Assim como os demais assentados, eles relataram criar caprinos, ovinos e galinhas e plantar roçado, basicamente de milho, feijão, palma e capim. No entanto, devido à dificuldade em conseguir acessar recursos, projetos e políticas públicas através do assentamento, uma vez que não estão legalizados, alguns afirmaram necessitar fazer carvão para vender e complementar a renda familiar, contribuindo, assim, ainda que não intencionalmente, para o desmatamento que vem ocorrendo no assentamento:

Eu crio bode, ovelha, não gosto de criar gado não. Agora eu só *tô* plantando palma, capim. Vou uma parte *pra* mata, faço uma *carvoeirinha*, vez em quando, quando aparece um servicinho assim fora, eu vou também¹⁰⁵.

Se as dificuldades existentes para os assentados legalizados são muitas, como o acesso a projetos e toda a demora e burocracia que demandam, para os moradores não legalizados a situação é bem mais complicada, pois não conseguem acessar nenhum benefício oriundo do assentamento. Por isso mesmo, não participam das reuniões na associação, vivem, basicamente, dentro do lote e pouco interagem com os demais assentados:

É o seguinte, eu sou uma pessoa que eu quase não saio, o único canto que sempre eu saio é *pra* ir buscar uma água (...). Eu tive de ir uma vez ali numa reunião, porque eu não sou assentado aqui, eu sou morador do assentamento, porque o assentado é o que tem a propriedade, eu *num* tenho lote, eu tenho só um pedaço que eu moro dentro e trabalho, aí eu quase não participo dos eventos¹⁰⁶.

¹⁰³ Fala do Entrevistado 14 – junho/2019.

¹⁰⁴ Fala do Entrevistado 12 – junho/2019.

¹⁰⁵ Fala do Entrevistado 14 – junho/2019.

¹⁰⁶ Fala do Entrevistado 15 – junho/2019.

Um dos entrevistados afirmou não haver união no assentamento, apenas desunião e exclusão, fez um desabafo sobre sua situação, as dificuldades enfrentadas e falta de ajuda da comunidade:

Aqui você tem que fazer por você, porque se você for procurar a comunidade, não tem. Comunidade tem que ser as pessoas *tudo unido pra* saber o que vai fazer, o que gosta, o que você quer participar, o que você não quer. As vezes tem reunião lá e não avisam, *pra* nós não ir, *pra* gente não saber. Se sentem excluídos, era pra ser tudo igual, mas não está sendo. Desunião é muita, é tanta pedrada que a gente leva que só Deus. Eu trato todo mundo igual, eu trato as pessoas a mesma coisa que eles me tratam. Gosto de todo mundo aqui, agora cada qual *veve* no seu cantinho¹⁰⁷.

Conforme mencionado no capítulo anterior, o repasse ilegal de lotes é uma realidade do assentamento, os relatos aqui apresentados só reforçam essa questão. As dificuldades enfrentadas por esses moradores, além de prejudicarem as suas próprias vidas, devido à escassez de recursos e a impossibilidade do acesso aos benefícios oriundos de políticas públicas para a reforma agrária; prejudicam toda a coletividade, na medida em que muitos recorrem ao desmatamento para complementar a renda familiar e a não participação na vida da comunidade, gerando falta de coesão e sentimento de desunião.

Ainda, como consequência desse isolamento perante os demais, os moradores entrevistados vivem mais dentro da sua terra, sem interagir com os assentados e, por isso mesmo, mal conhecem o assentamento. O único lugar mencionado e conhecido por todos é a sede, justamente por ser o local onde ocorrem as reuniões, onde está a escola, a UBS e o dessalinizador.

Porém, apesar de toda essa situação apresentada, os moradores entrevistados demonstraram satisfação em viver onde estão. Quando questionados se trocariam a terra onde vivem por outra em melhores condições, responderam:

Aqui é tão bom no mundo, todo mundo aqui é meu amigo, eu gosto de todo mundo. Eu não gosto de ir na casa dos outros, mas se eu pudesse eu ia em todo canto, todo mundo aqui é meu amigo. Trocava não, aqui é bom demais, gosto de tudo, da moradia, aqui pra passar um carro dá trabalho (risos)¹⁰⁸.

Eu não troco não, porque conheço o meu lugar e lá eu não vou conhecer mais. Porque eu conheço aqui o meu canto, ao redor todinho e conheço aonde eu moro, o conhecimento é onde vale. Aonde você vai sem conhecer, é o lugar pior que tem. Eu pisando no meu cantinho é onde eu gosto, é onde eu fico. Me identifico com meu lugarzinho¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Fala do Entrevistado 12 – junho/2019.

¹⁰⁸ Fala do Entrevistado 14 – junho/2019.

¹⁰⁹ Fala do Entrevistado 14 – junho/2019.

Ô minha filha, eu acho que sei não viu? Você agora me pegou. Porque tem as diferenças, porque a *dificuldade* daqui é a água, porque a gente tem água, mas *pra* produzir é pouca. Podia até ser, se lá tivesse muita água. Mas eu gosto do ar, do sossego, aqui é um pedacinho do céu, só de eu dizer isso, pronto, já disse tudo a você, aqui é um pedacinho do céu, pelo menos pra mim¹¹⁰.

O que pudemos perceber é que, na medida do possível, gostam de viver onde estão. Alguns se contentam com a situação em que se encontram, alguns estão conformados, outros ainda possuem esperança de regularizar sua situação, alguns se sentem excluídos da vida no assentamento pelo grupo dos “antigos”. Possuem uma identificação com a vida no mato, no cariri, no entanto, percebe-se que possuem um pensamento de vida individual, como se vivessem em sítios isolados e não em um território coletivo, um assentamento. Possuem identificação com o local em que residem, mas não com o território como um todo, não conhecem o assentamento e suas histórias, não conhecem os demais assentados, não participam das reuniões e decisões concernentes ao território e, conseqüentemente, não acessam os benefícios. Tal situação acaba por prejudicar a relação desse grupo com os demais e, coloca alguns desses moradores também no grupo dos “destruidores”, que será abordado mais à frente.

3.4 “OS TURISTAS”

Outro grupo apontado, através da metodologia da bola de neve, foi o grupo dos “turistas” - assentados que possuem um lote, porém não vivem, de fato, no assentamento, aparecendo apenas na época do inverno ou nos fins de semana.

Nos foram indicadas cinco unidades familiares para visitarmos e realizar entrevistas. No entanto, após quatro idas ao assentamento, em dias e horários distintos, só conseguimos encontrar uma família em casa.

Interessante observar que das cinco unidades familiares, as quatro que não conseguimos acesso são vizinhas. A seguir apresentamos fotos de algumas moradias desertas:

¹¹⁰ Fala do Entrevistado 15 – junho/2019.



Figura 61: Casa de um “turista”. Fonte: Acervo da autora – junho/2019.



Figuras 62 e 63: Casas de “turistas”. Fonte: Acervo da autora – junho/2019.

De acordo com informações obtidas por intermédio dos assentados que nos fizeram a indicação dos “turistas” a serem entrevistados, um destes aparece no assentamento de vez em quando, quando precisa, para ver os animais que cria, porém, raramente passa uma noite em casa. Possui uma oficina e um lava-jato no município de Boqueirão e trabalha com caminhão fazendo frente de gado. Toda sua família reside em uma casa, também em Boqueirão, e possui uma granja perto do açude desse município.

Outro “turista” é empregado do anteriormente mencionado, trabalhando na oficina dele. Possui uma casa em Boqueirão, onde reside com a família e, aparentemente, vai ao assentamento uma vez por dia para cuidar dos animais que cria, mas logo retorna.

O outro é irmão do primeiro “turista” mencionado, trabalhando também na sua oficina, enfrenta problemas com alcoolismo e, por esse motivo, vive perambulando pelos bares. Não possui criação ou plantação e, raramente, é visto em sua casa.

Podemos observar que, além de serem vizinhos, os “turistas” mencionados possuem relação próxima de trabalho e de parentesco. Devido ao fato da dinâmica de suas vidas acontecer no município de Boqueirão, quase nunca participam das reuniões e da vida do assentamento. Aparecem, às vezes, quando tomam conhecimento de algum projeto que poderá beneficiá-los diretamente. Ainda, de acordo com informações repassadas pelos demais assentados, esses “turistas” se encontram no assentamento desde o início, fazendo parte, portanto, também do grupo dos antigos.

A única unidade familiar do grupo dos “turistas” que conseguimos entrevistar é de uma família recente no assentamento. Recente tanto no sentido cronológico, como no sentido de serem moradores, do assentamento, não legalizados. De acordo com o entrevistado:

Faz só um ano que eu tô aqui. Fiquei sabendo e vim *pra* cá, fiquei sabendo através de meus cunhados, eles moram aqui no assentamento. Eu sou natural de Boqueirão, mas meus pais são ali do Bento. Eu morava no Bento¹¹¹.

O entrevistado nos relatou que trabalha em um bar com o seu pai, na comunidade do Bento; sua esposa trabalha como doméstica na casa de uma família em Boqueirão, e seus dois filhos estudam em uma escola também em Boqueirão. Toda a vida da família se desenvolve fora do assentamento.

O que mais nos chamou a atenção foi quando perguntamos qual a maior dificuldade enfrentada pela família no assentamento, ao que eles responderam:

A dificuldade aqui é no tempo do inverno, de se deslocar, porque as estradas ficam ruins, tanto *pra* carro quanto *pra* moto. Só é a dificuldade que eu acho, tirando isso aí, tá ótimo¹¹².

Enquanto que os agricultores comemoram a chegada do inverno, principalmente na região onde o assentamento está inserido – o cariri, no município de Cabaceiras, com o menor índice pluviométrico do país; o entrevistado enxerga dificuldade. Percebemos que a família entrevistada não cria e nem planta e, portanto, a questão da água não é tão importante quanto a estrada, pois é a estrada que os leva para desempenhar as atividades de suas rotinas, uma vez que todas elas acontecem fora do assentamento.

¹¹¹ Fala do Entrevistado 13 – junho/2019.

¹¹² Fala do Entrevistado 13 – junho/2019.

Percebemos que os “turistas” podem até não prejudicar diretamente a vida da coletividade do assentamento, porém, o fato de não viverem lá, também não contribui. Além disso, tiram a oportunidade de famílias que realmente desejam viver e trabalhar na terra.

3.5 OS “DESTRUIDORES”

Mencionamos no capítulo anterior um problema sério que vem ocorrendo no assentamento, a questão do corte ilegal de madeira, causando desmatamento. Tanto os entrevistados do grupo dos vaqueiros, quanto do grupo dos antigos, relataram essa realidade com tristeza e com receio. Nenhum deles quis mencionar nomes por medo de retaliação, pois já houve casos de conflitos, conforme pudemos observar em algumas falas já expostas durante o presente trabalho.

Por esse motivo, por respeito aos entrevistados e por receio de também sofrermos algum tipo de retaliação, optamos por não entrevistar esse grupo: os “destruidores”, aqueles que realizam o corte ilegal de madeira e desmatam o assentamento e a serra.

No entanto, cabe aqui mencionar que ainda existem muitas pessoas realizando esse corte de madeira, inclusive pessoas de todos os grupos. Conseguimos observar durante nossas visitas e caminhadas no assentamento, os próprios assentados apontavam vários tocos de madeira cortados e nos explicavam: devido a esse corte, as plantas mais novas não conseguem crescer porque os animais as comem, a natureza não se renova.

O corte ilegal de madeira é praticado tanto por moradores do assentamento como por pessoas de fora dele, de acordo com um assentado:

Se você vê ali em cima da serra, é de fazer pena, destruímento e não pára não, continua do mesmo jeito, o povo daqui e de fora. Tem gente de Boqueirão que vem tirar madeira aqui, tirando estaca, tirando vara, vendendo. Aí o povo sempre fala no IBAMA, *num* sei o quê, é complicado, mas merecia uma denúncia aqui, derruba de motosserra, ali não vai nascer mais¹¹³.

Outro entrevistado relatou uma questão muito séria, que ocorria no início do assentamento – o corte ilegal envolvia pessoas da gestão da associação:

Quando começou o assentamento, aí começaram logo a vender estaca, aí arrumaram um presidente de Boqueirão, o *caba* dava comissão à ele, aí ele dizia: “tu vai tirar e tu me dá tanto por cento”. Nesse tempo *num* foi brincadeira, tiravam de carrada, no início, só carrada, carrada, carrada, naquela época era mais de vender, o *caba* arrumava uma freguesia lá pro

¹¹³ Fala do Entrevistado 6 – setembro/2018.

agreste, toda semana levava duas carradas, três, o *caba* tinha uma comissão, tinha um carro só *pra* procurar comércio e vender estaca, e nem deu em nada visse?¹¹⁴

Muitos assentados começaram desmatando dentro de seu próprio lote, no entanto, a madeira foi acabando e, então, passaram a desmatar na serra do monte, na área de reserva legal do assentamento:

Agora começaram a entrar na serra *né?* Já *tão* na serra. Tinha muita abelha, depois acabaram *as imburana*, acabaram as abelhas¹¹⁵.

Já houve várias denúncias ao IBAMA e ao INCRA, mas, até o momento, nenhuma providência foi tomada. O assentamento fica prejudicado, os assentados sofrem com a escassez de água, de vegetação, de animais – o cumprimento da função social da terra resta comprometida.

Pudemos perceber, a partir da análise das dinâmicas e das relações com o território, dos grupos existentes no assentamento, os elementos que caracterizam a identidade territorial: os vínculos com a terra, com os lugares, familiares, culturais. Restou demonstrado que os grupos dos vaqueiros e dos antigos possuem um forte sentimento de pertença ao território, enquanto que os demais grupos não demonstraram ter identidade territorial com o assentamento.

¹¹⁴ Fala do Entrevistado 6 – setembro/2018.

¹¹⁵ Fala do Entrevistado 2 – agosto/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos para o desenvolvimento do presente trabalho nos fez perceber como o acesso à terra continua não sendo reconhecido como um direito humano autônomo, resultando em graves situações de vulnerabilidade social, cultural e econômica. Constatamos que é por meio dos movimentos sociais do campo e das organizações de direitos humanos que a luta por seu reconhecimento e por sua efetivação acontece todos os dias, em cada ocupação de terra e em cada resistência para nela permanecer.

Embora de acordo com CF/88 o direito à propriedade privada seja um direito patrimonial, a maioria do Judiciário brasileiro o considera como um direito fundamental, portanto concorrente com o direito de acesso à terra, olvidando-se da própria hierarquia estabelecida na CF/88. O impasse no Judiciário permanece e os conflitos por terra vêm aumentando, de acordo com os dados apresentados.

Constata-se que instrumentos jurídicos, por si só, são incapazes de efetivar direitos fundamentais dos camponeses, conforme o contexto de luta pela terra vem demonstrando. Os mecanismos legais são limitados, restando a organização dos grupos interna e externamente aos territórios conquistados por via da reforma agrária para alcançar esses direitos constantemente negados.

Nos processos desapropriatórios percebe-se, novamente, outro equívoco do Judiciário, no que diz respeito a interpretação sobre o que seria a função social da terra, mais especificamente sobre o conceito de produtividade. Grande parte do Judiciário entende que a propriedade produtiva é aquela que produz riqueza e dá lucro, ou seja, é analisada a partir do ponto de vista econômico e da rentabilidade, desconsiderando-se o interesse social e as próprias determinações constitucionais.

A interpretação da CF/88 a partir da conexão entre seus dispositivos demonstra que o conceito de produtividade está embutido no conceito de função social. A produtividade deve ser sempre sustentável e não se confunde com rentabilidade e lucro.

O Judiciário fundamenta suas decisões na defesa absoluta do direito de propriedade presente no Código Civil, remunerando/premiando os proprietários descumpridores da função social da terra. A desapropriação da Fazenda Pocinhos não fugiu a essa regra. Apesar de a terra ter sido oferecida ao INCRA para fins de reforma agrária, toda a discussão no processo judicial girou em torno do valor atribuído, resultando numa premiação aos proprietários, mesmo diante da constatação do descumprimento da função social e das dificuldades que se apresentariam para os futuros assentados.

De fato, as dificuldades já anunciadas nos laudos apresentados pelos técnicos do INCRA, se confirmaram na concretização do Assentamento Serra do Monte. Ao dialogar com os assentados mais antigos, ex-trabalhadores da Fazenda Pocinhos, pudemos perceber questões complexas referentes a própria organização e planejamento do INCRA, a dificuldade em relação aos recursos naturais, bem como a falta de acesso a assistência técnica, políticas públicas e projetos. Interessante observar que todos os entrevistados falam com saudade sobre a época em que trabalhavam na Fazenda, comparando ao momento presente, afirmam preferir a vida como era antes.

Apesar de o ex-proprietário da Fazenda, João Motta, ser um coronel, dono de muitas terras, tanto no Estado da Paraíba quanto no Rio Grande do Norte, é tido como uma pessoa muito bondosa, que sempre deu emprego a quem precisou, que nunca deixou faltar comida na mesa dos trabalhadores, que confraternizava com eles e que cuidava da terra. Todos os entrevistados que o conheceram, com exceção de um, possuem grande admiração e respeito por sua pessoa e por sua família, inclusive, alguns ainda trabalham com os familiares de João Motta. No entanto, no relato dessa única exceção, pôde-se perceber que o coronel poderia ser muito cruel, quando suas vontades não eram acatadas. O que demonstra, com base na literatura pesquisada e nas entrevistas realizadas, que os moradores não percebem os instrumentos de dominação efetivados por este coronel, sobremaneira por tratar-se de mecanismo de poder territorial revestido de prestígio local. Pela “bondade” reproduzida nos discursos, ele manteve suas práticas de manutenção da ordem por meio da não efetivação das leis trabalhistas dos camponeses, tido como um “benfeitor” e como um homem humilde, por confraternizar com os trabalhadores, proporcionava pequenos momentos de festa, de relaxamento, manobras úteis para manter a sua fama e a gratidão dos trabalhadores, evitando questionamentos acerca de suas atitudes enquanto patrão.

No início do Assentamento, os primeiros assentados buscaram se organizar sob a orientação do INCRA e do PAER para concretizar a sua formação. As dificuldades desde esse momento já se apresentaram, através do próprio plano de desenvolvimento elaborado pelo INCRA, demonstrando falta de compreensão sobre a realidade do local, com indicações de formas organizativas e produtivas desconexas com o contexto por eles vivido.

Nos 19 anos de sua concretização vários aspectos do território se desenvolveram. O Assentamento possui uma escola de educação do campo e uma UBS, promovendo acesso à educação e saúde de qualidade. Porém, enfrentam sérias dificuldades no que diz respeito a falta de assistência técnica, a burocracia e morosidade no acesso a projetos e em questão relacionadas ao repasse ilegal de lotes e o desmatamento que vem ocorrendo no Assentamento.

No que diz respeito ao repasse ilegal de lotes, apesar das várias denúncias feitas ao INCRA, a situação permanece. Os assentados se mostram desacreditados sobre alguma mudança a esse respeito, inclusive, alguns relataram sentir medo em realizar novas denúncias devido a ameaças sofridas. Conseqüentemente acontece uma alta rotatividade de famílias assentadas, pessoas desconhecidas, dificultando a interação, a convivência a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos coletivos, gerando desconfiança e desagregação, entre os assentados. O que restou demonstrado a partir dos grupos dos Turistas e Destruidores que não mantêm relações de sociabilidade e demais relações territoriais com o assentamento.

A questão do desmatamento, com a extração ilegal de madeira e a caça de pássaros, apesar das mais de 166 denúncias realizadas, só se agrava. Os entrevistados se encontram em meio a sensações de impotência e tristeza, ao ver a sua terra sendo desmatada, conseqüentemente os recursos hídricos se tornam ainda mais escassos, os lugares que lhes são importantes, que fazem parte de suas histórias de vida se encontram ameaçados de desaparecer.

Esses fatores, além de gerarem o aumento da dificuldade de coesão dos grupos, torna mais complicado fazer cumprir a função social da terra. Uma vez que esta está diretamente conectada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, onde terras produtivas são as que criam riquezas para o presente e para que possam continuar sendo produzidas no futuro.

Dentre os grupos que compõem o assentamento, observou-se que o grupo dos vaqueiros e dos antigos possuem uma forte identidade com o território do assentamento.

Os vaqueiros materializam sua identidade com o território através da continuação de suas tradições, da realização de eventos festivos como as pegadas de boi, vaquejadas e as missas de vaqueiros, uns dos poucos momentos em que todos os assentados se reúnem e confraternizam. Buscam manter seus espaços identitários, os geosímbolos mencionados, lugares no interior do Assentamento que representam a sua história de vida, locais de trabalho, de confraternização, o todo vivenciado por eles, às suas memórias mais queridas e significativas, ou seja, lugares carregados de afetividade, que os fortalecem em sua identidade.

Seu sentimento de pertencimento perpassa pela construção de suas histórias, pelo sangue e o suor derramado na terra trabalhada, pelos encontros vividos: casamentos, nascimentos, batizados, pela manifestação da cultura do vaqueiro do cariri que permanece viva. Essa disposição em continuar lutando para viver nessa terra, apesar das dificuldades e do enfretamento ao desmatamento que vem ocorrendo, é fator de fortalecimento desse grupo que busca e efetiva, através de suas ações, mesmo sem compreender o conceito em si, a função social da terra que habita.

Os antigos possuem um sentimento de gratidão muito forte ao que a terra do assentamento lhes proporcionou. Nesse território eles puderam recomeçar a vida, desde a construção de sua própria casa à criação dos seus animais e o plantio de seu roçado. Foi nesse território, trabalhado do zero, que eles viram sua família crescer e se desenvolver, a terra dar frutos e permitir que eles encontrassem o seu lugar. Assim como os vaqueiros, os antigos buscam preservar e desenvolver as atividades do assentamento, possuem o cuidado com o meio ambiente, contribuindo para o cumprimento da função social daquele território.

A coesão entre esses dois grupos é bastante forte e perceptível, se conhecem, se comunicam, participam juntos das reuniões da associação, inclusive muitos possuem laços familiares.

A união, a coesão, a identidade territorial existente entre esses dois grupos foi construída por suas vivências dentro do território do assentamento. Mesmo não havendo a participação de movimentos sociais do campo, a luta deles aconteceu na medida em que se uniram para desenvolver o assentamento, para criar oportunidades de trabalho, para trazer benefícios para os moradores e suas famílias. Suas identidades territoriais são fatores determinantes para que o acesso à terra seja possibilitado e para que a função social da terra seja cumprida. Se materializam por meio da construção conjunta da escola, da organização e participação nas festas de vaqueiros e pegadas de boi, nas reuniões da associação, nas missas celebradas.

Convém lembrar que a atividade produtiva praticada por esses grupos é a criação de animais, particularmente caprinos, ovinos e bovinos, fato esse que favorece a reprodução da festa do vaqueiro e as pegadas de boi, representando o principal modo de vida do cariri paraibano.

No entanto, no que diz respeito aos demais grupos – “os recentes”, “os turistas” e “os destruidores”, percebe-se que não há uma identificação que promova o bem-estar da coletividade e um cuidado ativo com a terra. “Os recentes” e os “turistas” vivem isolados, como se morassem em sítios privados e não em um território coletivo e, por isso mesmo, não fazem questão e, alguns, não se sentem no direito de participar das atividades do assentamento e interagir com os demais grupos.

Salienta-se que, por mais que “os recentes” busquem cuidar de suas moradas e terras, chegaram ao assentamento de uma maneira ilegal, em muitos casos através da compra de lotes. Ao não serem legalizados, não participam das decisões concernentes ao assentamento e, conseqüentemente, por motivos variados, acabam por prejudicá-lo, promovendo o desmatamento e contribuindo para o não cumprimento da função social da terra, uma vez que suas ações desequilibram o meio-ambiente.

“Os turistas”, por sua vez, possuem o lote, porém não vivem no assentamento, não participam da sua dinâmica, não contribuem para o seu desenvolvimento, aparecendo apenas quando há a possibilidade de um benefício próprio, não demonstram, a princípio, uma identificação com o território. No entanto, como conseguimos entrevistar apenas um deles, não pudemos verificar as motivações para agirem dessa forma.

Já, “os destruidores”, os que desmatam, que realizam o corte ilegal de madeira, muitas vezes participam das reuniões e eventos do assentamento, no entanto, o fato de não respeitarem a natureza e os demais companheiros, demonstra a prevalência do sentimento de individualismo sobre o sentimento de pertença ao território. Seus comportamentos prejudicam a questão dos recursos hídricos, da flora e da fauna, causando um desequilíbrio ambiental generalizado, além de conflitos pessoais com os demais assentados.

A relação e interação entre os grupos dos vaqueiros e antigos com os grupos dos “recentes”, “turistas” e “destruidores”, aparentemente, não chega a ser conflituosa, com algumas exceções no que diz respeito ao corte de madeira; no entanto, na maior parte do tempo chega a ser inexistente, como se fossem vizinhos de sítios particulares e não moradores de um território necessariamente coletivo.

Consideramos que o fato de o assentamento Serra do Monte ser bastante extenso, com mais de cinco mil hectares e, por escolha dos assentados, não haver se constituído em formato de agrovila, com as casas dos moradores bastante distantes umas das outras, contribui para a falta de interação entre eles. Na realidade, torna mais fácil o isolamento dos que querem se isolar.

Entretanto, percebemos que nos grupos dos antigos e dos vaqueiros os laços com a terra são emoldurados pelo sentido que dão aos lugares de uso: a serra do monte, o açude da onça, o açude de pocinhos, a sede, lugares que os remetem ao trabalho realizado no assentamento, à busca por água, à preservação da natureza, à confraternização e reuniões, aos vínculos familiares e de trabalho. Existe o sentido da coesão grupal, na medida em que esses lugares demarcam um tempo de vida coletiva para essas famílias. A terra, para esses grupos citados, tem um sentido simbólico de pertença.

Assim, percebemos que as moradias distantes, como pequenos sítios privados, dificultam, ainda mais, a já complicada interação entre os grupos que não se identificam. Porém, encontramos elementos, mais precisamente locais e eventos, que possibilitam momentos de união e confraternização, de coesão social. O lugar central, podemos dizer o coração do assentamento, apontado por todos, de todos os grupos, lugar que congrega os moradores do território, é a sede. Para uns, continua sendo a antiga casa da fazenda, para outros é onde está a

escola, a UBS, a igreja e o dessalinizador. É o coração por ser o ponto de referência para todos. É lá onde acontecem reuniões da associação, de projetos, com a prefeitura municipal, e as festividades: festas de vaqueiro, festas da escola, festas juninas, missas. Percebemos que são nesses momentos que os conflitos e a complexidades da vida em comunidade são deixados um pouco de lado e a confraternização e interação, entre todos, acontece.

Portanto, no que diz respeito ao questionamento que motivou o trabalho: De que forma as dinâmicas territoriais e a construção da identidade territorial, dos assentados do Serra do Monte, influenciam no fortalecimento ao direito humano à terra e levam ao cumprimento de sua função social? Podemos concluir que no Assentamento Serra do Monte não prevalece a totalidade da coesão grupal. Como todo território, possui dinâmicas que possibilitam maiores relações e interações entre determinados grupos, que possuem interesses comuns, laços familiares, de trabalho, culturais, que se identificam. Entendendo a construção da identidade territorial como fator determinante para gerar a coesão, organização e entendimento para, de forma conjunta, reivindicar direitos e políticas públicas em benefício do coletivo e, assim, gerar o consequente cuidado com a terra, permitindo o acesso a ela e ao cumprimento de sua função social, percebemos que no assentamento as dificuldades ainda encontradas dizem respeito, justamente, a fatores que são desencadeados pela falta de identificação com o território.

Cabe, através desse entendimento obtido com a construção do presente trabalho, buscar formas, utilizando-se dos aspectos positivos e dos momentos que geram coesão, para enfrentar essas questões, conscientizar que as ações de um único indivíduo afetam a realidade de todos, pois o assentamento é, necessariamente, coletivo. Para isso, além das ações dos próprios assentados, se apresenta como necessária a atuação do Estado para regularizar situações e promover o acesso a políticas públicas e a direitos que efetivem o acesso à uma terra ecologicamente equilibrada e capaz de oferecer uma vida digna.

Referências

- ACSELRAD, H; VIÉGAS, R, N. **Cartografias sociais e território** – um diálogo latino-americano. In: Cartografia social, terra e território. ACSELRAD, H (org.). IPPUR: UFRJ. 2013. P. 15 – 39.
- AIRES, R. F. F. **Entendimento e Envolvimento do assentado na dinâmica da Associação:** Um estudo de caso o Assentamento Serra do Monte. 2015. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. M.; NÓBREGA, A. F.; LACERDA, C. S.; MARIBONDO, O. F. Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 3, p. 499-506, 2005.
- ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 426 p. ISBN 978-85-232-1189-9.
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil. In: Francine Barthe-Deloizy; Angelo Serpa. (Org). **Visões do Brasil: Estudos Culturais em Geografia**. 1. ed. Salvador, BA: EDUFBA; Edições L'Hamattan, 2012, v., p. 145-166.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território**. In: Geografia Cultural: um século. RJ: Eduerj, 2002. P. 83 – 131.
- BRASIL. Senado Federal. Proposta de emenda à Constituição nº 80 de 2019. Brasília: 2019.
- CABACEIRAS. **Associação dos Parceiros, Agricultores Familiares do Imóvel – Pocinhos. Estatuto**. Cabaceiras: 1999.
- CABACEIRAS. Secretaria de educação, cultura e desportos – Prefeitura Municipal de Cabaceiras/PB. **Plano Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Francisco da Motta**. 2012.
- CAMPINA GRANDE. Justiça Federal. **Ação de desapropriação** nº2006.05.00.012172-5. Instaurado em dezembro de 1999.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CLAVAL, P. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2017**. (Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade). Goiânia, GO: CPT Nacional - Brasil, 2017.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

DUPRAT, D. Conflitos agrários e o judiciário. In: CANUTO, A. LUZ, C. R. da S. ANDRADE, T. V. P. (Coordenação). **Conflitos no campo Brasil 2017**. Goiânia, GO: CPT Nacional - Brasil, 2017, p. 119-122.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Zahar: RJ, 2000.

FELIPE, J. L. A (re) invenção do lugar dos Rosados e o “país de Mossoró”. In: **Território/LAGET**, UFRJ. Ano VI, nº 10 – Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Org). **A questão agrária no século XXI**: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J. **Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores, 10 fev. 2014.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim paulista de geografia**, número 84, São Paulo, SP, 2006.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. 284p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JOÃO PESSOA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Vistoria para classificação do Imóvel Rural Faz. Pocinhos** nº 21620.001674/96-74. Instaurado em 09 de novembro de 1996.

JOÃO PESSOA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Serra do Monte**: Cabaceiras/Boqueirão/Campina Grande – PB. 2000.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 17 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LAUREANO, D. dos S. **O MST e a Constituição**: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. 1. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

MARCOS, V. de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim paulista de geografia**, número 84, São Paulo, SP, 2006.

MARÉS, C. F.. **A função social da terra**. Porto Alegre/RS: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. **Fronteira A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, SP: Ed. Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de Recuperação do Assentamento Serra do Monte Cabaceiras-PB**. Cabaceiras: 2010.

MELO, T. de. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. 1. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC – ABRASCO, 1992.

MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; IENO NETO, G. Organização interna dos assentamentos rurais na paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. **Revista do Núcleo de Estudos Sobre Reforma Agrária Nera**, João Pessoa, v.1, n. 3, p.45-57, 2000.

MOTTA, R. C. da. **Na fronteira da existência: o que vi do lado de lá e o que fiz do lado de cá**. Natal: Offset Editora, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, A. A. João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e as Ligas Camponesas Paraibanas: desafios para a educação do campo. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.;

VIANA, P. C. G. (Org). **A questão agrária no século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PRIOSTE, F. G. V.; GELBSPAN, T. **Terra na luta por justiça social: Direitos humanos e as estratégias de Movimentos Sociais**. 1. ed. Curitiba: Terra de Direitos, 2013.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas).

REIS, R. R. **O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil**. Lua Nova, n. 86, p. 89-122, 2012.

RIETVELD, Pe. J. J. **O antigo termo Cabaceiras: artigos históricos**. Campina Grande: Gráfica cópias e papéis, 2017.

RODRIGUES, M. de F. F. **Tem Truká na Aldeia: Narrativa de um Trabalho de Campo na Ilha de Assunção, Cabrobó-Pe**. Revista OKARA: Geografia em Debate. V.1, n.1, 2007 p.101 – 117.

RODRIGUES, L.L. M. Questão agrária e ideologia jurídica: a função social da propriedade rural. In RAMOS FILHO, E. da S; MITIDIERO JÚNIOR, M. A; SANTOS, L. R. S (Org.). **A questão agrária e conflitos territoriais**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2016.

RODRIGUES, M. de F. F. MUNIZ, I. G. Função social da terra e agroecologia: democracia, cidadania e direitos humanos. In RODRIGUES, M. de F. F (Org.). **Da terra que assegura a vida aos alimentos sem agrotóxicos**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim paulista de geografia**, número 84, São Paulo, SP, 2006.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 - 1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. **Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: WHA, 1994.

APÊNDICE 1. Roteiros de Campo

Data	Atividade
27/11/2017	Primeira visita ao Assentamento e encontro, para uma conversa, com Seu Anchieta, liderança que nos acompanhou e auxiliou durante toda a pesquisa.
09/08/2018	Visita para reconhecimento do Assentamento, guiada por Seu Anchieta.
14/08/2018	Realização de entrevistas e de fotografias.
15/08/2018	Realização de entrevistas e de fotografias.
28/08/2018	Participação na reunião entre os assentados e a equipe do Projeto de desenvolvimento sustentável do cariri, Seridó e curimataú – PROCASE.
29/08/2018	Realização de entrevistas e de fotografias.
20/09/2018	Realização de entrevistas e de fotografias.
26/09/2018	Realização de entrevistas e de fotografias.
05/10/2018	Visita aos lugares significativos, mencionados nas entrevistas pelos assentados, para a realização de fotografias.
06/10/2018	Visita aos lugares significativos, mencionados nas entrevistas pelos assentados, para a realização de fotografias.
26/02/2019	Realização da Oficina de Cartografia Social com a família de Seu Neco Juvelino.
13/03/2019	Participação na reunião entre os assentados e a equipe do Projeto Água Doce, do governo estadual, sobre a gestão do dessalinizador.
17/03/2019	Participação na festividade da Pega de Boi promovida pela família do vaqueiro Neco Juvelino.
02/04/2019	Realização de entrevistas e de fotografias.

23/04/2019	Visita aos lugares significativos, mencionados nas entrevistas pelos assentados, para a realização de fotografias.
08/05/2019	Realização da Oficina de Cartografia Social com a família de Seu Diógenes.
11/06/2019	Realização de entrevistas e de fotografias.
26/06/2019	Realização de entrevistas e de fotografias.

APÊNDICE 2. Roteiros de Entrevistas com os moradores do Assentamento Serra do Monte

1. Como se deu o processo de luta pela terra? Como soube que se tornaria um assentamento? Quem ajudou a organizar? Qual foi o ano da desapropriação?
2. Quem eram os proprietários? Sabe de onde são? Chegou a conhecê-los? Trabalhavam com o quê? Tem algum contato com eles? Sabe no que trabalham atualmente?
3. Está no assentamento desde quando? Antes morava onde? Trabalhava com o quê? E hoje? Trabalha fora? Tem mais algum familiar no assentamento? Sempre foi agricultor?
4. As famílias que moravam e trabalhavam na Fazenda vieram de onde? Alguma delas ficou no assentamento? Sabe como eram as relações de trabalho? Como viam os proprietários? Quem são os assentados mais antigos? Sabe de alguém que poderia contar a história da Fazenda e da formação do assentamento?
5. Como foi feita a desapropriação? O projeto de assentamento foi discutido com os assentados?
6. Os assentados são todos de Cabaceiras? De onde vieram? Como souberam do assentamento? Sabe dizer os nomes dos que são de Cabaceiras?
7. Como foi feita a divisão dos lotes? E qual a dimensão? A escolha foi coletiva? Teve conflito na escolha? Como foi organizada a divisão? Teve ajuda? De quem?
8. O que produz e cria atualmente? E antes? Consegue comercializar?
9. Qual o maior momento de união? E de desunião? O que faz como lazer?
10. Possui algum lugar preferido no assentamento? Qual e por quê? Qual o lugar que representa o assentamento?
11. Gosta de viver no assentamento? Quais as maiores dificuldades? O que faz permanecer no assentamento?
12. Tem eventos e festas no assentamento? Quais?
13. Tem algum trabalho coletivo ou cooperativo no Assentamento? Já houve?
14. Participa das reuniões da associação? Por quê?
15. Quais as políticas públicas acessadas? Possui assistência técnica?
16. Como se dá o acesso a água? Tem cisterna? Quem abastece?
17. Como é a relação das famílias antigas com as mais novas? Tem alguma família que não conhece?
18. Ainda tem vaqueiro no assentamento? Quem?
19. O que você acha do funcionamento da UBS?

20. O que você acha do funcionamento da escola? Sabe dizer quem escolheu seu nome? Os pais costumam participar das atividades desenvolvidas pela escola?
21. Trocaria sua terra no assentamento por outra? Por quê?
22. Poderia me indicar os nomes das pessoas mais antigas do assentamento?

ANEXO 1. Procissão Montada do Vaqueiro

Toada

MÃE SENHORA APARECIDA
 E DEUS MEU PAI VERDADEIRO,
 PEÇO VOSSA PROTEÇÃO
 PARA O TORRÃO CARIRIZEIRO,
 ILUMINAI TODOS NÓS
 NA PROCISSÃO DO VAQUEIRO

01

O VAQUEIRO DO CARIRI
 QUE DE COURO SE REVESTE,
 DENTRO DA MATA FECHADA,
 VALENTE CABRA DA PESTE...
 ORGULHO DO MEU BRASIL
 GRANDEZA DO MEU NORDESTE.

02

NESTA HORA ABENÇOADA,
 NESTE BONITO MOMENTO,
 PEÇO A DEUS PAI VERDADEIRO
 FORÇA, FÉ E DISCERNIMENTO,
 PRA FALAR DA CAVALGADA
 FEITA AQUI NO ASSENTAMENTO.

03

ANCHIÊTA¹¹⁶ COM MUITA FÉ,
 JERÔNIMO¹¹⁷ ESTENDEU A MÃO,
 E DERAM VIDA A ESSE EVENTO
 COM O NOSSO PADRE JOÃO,
 UM IBIAPINA MODERNO
 DO CARIRI E DO SERTÃO.

04

PADRE JOÃO JORGE GUERREIRO

¹¹⁶ Assentado entrevistado.

¹¹⁷ Assentado entrevistado.

NESTE CARIRI TÃO QUENTE,
 É PROTETOR DO VAQUEIRO,
 DEFENSOR DA NOSSA GENTE...
 A SUA BATINA É UM GIBÃO
 EITA PADRE DIFERENTE!

05

E ASSIM SEGUE A CAVALGADA
 COM BRILHO E MUITO APARATO,
 A VAQUEIRAMA FELIZ
 NOS CAVALOS DANDO UM TRATO
 E PRA COMPLETAR A FESTA,
 TEM PEGA DE BOI NO MATO.

06

A JUREMA UNHA DE GATO
 QUE NEM SATANÁS AGUENTA,
 O VAQUEIRO DESTEMIDO
 COM CORAGEM ELA ENFRENTA,
 BATE EM CIMA BATE EM BAIXO
 MAS NA SELA SE SUSTENTA.

07

O BARBATÃO DE “ASPA FINA”
 PARECENDO ASSOMBRAÇÃO,
 PRA INTIMIDAR O VAQUEIRO
 PARTE EM CIMA DO ALAZÃO,
 MAS EM QUESTÃO DE MINUTOS
 TÁ MASCARADO NO CHÃO.

08

CAVALO, VAQUEIRO E BOI
 NA CORRIDA DE MOURÃO,
 DENTRO DA CAATINGA BRABA
 NA FESTA DE APARTAÇÃO,
 É A CARA DO CARIRI
 É O RETRATO DO SERTÃO.

09

ESSA CAVALGADA BELA,
 FORTE EXPRESSÃO DA CULTURA,
 DA POESIA E DA PECUÁRIA
 NUMA PERFEITA MISTURA,
 EMBELEZA O PANORAMA
 NUMA TERRA SECA E DURA.

10

TEM PREMIAÇÃO, TEM FEIJOADA,
 PRA MANTER A TRADIÇÃO,
 E A PRESENÇA FEMININA
 ENRIQUECE A PROCISSÃO,
 COM A SINGULAR BELEZA
 DA GAROTA DO GIBÃO.

11

A MISSA QUE É CELEBRADA
 TODO ANO POR PADRE JOÃO,
 FAZ LEMBRAR A DE SERRITA
 CANTADA POR GONZAGÃO,
 E O MOMENTO DO OFERTÓRIO
 NOS CAUSA FORTE EMOÇÃO.

12

CADA VAQUEIRO OFERECE
 COM MUITA FÉ E DEVOÇÃO,
 PEÇAS DA SUA LABUTA
 CHAPÉU DE COURO E GIBÃO,
 EM FRENTE DO GRANDE ALTAR
 DA SANTA CELEBRAÇÃO.

13

TEM CHOCALHO, TEM ESPORA,
 FERRO PRA O GADO MARCAR,
 MACACA DE COURO CRU,
 TEM A CORDA DE LAÇAR...
 TUDO ISSO PRA O VAQUEIRO
 AO NOSSO DEUS OFERTAR.

14

NA HORA DA COMUNHÃO
 VAQUEIRO E CAVALGADURA,
 PASSAM EM FRENTE DO ALTAR
 VALORIZANDO A CULTURA
 E A HÓSTIA SANTA SAGRADA,
 VIRA QUEIJO E RAPADURA.

15

QUERO AQUI NESTE MOMENTO
 NA BELEZA DESTE PRADO,
 NA FORÇA DA INSPIRAÇÃO
 FALAR DA VIDA DE GADO
 E FAZER UMA HOMENAGEM,
 AOS VAQUEIROS DO PASSADO.

16

DOS TEMPOS DE LAFAYETE¹¹⁸
 O MAJOR DESTAS RIBEIRAS,
 INTERVENTOR DE CAMPINA,
 PREFEITO DE CABACEIRAS,
 POLÍTICO E FAZENDEIRO
 NAS TERRAS CARIRIZEIRAS.

17

TEVE VAQUEIRO AFAMADO
 DIGO AQUI SEM DESATINO,
 CADA QUAL COM A SUA FAMA
 CADA UM COM O SEU DESTINO,
 E NO MEIO DE TODOS ELES
 TAVA ANTONIO JUVELINO¹¹⁹.

18

ZÉ SEVERO COM BIBI¹²⁰
 DENTRO DA MATA FECHADA,

¹¹⁸ Proprietário que vendeu as terras para João Motta.

¹¹⁹ Pai de um dos vaqueiros assentado entrevistado.

¹²⁰ Filho de um vaqueiro assentado entrevistado.

PROVARAM QUE O VAQUEIRO
NUNCA SE ASSOMBRA COM NADA,
ENFRENTA QUALQUER PERIGO
E TOPA QUALQUER PARADA.

19

NA PANCADA DO IMPROVISO
NESTA “FUZACA” EU ME MÊTO,
POR CIMA DE PAU E PEDRA
TORANDO RAMA E GRAVÊTO...
DÁ O DIABO E EU NÃO ESQUEÇO
DO VAQUEIRO JÚLIO PRETO¹²¹.

20

EUCLIDES¹²², SE NÃO ME ENGANO,
SE NÃO ME FALTA A MEMÓRIA,
TAMBÉM TEVE A SUA FAMA,
SEU PRESTÍGIO E SUA GLÓRIA,
NA FAZENDA POCINHOS
ESCREVEU A SUA HISTÓRIA.

21

FOI NO TEMPO DE JOÃO MOTTA¹²³
QUE OS DOIS “PINTARO” O SETE,
“FIZERO” A PERNA DO NOVE
“DERO” EM TOURO DE “BUFETE”,
COM VAQUEIRO DESSE JEITO
NEM O “TINHOSO” SE METE.

22

JUAREZ LACERDA DO BRAVO
MERECE SER DESTACADO,
E O VAQUEIRO QUE EU ME ESQUECI
POR DEUS PAI SERÁ LEMBRADO,
HOMENS DE GRANDE VALOR

¹²¹ Vaqueiro da Fazenda Pocinhos.

¹²² Vaqueiro assentado entrevistado.

¹²³ Proprietário da Fazenda Pocinhos.

DAS HISTÓRIAS DO PASSADO.

23

DA FAMÍLIA JUVELINO¹²⁴
 FOI MANTIDA A TRADIÇÃO,
 VAQUEIRO NELA NÃO FALTA
 A SUA BANDEIRA É O GIBÃO...
 A PONTA DE RAMA É CAIO¹²⁵
 NAS CORRIDAS DE MOURÃO.

24

PEÇO LICENÇA A PLATÉIA
 A TODOS PEÇO ATENÇÃO,
 POIS ME LEMBREI DE UM POETA
 CORDA DO MEU CORAÇÃO,
 BOB MOTTA¹²⁶ O TROVADOR,
 O CANTADOR DO SERTÃO.

25

COMPADRE DE JÚLIO PRETO,
 VENERAVA MÃE MIANA,
 ERA FILHO DE JOÃO MOTTA
 HOMEM DE POSSE E DE GRANA,
 E BOBO RICO DE BONDADE...
 EITA MENESTREL BACANA.

26

ENCERRANDO ESTA TOADA
 EU AGRADEÇO AO CRIADOR,
 POR ESTÁ AQUI PRESENTE
 NESTA FESTA DE VALOR,
 FEITA PRA MENINO E VELHO
 PRA MATUTO E PRA DOUTOR.

27

TAMBÉM PEÇO PROTEÇÃO

¹²⁴ Família assentada entrevistada, onde todos são vaqueiros.

¹²⁵ Neto de vaqueiro assentado entrevistado, de apenas 10 anos.

¹²⁶ Filho de João Motta, escritor do livro que me foi concedido acesso.

AQUI NESTA DESPEDIDA,
JUNTO COM A VAQUEIRAMA
E ESSA GENTE TÃO QUERIDA,
A NOSSA SANTA PADROEIRA
MÃE DE DEUS APARECIDA.

28

QUE ELA PROTEJA O VAQUEIRO
DA CIDADE E DAS RIBEIRAS,
MANDANDO CHUVA TODO ANO
PRAS TERRAS CARIRIZEIRAS
ENCHENDO AÇUDE E BARREIRO
NOS SÍTIOS DE CABACEIRAS.

29

AGORA ESTOU INDO EMBORA
COM PAZ E MUITA ALEGRIA,
NO CORAÇÃO VAI SAUDADE
QUE SENTIR EU NÃO QUERIA,
MAS PRA O ANO EU VOLTAREI
ADEUS ATÉ OUTRO DIA.

Autor: Paulinho de Cabaceiras¹²⁷.

11 de setembro de 2018.

¹²⁷ Poeta do município de Cabaceiras/PB.